

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA  
**38ª SESSÃO**  
**(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))**

Em 30 de Março de 2023

(Quinta-Feira)

Às 9 horas

**ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 162 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

**LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

**EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**

**BREVES COMUNICAÇÕES**

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Passa-se às Breves Comunicações.

O primeiro Deputado inscrito já está na tribuna, o Deputado Bibó Nunes, do PL do Rio Grande do Sul, da nossa lendária e legendária Cruz Alta.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Bibó Nunes.

**O SR. BIBO NUNES** (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Pompeo de Mattos, nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde luto pelo Brasil.

Saudações, meu colega Deputado Marcelo Moraes, que acaba de chegar comigo do grande evento de recepção do Presidente Bolsonaro. Fazia muito tempo que eu não me emocionava como hoje. Aliás, eu já dormi sonhando, projetando esse momento. Depois de 3 meses, o Presidente afastado do Brasil volta nos braços do povo.

As ruas de Brasília estavam congestionadas. Havia polícia em todos os locais. Havia um, dois, três, quatro, um *show* de helicópteros! A imprensa cobria tudo. Pessoas vendiam bandeiras do Brasil nas ruas como não faziam há muito tempo. Pessoas andaram rumo à sede do PL com a camiseta do Brasil. Emoção! Os patriotas estão voltando, revigorados, com mais força.

Foi um evento em que um grupo selecionado recebeu o Presidente Bolsonaro. Lá estavam Deputados, amigos, familiares do Presidente Bolsonaro. Quando chegou o Bolsonaro, todos gritavam: "*Bolsonaro! Bolsonaro! Mito!*" Mais parecia que cada um que lá estava puxava do fundo da sua alma aquele amor ao Brasil, ao País, sabendo que o Brasil tinha novamente aquele Presidente que ama o seu País, aquele Presidente patriota, não um Presidente que destila ódio, que destila vingança.

E a anunciada vinda de Bolsonaro já provocou no ex e futuro presidiário Lula uma leve doença, "*coisinha de nada*", diz ele. Mas, não. Imaginem como estão hoje as forças negativas deste País, sabendo que Bolsonaro está de volta.

Abracei o Presidente e notei uma emoção nele. Sabe aquele abraço de "*que bom, estou de volta, Bibó! Muito bom!*"?

Eu estava fazendo uma *live*, que você pode conferir na minha rede social, e, quando acabei a minha *live* e me virei para o lado, quem estava chegando? A Primeira-Dama e Presidente Nacional do PL Mulher, Michele Bolsonaro. Claro, comecei outra *live*. A Primeira-Dama também estava emocionada, emocionada. Sabe quando se vê que há naturalidade, quando,

no brilho dos olhos, você vê o amor ao País, você vê aquele resgate de honra e dignidade voltando aos brasileiros? Foi um momento de muita emoção que eu quero repartir com todos vocês brasileiros.

Quem fica lançando dúvida: "*Bolsonaro não é o líder da Oposição*" é um urubu de plantão, tentando colocar ali uma desagregação. Ninguém tem a legitimidade, a capacidade de combater este desgoverno como Bolsonaro. Já vejo no horizonte Bolsonaro novamente Presidente da República.

É uma pena o que nós brasileiros sofremos com a pandemia, com tantas mortes, com a derrota de Bolsonaro. Aliás, não foi derrota. O outro não venceu; ele é que perdeu, o Brasil perdeu. Se a eleição fosse hoje, Bolsonaro daria um banho, porque aqueles que votaram no descondenado, votaram no ex e futuro presidiário, estão arrependidos.

Eu falo com pessoas que dizem: "*Pois é, eu não achei que ia ser tão ruim; não achei que o Lula seria tão ruim*". Eu digo: "*Não, não concordo. Lula, para ser ruim, tem que melhorar muito. Lula, para ser ruim, tem que melhorar muito, porque ele está de péssimo para mais*". Lamento. Como brasileiro, eu gostaria que ele estivesse fazendo algo bom, porque eu sou brasileiro, sou patriota. Mas a Esquerda é contra tudo e a favor de nada. A Esquerda é do "quanto pior, melhor" e não se desapegou disso ainda, o que faz com que ela pense que ainda é oposição. Aqui nesta Casa só o PL representa mais de 20% do Plenário. A Oposição ao Governo, ou ao desgoverno, é maioria no Congresso todo.

Grato, digníssimo Presidente.

Bolsonaro, Michele, sejam bem-vindos!

Viva o Brasil! Viva Bolsonaro!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Bibó Nunes.

A próxima inscrição é da Deputada Professora Luciene Cavalcante, do PSOL de São Paulo. (*Pausa.*)

Não estando presente na sessão.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba.

Seja bem-vindo Deputado Luiz Couto, um decano desta Casa com vários mandatos desempenhados com sabedoria e inteligência. Tem a palavra V.Exa.

**O SR. LUIZ COUTO** (Bloco/PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quando se iniciou o ano de 2023, celebramos muitas vitórias, mas identificamos também alguns dissabores que ainda tentam derrubar nossa democracia, como o ataque de 8 de janeiro, que deixou marcas profundas que precisam ser revistas e analisadas.

De 2019 a 2020, podemos analisar quatro acontecimentos que inflaram o ódio às minorias: o desmonte do Estado e a sua entrega a forças privatizantes e fundamentalistas; a eliminação física de pessoas, comunidades e povos que não interessam ao projeto fascista e a sua base política, como mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas e jovens, entre outras que foram destruídas na sua dignidade; a drenagem de recursos orçamentários para alimentar a eleição de aliados; e a organização de equipes intransigentes no comando dos Ministérios, que criaram um cenário de terra arrasada no Brasil. Esse que chega hoje vai ter que pagar por tudo isso. E é claro que vai ter que responder por todas as ações criminosas que ocorreram em nosso País.

Sr. Presidente, também quero lembrar hoje da luta dos enfermeiros e dos agentes de saúde. Eles estão querendo que seja pago aquilo que foi definido aqui, porque muitos Municípios dizem que não vão pagar porque não têm dinheiro.

Essa é uma luta histórica, de mais de 19 anos. Um grande passo foi dado neste Parlamento em dezembro do ano passado, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada lei do piso salarial nacional da enfermagem.

O nosso compromisso, como Parlamentar de esquerda, sempre foi em favor do reconhecimento da categoria. E, agora que a Esquerda voltou à Presidência da República, iremos cumprir com os compromissos discutidos em diversos momentos nesta Casa.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, muito em breve, o Governo Federal editará uma medida provisória para pagar o piso salarial dos enfermeiros e das enfermeiras. Contudo, deixo aqui o meu compromisso de lutar não só pelo piso salarial, mas também por outras demandas dessa categoria que, junto com outros profissionais da saúde, salvou a minha vida no leito de um hospital quando fui acometido pela COVID-19.

Os enfermeiros entregam a vida para salvar a de outros todos os dias. Já está mais do que na hora de retribuirmos a eles esse favor, e eles estão hoje pedindo que, de fato, se cumpra a lei.

Sr. Presidente, concluo dizendo que é fundamental que tudo aquilo que o Governo anterior fez — e agora chega o fujão — seja explicado. Na realidade, a alegria dos que estão se alegrando com a vinda daquele que destruiu o nosso País, daqui a pouco, será tristeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

A próxima inscrição é do Deputado André Fernandes, do PL do Ceará. *(Pausa.)*

Não está presente o Deputado André Fernandes.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Tem a palavra o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Reimont. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Tem a palavra a Deputada Carol Dartora. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Tem a palavra, pelo tempo regimental, o Deputado Luiz Lima, do PL do Rio de Janeiro.

**O SR. LUIZ LIMA** (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos. É uma honra ter a sessão presidida por V.Exa.

Presidente Pompeo de Mattos, estamos com 89 dias de Governo, a 11 dias de completar 100 dias. Lamentavelmente, o Governo ainda não apresentou uma direção.

Tivemos casos históricos de 100 dias de Governo. Quero me recordar do Presidente Roosevelt, quando, na década de 30, na Grande Depressão, teve a capacidade de, em 100 dias, reestruturar os Estados Unidos. Alguns anos mais tarde, os Estados Unidos estavam na Segunda Guerra Mundial, como uma grande potência do mundo. Isso se deve à organização.

Nós temos, no atual Governo do PT, uma verdadeira colcha de retalhos. Os 37 Ministérios são dirigidos por partidos políticos com ambições diferentes, muitas delas de poder.

Hoje temos, em determinados Ministérios, Ministro que não indica o próprio secretário. O secretário de determinado Ministro é indicado por outro partido, que não o do próprio Ministro. Então, temos um Governo com uma incapacidade administrativa impressionante. Sequer os postos do Governo foram ocupados, com 89 dias de desgoverno. Infelizmente, a 11 dias de completar 100 dias de Governo, podemos concluir que estamos à beira do abismo.

Temos um Presidente da República que descredencia o Ministro da Justiça, quando na operação da Polícia Federal é demonstrado o risco ao Senador da República Sergio Moro e à sua família. Temos um Presidente da República que descredencia seu Ministro da Previdência, Carlos Lupi, quando o próprio Lula fixa os juros dos consignados do INSS aos aposentados em 1,97%. Temos um Presidente da República acompanhado de um Ministro da Casa Civil que entregou a Bahia com a maior taxa de desemprego do País. Temos um Presidente da República auxiliado por um Ministro da Justiça que entregou o Maranhão com o pior IDH do Brasil. Temos um Presidente da República que tem como Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida, que não se posiciona em relação ao aborto. E temos um Ministro da Previdência, o Sr. Carlos Lupi, que é contra os aposentados naquele imbróglio de dificuldade dos empréstimos consignados.

Presidente Pompeo de Mattos, ao final do primeiro bimestre de 2023, nós tivemos a queda de 38% no oferecimento de empregos no País. Ano passado, no mesmo período, nós tivemos 520 mil novos empregos e, este ano, 2023, estamos com 326 mil novos postos de trabalho — 38% a menos. Esse é um forte indício de distúrbio de organização.

Ontem chegou aqui, na Câmara dos Deputados, apresentado ao Presidente Arthur Lira, o arcabouço fiscal. Eu acho que era melhor não ter apresentado, porque um Governo que tem um piso de gastos, e não um teto de gastos, um Ministro da Fazenda que entende que quanto mais o Governo gasta, mais ele faz girar a economia, esse é o maior papo-furado que podemos ter.

Ontem, infelizmente, vimos representando o Brasil a ex-Presidente Dilma, que foi indicada para presidir o Banco do BRICS, a estocadora de vento, a Presidente que saudava a mandioca. Ela, ontem, sequer conseguiu dar uma entrevista em inglês, mesmo o repórter falando com muita calma. É a falta de tecnicidade pura deste Governo. É uma irresponsabilidade.

Então, estamos há 89 dias sem picanha e vamos chegar a 100 dias de um Governo que sequer tem organização suficiente para dar sustentação e governabilidade ao próprio Governo. O maior inimigo do PT é o próprio PT.

Nós teremos, nos próximos 3 meses, infelizmente, a apresentação de um grande desgoverno...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Luiz Lima. A próxima inscrição é do Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Merlong Solano. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Lindenmeyer. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Marcon. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra a Deputada Célia Xakriabá. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Charles Fernandes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Roberto Duarte. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Odair Cunha. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Alfredinho. *(Pausa.)* Também está ausente do plenário.

Eu já chamei a Deputada Carol Dartora, mas posso fazê-lo de novo.

Honrosamente, tem a palavra a Deputada Carol Dartora, do PT do Paraná, pelo tempo regimental.

**A SRA. CAROL DARTORA** (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todas e todos.

Antes de começar a minha fala, denunciando uma situação que aconteceu na Comissão de Comunicação no dia de ontem, não posso deixar de comentar a fala que me antecedeu. Fez-se menção a nossa ex-Presidente Dilma, uma mulher honesta, honrada, que sofreu um golpe no País. Ela falava de energia eólica, porque estava muito à frente do seu tempo. A ignorância não permitiu que entendessem do que ela estava falando, infelizmente, quando disse que deveríamos estocar vento. Também é uma mulher que sofreu um golpe, sim. A primeira Presidenta mulher do País sofreu um golpe, muito incentivado pela mentalidade bolsonarista que se instalou na Câmara, que se instalou no Brasil, e que tem sido destrutiva para o País.

Aproveito o momento para também denunciar o que aconteceu ontem na Comissão de Comunicação, a qual está dentro de uma casa democrática — nós estamos ainda em um Estado Democrático de Direito. À custa de muita luta, conseguimos eleger novamente um Governo democrático, na figura do Presidente Lula. Nós estamos no Estado Democrático, mas pessoas que compõem a Comissão de Comunicação não conseguem entender o que é democracia. Chamaram uma audiência sobre comunicação e excluíram entidades importantes da sociedade civil que gostariam de participar de audiência pública sobre o tema. Eles não conseguem entender o caráter público, e ainda cercearam a minha voz em vários momentos. Na primeira reunião, fui voz sozinha do contraditório naquela Comissão. Na reunião de ontem, o meu microfone foi desligado, fui cerceada, fui atacada de diversas formas pelos Deputados bolsonaristas que ali estão. Refiro-me a Nikolas Ferreira e Filipe Barros, pessoas que, inclusive, respondem por crimes de *fake news* e estão na Comissão de Comunicação da Câmara promovendo a barbárie, promovendo ataques antidemocráticos, sendo extremamente violentos com o contraditório que ali se manifesta.

Gostaria de deixar pontuada essa denúncia. O País precisa tomar providências. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, precisa tomar providências, porque não há como conviver com esse clima de insalubridade que a extrema direita fascista, bolsonarista está impondo à Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Tadeu Veneri. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Damião Feliciano, do UNIÃO, pelo tempo regimental.

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** (UNIÃO - PB. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Carol, foi boa a sua fala.

Eu acho interessante quando se vem a esta tribuna para falar do Governo de um ou de outro, mas o melhor a fazer é perguntar às pessoas, perguntar ao povo. Isso é interessante.

Este Governo está fazendo o maior programa social já visto neste País. São 21 milhões de famílias beneficiadas — isso não é brincadeira. Por quê? Porque a fome não pode esperar. Com a divisão das rendas sociais, este Governo consegue repassar, distribuir renda para as pessoas. Esse é o verdadeiro Governo, porque se preocupa com o povo, trabalha pelo povo e para o povo. Vejam bem o Bolsa Família: foi um repasse de 14 bilhões de reais ao povo que precisa. Este Governo está dando 670 reais, a partir desse repasse, para cada família, com o acréscimo de 150 reais por criança na primeira infância. Isso muda o retrato do País, faz com que haja uma melhor distribuição de renda. O Presidente Lula tem essa característica, a de conseguir levar para as pessoas da camada mais pobre o benefício de que precisam.

Essa diferenciação nós precisamos fazer, com muita essência. Isso é o que um verdadeiro governo deve fazer. Ele deve fazer a diferença e beneficiar as pessoas que precisam. Aí vem a pergunta que fazemos em qualquer lugar: quem não gosta de ter a sua moradia? Este Governo retomou o Programa Minha Casa, Minha Vida. Nós vamos fazer milhares ou milhões de casas para as pessoas morarem.

Foram ações como essa que fizeram com que este Governo ganhasse as eleições. Na democracia, o que vale é a maioria. O Presidente Lula estava fora do Governo, o Presidente Lula não estava com a máquina administrativa, e o povo deu a ele a Presidência da República, para ele governar este País.

Ele abriu espaço no exterior. Hoje o Brasil tem outra característica em relação à respeitabilidade. Nós vemos a diferença. Este Governo está se implantando, está se instalando, só tem dois meses e pouco de trabalho, e nós já vemos diferença em todos os níveis, em todas as camadas. Começou a subir o número de empregos, começou a melhorar a economia, começaram a vir investidores para este País, o que vai fazer com que cresça.

Eu estou entusiasmado, e o povo também. Aqui não faço falácia, só discurso. Não. A essência é chegar junto ao povo e perguntar: "Como é que está a sua vida hoje, com o Governo Lula?". Eu fui ao Estado da Paraíba, Sr. Presidente, e vi ações. A população já está começando a ver a retomada do PAA, o programa que incentiva a agricultura familiar, que vai dar assistência à população que mais precisa.

Eu gostaria de falar para o povo e pelo povo. O Presidente Lula reserva 30% de vagas para negros no serviço público. Isso faz a diferença no nosso País. Eu estou entusiasmado, eu estou vendo, lá na frente, aonde o nosso País vai chegar, eu estou sentindo, com força e energia, que neste País vai haver uma mudança. Este País está começando a ver a diferença, este País está começando a sentir...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DAMIÃO FELICIANO (UNIÃO - PB)** - Para encerrar, eu queria dizer que o nosso Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, fez um discurso ontem, na Marcha dos Prefeitos, e garantiu recursos para as camadas que mais precisam, através do Governo Lula, garantiu bilhões de reais, que vão fazer com que as pessoas deixem de sofrer. Vamos adiante! O Brasil tem muito a caminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Damião Feliciano.

A próxima inscrição é do Deputado Fernando Mineiro. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa.

A próxima inscrição é do Deputado Prof. Paulo Fernando, do Republicanos. *(Pausa.)*

Também está ausente.

A próxima inscrição é do Deputado Tenente Coronel Zucco, do Republicanos do Rio Grande do Sul, com quem fizemos um importante debate ontem na TV, na CNN, um debate educado, respeitoso, maduro, em favor do Brasil.

V.Exa. tem a palavra da tribuna por 3 minutos.

**O SR. TENENTE CORONEL ZUCCO** (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Zero Um voltou, o capitão voltou, o mito voltou. O Brasil está sorrindo. Voltou a alegria, voltou a união, voltou a garra do povo brasileiro, voltaram os valores e as esperanças.

Sim, nós estamos muito felizes. O Presidente Bolsonaro resgatou o verde e amarelo, o amor à Pátria, o amor aos valores Deus, pátria, família, liberdade.

Deputado Zé Trovão, Deputado Carlos Jordy, Deputado Nikolas Ferreira, Deputado Gustavo Gayer, a nossa oposição vai ser implacável contra este desgoverno, contra o ex-presidiário. Nós vamos mostrar que o Brasil decente quer, sim, valores.

Eu quero dar as boas-vindas para o Capitão Bolsonaro e dizer que nós estamos aqui, na Câmara Federal, no Senado Federal, nas ruas, de verde e amarelo, vibrando com o seu retorno.

Nós não vamos permitir que este projeto de poder e vingança permaneça. Nós vamos, sim, mostrar que a Direita conservadora, que o Presidente Bolsonaro tem um projeto de Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Tenente Coronel Zucco.

A próxima inscrição é do Deputado Carlos Jordy.

Enquanto o Deputado Carlos Jordy se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano, por 1 minuto.

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã linda, eu tenho dois motivos para comemorar. Primeiro, porque é o aniversário da minha cidade de Orlândia, onde eu nasci, o dia 30 de março; e, segundo, porque a esperança está de volta.

O Livro dos Provérbios diz, Deputado Carlos Jordy, que a esperança demorada enfraquece o coração. Hoje o coração dos brasileiros patriotas começou a pulsar mais forte. Muitas pessoas, Deputado Jordy, não dormiram nesta noite: nós, pela ansiedade de ver o Presidente; e o outro lado, de desespero, porque chegou o maior líder da Oposição do nosso País, uma oposição coerente. Ele trouxe para nós fôlego e ares de esperança.

Eu quero daqui mandar uma mensagem para todo o Brasil: a esperança voltou, e o nosso País, com certeza, vai ter um *upgrade*.

Que o Governo que aí está aproveite o tempo, porque está com os dias contados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - O Deputado Carlos Jordy está na tribuna.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. CARLOS JORDY** (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje realmente é um dia muito especial, o dia em que o maior líder político do Brasil retorna à sua Pátria, o homem que resgatou o patriotismo dos brasileiros, a defesa dos nossos valores, o homem que comandou o País de forma honesta e, apesar de todas as adversidades apresentadas, fez com que o nosso País se mantivesse num caminho muito melhor do que o que nós vemos agora.

O Presidente Bolsonaro retornou mobilizando multidões, como sempre. Isso mostra que ele é um grande líder e que todas as pessoas que o apoiaram e votaram nele nas eleições estavam com saudades — e expressaram isso. Outras pessoas também o recebem e vibram com a sua vinda, aquelas que foram enganadas pelo conto da picanha.

O Presidente Bolsonaro não poderia voltar em um momento melhor. Ele volta em um momento emblemático, porque estamos vivendo um momento muito triste para o Brasil, com um desgoverno que comete atrocidades, que não tem planos, que não tem projetos, que não tem políticas públicas, que só tem um projeto de vingança, de revanchismo, que abre a boca para falar mal da taxa SELIC de 13,75% para achar o culpado para o seu frangalho econômico, quando essa mesma SELIC já está vigendo desde o Governo Bolsonaro, desde agosto de 2022, e o Presidente Bolsonaro entregou o País com o PIB em crescimento de 2,9%, com a menor taxa de desemprego desde 2015 e com uma inflação também caindo, a quarta menor do G-20. Agora tudo está sendo destruído.

O Presidente Lula abre a boca para atacar a autonomia do Banco Central do Brasil, buscando um culpado, manda o Presidente da APEX Brasil para a China, o nosso maior parceiro comercial, para chegar lá e falar mal do agronegócio brasileiro, para dizer que o agro brasileiro, que é um dos maiores responsáveis pela geração de empregos no Brasil e por fazer com que o nosso PIB tenha maior crescimento, é responsável pelo desmatamento na Amazônia, querendo afugentar investidores e parceiros comerciais.

Este é um momento em que, apesar de estarmos aqui fazendo uma oposição séria, contundente, crítica e impedindo os avanços dessa destruição, o Presidente Bolsonaro vem para nos dar mais motivação, mais gás. Ele vem para alegrar os brasileiros e fortalecer a Oposição no Congresso Nacional. Essa Oposição vem demonstrando todos os desmandos, todos os malfeitos desse Governo, desse desgoverno, que parece que faz de propósito e coloca o País num caos de ingovernabilidade e numa autoimposição de crise social e política. Por isso, o Presidente Bolsonaro agora chega para alegrar os brasileiros, para orgulhar os brasileiros, para fortalecer a Oposição, e nós o saudamos.

Seja bem-vindo, Capitão Jair Messias Bolsonaro. Vamos resgatar o Brasil e devolvê-lo aos brasileiros.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Carlos Jordy.

O próximo inscrito é o Deputado Dr. Francisco, do PT do Piauí. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

Tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer. *(Pausa.)*

S.Exa. também não está presente.

Tem a palavra a Deputada Franciane Bayer, do Republicanos do Rio Grande do Sul, que substitui aqui honrosamente a sua irmã Liziane Bayer, que foi nossa Deputada também. As duas já foram eleitas Deputadas Federais.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Franciane Bayer.

**A SRA. FRANCIANE BAYER** (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, hoje eu venho a esta tribuna para falar de uma problemática real de muitos brasileiros. Quando falamos em deficiência física, não é difícil imaginarmos as dificuldades que são enfrentadas por pessoas nessa condição. Dos mais simples movimentos dentro da sua própria casa aos mais complicados deslocamentos em ruas e em prédios, nada é fácil para uma pessoa com deficiência. Contudo, cabe ao Estado, aos Governos e a este Parlamento, portanto, facilitar a vida das pessoas o máximo possível.

Vivemos em tempos de discursos bonitos, de muita preocupação com diversidade, com inclusão, porém, de pouca ação prática naquilo que realmente é importante e que muda a vida dos brasileiros. Acontece que hoje, em 2023, as pessoas que têm deficiência física têm a mesma isenção de ICMS para a compra de veículos — pasmem, Deputados — que tinham no fim da década retrasada. Em 2009, foi definido que veículos especiais para pessoas com deficiência, no valor de 70 mil reais, teriam isenção integral do ICMS. Graças à inflação e às crises econômicas, hoje esse valor está absurdamente defasado, quando se fala em veículos utilitários adaptados. Até 15 anos atrás, era possível comprar um veículo PCD com 70 mil reais, mas hoje, com esse valor, nós mal compramos um carro popular.

Recentemente, o CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária aumentou o valor máximo do veículo PCD para 100 mil reais, mas com uma isenção proporcional e definida pelo Governo Estadual. O teto para a isenção integral segue sendo o mesmo há mais de uma década: 70 mil reais, com o que hoje mal se compra um carro popular. O problema é que, em geral, os carros populares não servem para adaptação, e é um veículo que deve servir ao motorista com deficiência.

Eu venho aqui hoje a esta tribuna, Presidente e colegas Deputados, fazer um apelo aos 27 Governadores: vamos evoluir dos belos discursos para as boas práticas! Vamos avançar! Nós temos conversado com diversas entidades ligadas à causa, especialmente com o Somos Todos PCD. Entendemos que é necessário, em primeiro lugar, que os Estados estendam a isenção integral para, pelo menos, os 100 mil reais previstos pelo CONFAZ.

Na semana passada, eu encaminhei ofício ao Governador de Estado do Rio Grande do Sul. E, hoje, quero aqui solicitar o apoio dos colegas. Nós precisamos de uma mobilização. Nós precisamos realmente incluir essas pessoas. Nós estamos falando de milhares de pais, de mães, de famílias que não têm conseguido executar o seu trabalho, por não conseguir adquirir um veículo adaptado.

Colegas, eu peço um esforço de V.Exas. A reunião do CONFAZ é amanhã. Se todos puderem nos auxiliar, oficiando seus Estados, conversando para que possamos estender essa isenção aos veículos especiais, nós vamos passar da fase dos discursos para a fase das boas práticas e, realmente, trazer a inclusão para todos os brasileiros.

Fico à disposição de todos os colegas que precisarem e puderem ajudar nessa causa.

Vamos juntos falar, mas vamos juntos fazer o que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Franciane Bayer, do Rio Grande do Sul.

A próxima inscrição é do Deputado Sidney Leite, do PSD. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Airton Faleiro, do PT do Pará. *(Pausa.)*

S.Exa. está ausente.

Passo a palavra ao Deputado Nikolas Ferreira, do PL de Minas Gerais. *(Pausa.)*

S.Exa. está ausente também.

Passo a palavra ao Deputado General Girão, do PL do Rio Grande do Norte. *(Pausa.)*

A Deputada Bia Kicis, do Distrito Federal, antecederá o Deputado General Girão.

Tem a palavra V.Exa. que, honrosamente, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão mais importante da Casa, e hoje preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

**A SRA. BIA KICIS** (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, V.Exa. foi um grande parceiro lá na Comissão de Constituição e Justiça, ajudando-nos a votar os bons projetos, a manter a ordem na CCJ.

Quero cumprimentar meus colegas e dizer que hoje, com muita alegria, nós recebemos o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro, que está de volta ao Brasil. Vários de nós Deputados, Parlamentares, estivemos com o Presidente. Ele chegou muito animado para assumir a Presidência do PL, como Presidente de honra. O Presidente Valdemar é o Presidente do PL e continuará sendo, mas o Presidente Bolsonaro estará junto com ele e junto com a Michelle Bolsonaro, que conduzirá os rumos do PL Mulher.

Hoje, Presidente, eu assumo também o diretório do PL do Distrito Federal. Estendo aqui o convite a todos os colegas que puderem comparecer ao CTG — Centro de Trações Gaúchas, no Setor de Clubes, a partir das 19 horas.

Sou Presidente da CFFC — Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Ontem, tivemos a participação do Deputado Kim Kataguirí, que é membro da Comissão, trazendo um documento, algo que é gravíssimo. Trata-se do Ofício nº 5, de 2023, da Polícia Federal dirigida ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Sr. Flávio Dino. Esse ofício é do dia 7 de janeiro, 1 dia antes dos atos do dia 8, portanto, em que se informa o grande risco de invasões e de depredação dos prédios dos Três Poderes da República. Então, não há como o Ministro Flávio Dino dizer que não estava ciente. Fica clara a omissão do Ministro, a omissão criminosa. E digo isso porque há omissão que não é crime, é preciso que seja tipificada a omissão como crime. Nesse caso, está tipificada a omissão. Ele não fez nada — e era sua função fazê-lo — para impedir o ataque aos prédios públicos, aos prédios dos Três Poderes. Isso é gravíssimo!

E sabem o que é mais grave, colegas? O Ministro veio à CCJ — Comissão de Constituição e Justiça, que eu tive a honra de presidir em 2021, e mentiu descaradamente, sem nenhum apreço à verdade. O Ministro mentiu para todos os Deputados que estavam lá presentes, dizendo que não teve acesso à informação de que poderiam ocorrer esses atos no dia 8. Um Ministro de Estado mentindo perante a Corte de Comissão de Constituição e Justiça do Parlamento é muito grave, tão grave quanto o crime em si da omissão.

Na Comissão de Fiscalização e Controle, nós iremos chamar o Ministro para que ele se pronuncie sobre isso, mas dessa vez esperamos, Deputado Jordy, Líder da Oposição, que o Ministro se comporte como uma autoridade, sem deboche, sem gracinha, sem mentir, porque ele tem o dever da verdade em nome do cargo que ocupa. Qualquer autoridade pública tem o dever de se comprometer com a verdade.

Sr. Presidente, eu gostaria que as minhas palavras pudessem ser veiculadas no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada, Presidente, por esta oportunidade de falar. Agora eu preciso me retirar por uma questão de saúde na família.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Bia Kicis. A solicitação de V.Exa. é acatada pela Mesa para que seja dada a devida divulgação de seu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

A próxima inscrição é a do Deputado General Girão, do PL do Rio Grande do Norte.

Tem a palavra V.Exa. da tribuna.

**O SR. GENERAL GIRÃO** (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que as nossas palavras tivessem eco no programa *A Voz do Brasil*.

Fazendo um comentário sobre o que falou a Deputada Bia Kicis, realmente esse Ministro da Justiça nos envergonha, e isso é lamentável. Ele precisa ser chamado de novo aqui.

Mas o meu pronunciamento de hoje é em relação ao dia de amanhã, dia 31 de março de 2023. O Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964 deve ser analisado no contexto da Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União da República Socialista Soviética, uma disputa pelo poder hegemônico global. O conflito foi indireto, pois as manobras principais não eram no campo militar, e sim, nos campos político, econômico, científico, tecnológico e sociocultural, com intenso emprego das operações psicológicas e das propagandas do sistema capitalista pelos Estados Unidos e do sistema socialista pela União Soviética.

As bases para o progresso e o bem-estar das nações eram o liberalismo econômico e a democracia. A visão predominante da sociedade brasileira naquela época se alinhava à norte-americana, com adaptações, admitindo uma grande participação do Estado na economia, o que não é mais a realidade hoje no mundo todo — hoje é o liberalismo.

Nos anos de 1950, a União Soviética mantinha matriz do modelo soviético de promoção desse movimento comunista. Passou a priorizar a via pacífica para tomar o poder. A estratégia era a subversão, e o objetivo era a tomada do poder. A luta armada era uma alternativa como golpe final do processo revolucionário se fosse preciso.

Nos anos de 1960, as instituições não eram maduras e fortes para sustentar a democracia, abalada por várias crises políticas, militares desde 1922. Na verdade, de 1922 a 1964, houve 16 crises militares, crises políticas no País, onde chefes militares envolvidos na política partidária arrastavam parte da tropa num Brasil imaturo para a democracia. Essa é uma verdade que precisa ser dita — e eu tenho publicado vídeos de alguns jornalistas que defendem o compromisso com a verdade.

A situação político-social prenunciava um conflito com potencial para desaguar numa guerra civil de cunho revolucionário. O Presidente na época, João Goulart, estava comprometido, sim, e o PCdoB falava que o *slogan* deles era: *Reforma na lei ou na marra*. A quebra da hierarquia e da disciplina, com reuniões com praças feitas pelo Presidente da República, sem a presença dos seus comandantes imediatos, nos preocupava naquela época e hoje também voltou a nos preocupar.

As Forças Armadas foram empregadas com a população, com a mobilização da população, das famílias nas ruas. Então, o Movimento de 31 de Março foi um movimento cívico-militar que mobilizou toda a Nação e impulsionou as Forças Armadas, sem dar condição de reação a um governo que perdesse a autoridade moral e o respeito da Nação. Este é o grande perigo: um Ministro não pode perder o respeito da Nação, um Presidente não pode perder o respeito da Nação. As Forças Armadas, então, em 1964, cortaram esse mal pela raiz.

Fica a pergunta: os familiares gostariam de perder seus entes queridos se tivessem sido empregados para enfrentar a luta armada?

É muito preocupante. E nós precisamos, sim, exaltar a democracia no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado.

A próxima inscrição é do Deputado Roberto Monteiro, do PL do Rio de Janeiro, que está na tribuna.

**O SR. ROBERTO MONTEIRO** (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Primeiramente, a Deus, toda a honra, toda a glória e todo o louvor de gratidão. Gratidão também ao meu filho Gabriel Monteiro e a todos os eleitores que confiaram a mim a condição de estar no meio dos nobres Parlamentares desta importante Casa nesta Nação.

Eu quero iniciar com este texto de Romanos 12:18, em que o apóstolo São Paulo fala para os crédulos, para os que têm fé: "*Se for possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens*".

Esse é um texto bíblico, não fui eu que escrevi. Estou simplesmente recitando. Essa é a minha visão: estar em paz com todos. Todavia, eu estou falando desta tribuna, porque Deus está tanto na outra quanto nesta, em toda a Casa e em todo o universo ao mesmo tempo.

Nesse instante, eu registro aqui a minha felicidade por ter saído agora desse grande acontecimento. A história do Brasil voltará numa grandiosa dinâmica, porque o nosso querido e sempre Presidente Jair Messias Bolsonaro voltou ao solo brasileiro, debaixo de uma unção, de um conhecimento, de um entendimento, e nós que trabalhamos com muito afinco para reconduzi-lo à vitória estávamos esperando esse momento.

Mas volto a dizer o que o apóstolo São Paulo registrou no livro áureo universal: se possível for, tenha paz com todos. Então, eu quero a paz desta Nação. Eu quero o desenvolvimento deste povo. Eu quero ver o Brasil caminhando e sendo uma referência positiva em todo o planeta.

Finalizo dizendo que nós vamos caminhar, que nós vamos marchar e que o nosso líder maior voltou ao território brasileiro. Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor e o seu povo a quem ele marcou por grande esperança.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento fique registrado nos Anais e nos meios de comunicação desta Casa.

Saibam todos que nós estamos passando, nós vamos embora, e como está a nossa relação com Deus?

Deus vos abençoe. Deus existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Roberto Monteiro. A solicitação de divulgação do pronunciamento de V.Exa. nos meios de comunicação da Casa está acolhida.

Tem a palavra o próximo inscrito, o Deputado Gilvan da Federal. (*Pausa.*) Ausente.

Tem a palavra o Deputado Merlong Solano, do PT do Piauí. (*Pausa.*)

Tem a palavra V.Exa., Deputado Cabo Gilberto Silva, por 1 minuto, no microfone de apartes.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos lamentar profundamente a determinação do Comandante do Exército, o Sr. General Tomás, de não fazer o que fazemos em todo dia 31 de março. É uma covardia imensa desse general, que é o atual Comandante do Exército, obedecendo ao descondenado ao não cumprir a história brasileira.

Não houve golpe militar, Sr. Presidente. O que houve foi um contragolpe: a ditadura do proletariado. Os comunistas queriam tomar o nosso País, e a sociedade civil organizada impulsionou as Forças Armadas a reaver a democracia brasileira.

E este Congresso, no dia 2 de abril, decretou a vacância do cargo de Presidente e, no dia 11, foi eleito o Marechal Castelo Branco como Presidente da República.

Sr. Presidente, a história ninguém apaga.

General, o senhor foi um frouxo! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Deputado Merlong Solano, tem a palavra V.Exa. na tribuna.

**O SR. MERLONG SOLANO** (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pompeo, colegas Deputadas e Deputados, nos seus 33 anos de vida, Jesus Cristo quase sempre foi pacífico, tranquilo e muito sábio. Mas houve uma vez que ele usou da força e do chicote para expulsar os fariseus do templo, chamando-os de sepulcros caiados. Mas eu me inscrevi hoje para falar de coisas positivas. Eu me inscrevi para falar do Programa de Aquisição de Alimentos — PAA.

Nos últimos anos, Sr. Presidente, a inflação no setor de alimentos tem subido mais do que a média. A inflação dos alimentos, nos últimos 4 anos do desgoverno Bolsonaro, foi de 57%, e a média da inflação de 2017 até 2022 foi de 31%. O setor de alimentos foi desorganizado no nosso País, foi abandonado. A CONAB deixou de comprar e administrar estoques reguladores, a agricultura familiar foi abandonada, o Programa de Aquisição de Alimentos foi esvaziado, passando a depender apenas de emendas parlamentares, que inclusive não eram liberadas. Eu mesmo, em 2022, coloquei 4,5 milhões para o PAA, e até agora não foram liberados. Vão ser liberados pelo atual Governo.

Diante deste quadro, o Governo Lula já está no rumo certo. Restabeleceu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, está rearticulando, reorganizando a CONAB e destinou 500 milhões de reais ao Programa de Aquisição de Alimentos para esse primeiro ano de Governo.

Com certeza, com a forte parceria entre os Estados, Municípios e organizações sociais, no ano que vem nós vamos executar um Programa de Aquisição de Alimentos ainda maior, para que o Brasil volte a produzir alimentos para a mesa do nosso povo. É óbvio que produzir soja é importante; ela exporta, ela gera divisa. Mas o Governo do Brasil tem que ter o compromisso prioritário com a produção de alimentos saudáveis, por um preço que o povo possa pagar. Isso se faz rearticulando os mecanismos de apoio à agricultura familiar, aos pequenos e médios empreendimentos.

É isso que faremos. É isso que já estamos fazendo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da CONAB. E vamos continuar fazendo por todo o Brasil. Produzir alimentos para o povo do Brasil é uma das prioridades do Governo Lula.

Sr. Presidente, peço que esse pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Merlong Solano. A solicitação de V.Exa. é acatada pela Mesa para dar a devida divulgação do seu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Tem a palavra o Deputado Rogério Correia. (*Pausa.*)

Deputado ausente do plenário.

Tem a palavra o Deputado Alfredinho, do PT de São Paulo.

**O SR. ALFREDINHO** (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Eu fico impressionado com algumas falas que comemoram o dia 31 de março, que é exatamente a data da ditadura militar que assassinou, torturou vários militantes políticos por não concordarem com a ditadura e defenderem a democracia. Também é impressionante que o grande líder deles volte ao País exatamente na véspera de 31 de março. Isso representa um risco para a democracia, porque se trata de um ditador, de uma pessoa que defende a tortura, que não respeita as mulheres, ou seja, tudo de ruim que possamos imaginar. É lamentável alguns ainda pensarem assim, mas tudo bem. Na democracia, temos que conviver com tudo. Democracia é bom — e é bom mesmo —, exatamente porque temos que conviver com tudo, até com as pessoas que defendem a tortura e a morte de quem não concorda com elas.

Na verdade, Sr. Presidente, vim aqui falar sobre duas coisas importante que o atual Governo já retomou.

A primeira é o Programa Minha Casa, Minha Vida, somente para aquela faixa de zero a 3 salários mínimos, em que está a maioria das pessoas que não têm onde morar. A importância disso se dá porque a moradia é o sonho de uma pessoa. O grande sonho de uma pessoa que não tem onde morar ou que mora num lugar em condições precárias é ter onde morar.

Eu que participo dos movimentos de moradia na cidade de São Paulo e os acompanho, nesses dias, fiquei muito emocionado, quando uma senhora viu que o apartamento dela estava prestes a sair e foi visitar. Ela dizia: "*Será que vai ser meu mesmo? Eu não estou acreditando*". Pois é, ela vai ter esse apartamento e vai morar lá com seus três filhos.

Por isso, destaco a importância desse programa, que ficou paralisado no Governo anterior, que inventou uma tal de Casa Verde e Amarela, que eu, por exemplo, nunca vi a cor, nem do verde e nem do amarelo. Essas pessoas ficaram 4 anos com esse programa paralisado, sem ter a esperança de um dia ter uma casa própria para morar.

A segunda é o Programa Mais Médicos, também muito importante.

Tanto nas cidades grandes quanto nas cidades pequenas, sabemos que existe a falta de médicos. O Brasil forma poucos médicos para a demanda que temos neste País. E ainda mais: os médicos que são formados são geralmente oriundos ou de classe média ou da classe dos mais ricos neste País. Poucos médicos formados são da periferia, o que seria importante por conta de estar morando ali no território e conhecer, entender o problema das pessoas.

Por isso, é importante também a volta de programas como o PROUNI, o FIES e outros com incentivo a alunos pobres da periferia para que possam se formar, ser médicos e atender o nosso povo no local de moradia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alfredinho.

A próxima inscrição é a da Deputada Rosângela Moro, do UNIÃO de São Paulo. *(Pausa.)*

Enquanto a Deputada Rosângela vai à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho, por 1 minuto, no microfone de aparte.

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PL - PA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu queria só registrar aqui a presença do Deputado Coronel Neil, Deputado Estadual do PL do Pará, coronel da Polícia Militar reformado, que volta ao cargo de Deputado Estadual lá no meu Pará, representando o nosso PL. Ele esteve aqui hoje conosco junto com todos esses Deputados do PL, recebendo o Presidente Bolsonaro no seu retorno ao Brasil.

Temos certeza de que o Presidente vem para fazer a boa política, fazer o contraponto necessário. Não existe Governo sem oposição séria, responsável. Muitos criticam. Eu vejo as críticas de que o Presidente não gosta de mulher, de que o Presidente não gosta da democracia. É engraçada a falsa moralidade dessas pessoas que acham que o Presidente não presta, mas quem presta é bandido, quem presta é invasor de terra, quem presta é ladrão, quem presta é quem devia dinheiro público. É uma falsa moralidade, é uma forma de pensar diferente da minha. Eu penso que as pessoas devem dizer suas posições bem claras e fazer a boa política, a política construtiva.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado, Deputada, pela espera.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Passarinho.

Na tribuna, está a Deputada Rosângela Moro, do UNIÃO de São Paulo.

Tem a palavra V.Exa.

**A SRA. ROSÂNGELA MORO** (UNIÃO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, o PT e os partidos satélites não combatem o crime em quaisquer das suas modalidades. Primeiro, eles entraram com uma ação no STF, a ADPF 518, para derrubar as normas que proibiam visitas íntimas e comunicação de presos criminosos de facções criminosas. As normas proibiam a comunicação para evitar a continuidade delitiva. Essa tragédia só foi evitada porque esta Casa aprovou uma legislação, o que era previsto em normas do Ministério da Justiça. Com isso, evitou uma grande tragédia.

Hoje, o Brasil fica sabendo de mais um desserviço do PT à nossa Nação. Agora, pelos partidos satélites, o PSOL, o PCdoB e o Solidariedade, eles ajuizaram uma ação no STF para suspender multas impostas que somam 8 bilhões de reais. Vou explicar melhor: são empresas que devem multas altíssimas porque cometeram crimes. São 8 bilhões de reais! O valor dessas multas, que se converte em dinheiro público, pode ser utilizado para atender a tantas necessidades do nosso País.

O que chama a atenção é que nem as empresas que são condenadas a pagar essas multas estão adotando medidas judiciais. Isso significa dizer que a Esquerda está advogando para as empresas devedoras da Justiça. A ação não é movida pela Odebrecht, nem pela OAS, nem por nenhuma outra empresa condenada na Operação Lava-Jato.

A pergunta é: por que a Esquerda faz isso? Por que está abrindo mão desse recurso? Afinal, a Esquerda sabe muito bem pegar dinheiro da iniciativa privada e onerar ainda mais quem produz riqueza neste País, os empresários. Sabe prejudicar o agronegócio, quando manda representantes falarem mal do nosso agro, e dificultar as nossas relações comerciais, ou seja, sabe mandar nosso suado dinheiro para o ralo. E por que, então, fazem isso? Porque são empresas com as quais esse partido manteve relações espúrias, como a Lava-Jato mostrou.

Nós não podemos e não vamos concordar com isso!

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Rosângela Moro.

O próximo inscrito é o Deputado Gilson Daniel, do Podemos do Espírito Santo.

Em seguida, falará o Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. GILSON DANIEL** (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta semana é importante, porque o Governo Federal atendeu a um pedido que fizemos de repasses para retomar as obras paralisadas do FNDE.

Esses recursos já foram repassados a diversos Municípios do Brasil. No Espírito Santo, 18 cidades receberam recursos. Porém, as obras estão paralisadas, obras iniciadas em 2014 e em 2015. Infelizmente, nos últimos 4 anos, não tivemos repasse aos Municípios brasileiros para a construção, para a conclusão dessas obras tão importantes para o País. São obras de creches, escolas, quadras.

Então, esta semana, tivemos um grande repasse. Deixo aqui registrado o nosso agradecimento ao Governo Federal, ao nosso Ministro Camilo Santana, à Fernanda, Presidente do FNDE, que fez esses repasses.

Também aproveito a oportunidade para falar ao Ministro Camilo Santana e ao Governo Federal sobre a importância da repactuação desses contratos. Muitas dessas obras estão paralisadas há 5 anos. Os Municípios não têm capacidade financeira de concluir essas obras, que ficaram paralisadas sem repasse há muito tempo. Precisamos que seja feita a repactuação desses contratos com os Municípios, para que as cidades brasileiras possam fazer o reequilíbrio econômico e financeiro dessas obras e para que estas obras possam ser entregues aos brasileiros. São obras importantes de creches, escolas, quadras, escolas técnicas, que estão paralisadas pelo Brasil afora. Devido a esse tempo todo, as obras praticamente dobraram, triplicaram de valores.

Hoje, nosso apelo ao Governo Federal é para que repactue esses contratos. Antes de lançar um edital novo para novas escolas, vamos concluir as escolas e as creches cujas obras estão paralisadas neste País. São muitas em todos os Estados. No meu Estado, repasses de mais de 180 milhões de reais ainda necessitam ser feitos.

Esta é uma fala importante, porque esse tema impacta praticamente todos os Municípios do Brasil. A repactuação e o reequilíbrio desses contratos com as empresas que estão executando essas obras são de uma importância muito grande, para que possamos entregar as creches, as escolas e as quadras aos brasileiros que precisam de novas matrículas em creches e novas matrículas em escolas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Gilson Daniel.

A próxima inscrição é a do Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

Em seguida, terá a palavra o Deputado Coronel Telhada, do PP de São Paulo.

**O SR. MARCON** (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã é uma data que ninguém gosta de se lembrar.

No dia 31 de março de 1964, ocorreu um incrível e bruto golpe militar, um golpe sangrento. Muitas vidas foram ceifadas. Houve perseguição política aos militantes sociais, aos movimentos populares, aos partidos de esquerda. Quem defende golpe quer ver sangue. Quem defende golpe quer ver morte e perseguição.

Nunca mais 31 de março! Nunca mais ditadura militar!

Já faz 59 anos. Ninguém mais quer saber disso. Quem fala sobre isso é porque não defende a vida, não defende a democracia, não tem amor pelo povo brasileiro.

Outra questão. Hoje de manhã eu achei que Brasília iria parar. Eu achei que o aeroporto ia ficar fechado. Eu achei que as avenidas iam ser tomadas de novo por aqueles que não têm o que fazer. Mas o capitão voltou ao Brasil. Ele é um fugitivo, fugiu do Brasil para não entregar a faixa para o Lula. Voltou. Nem sei o que ele foi fazer nos Estados Unidos. O próprio Parlamento dos Estados Unidos queria mandá-lo de volta.

Eu quero dizer aqui: cuide-se quem tem anel nas mãos, quem tem pulseira, quem tem corrente no pescoço, porque voltou o cara que gosta de passar a mão grande nas joias. Cuide-se! Quem tem joias se cuide, porque ele voltou. Ele chegou agora pela manhã ao Brasil.

Eu espero que a Justiça faça justiça para quem tem mão grande como o capitão, como esse que hoje pela manhã voltou. Ele foi tirar umas férias, porque tinha vergonha do povo brasileiro e vergonha da democracia.

Que nunca mais o Brasil volte à mão do atraso do time do Bolsonaro! O povo brasileiro precisa de amor, de carinho, de alguém que defende a vida como o Lula, que já fez mais em 90 dias do que o Bolsonaro, em 4 anos de caos pelo qual o Brasil passou.

Gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

Está na tribuna, para sua manifestação, o Deputado Coronel Telhada.

Permita-me, Deputado Coronel Telhada, só fazer um registro.

Faz uma visita à nossa Casa o Prefeito Ique Vedovato, da nossa querida Imbé, do litoral gaúcho, uma das praias muito lindas e requisitadas pelo povo gaúcho, juntamente com o Dr. Rodrigo Pereda, Secretário de Governo, e Leandro Spíndola, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Seja bem-vindo, Prefeito Ique Vedovato, amigo e grande gestor da cidade de Imbé, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Coronel Telhada.

**O SR. CORONEL TELHADA** (PP - SP. Sem revisão do orador.) - Brasileiros, hoje, o Brasil acordou mais forte. Começamos o dia hoje recebendo o nosso sempre Presidente Jair Bolsonaro, que volta a trabalhar conosco, o que já está causando desespero na Esquerda. Basta vermos os discursos hoje. Todo mundo está preocupado, querendo fazer acusações que não caberiam a ele, mas ao Presidente Lula. A Esquerda é bem assim mesmo: acusa os outros do que ela faz.

Ouvi há pouco Deputados falando sobre o 31 de março. Eu não sei se é ignorância ou realmente mau-caratismo ou simplicidade de alguns Deputados falarem que o 31 de março foi um golpe sangrento. Não houve derramamento de sangue.

Golpe sangrento, Deputados, foi aquilo que aconteceu em Cuba, que V.Exas. apoiam; que aconteceu na Venezuela com Chaves, com Maduro, que V.Exas. apoiam; que acontece na Coreia do Norte, que V.Exas. apoiam; aquilo que aconteceu com Che Guevara, que V.Exas. da esquerda acham o máximo: um assassino de homossexuais.

Então, a Esquerda não sabe o que fala. Ela aponta o dedo para nós, acusa-nos do que ela faz. É uma infelicidade, porque quem perde com isso é o Brasil. Não é porque eu não gosto do piloto do avião que eu quero que o avião caia. Mas é difícil termos um Presidente que não quer que esse avião decole: só trabalha contra o desenvolvimento do Brasil.

Infelizmente, a realidade é que o nosso País vai de mal a pior. Nesses quase 3 meses de Governo, nós só vemos tiro no pé, só vemos desgraças acontecendo no nosso País. E a Esquerda, desesperada, porque não consegue votar um projeto aqui, fica levantando falsas acusações, apontando dedo, fazendo denúncias descabidas. Mas a realidade é uma só: nós estamos vivendo um momento em que o cidadão de bem, o trabalhador, aquele homem e aquela mulher que trabalha pelo bem do Brasil não é valorizado.

Quem é valorizado? Justamente aquele que faz o errado. Prova disso é o ódio, o desespero que a esquerda tem ao ver o cidadão de bem armado, o cidadão exercer o seu direito de defesa. Eu estava olhando o jornal *Poder360* do dia 29 de março, ontem. Vi a notícia de que o TCU aprovou naquela quarta-feira a solicitação do Congresso Nacional de abrir auditoria para fiscalizar o controle de armas e munições a cargo do Exército durante o Governo de Jair Bolsonaro. Para combater o crime organizado, eles não se apresentam. Aliás, não, vemos o Lula fazendo campanha em locais que nós nem podemos entrar porque tomamos tiro. Nós vemos o Ministro da Justiça entrando numa das piores favelas do Rio de Janeiro sem escolta. Então, por que tanto medo de o cidadão andar armado, de o trabalhador andar armado? Os senhores apoiam o bandido, é isso? Porque eu não vejo nenhuma ação dos senhores contra o crime organizado.

Aliás, ontem nós abrimos a CPI contra o Crime Organizado. Não tinha assinatura de nenhum Deputado de esquerda na CPI do crime organizado. Por quê? Por que não? Não querem combater o crime organizado? As palavras falam por si só. As ações falam por si só.

Nós estamos do lado do trabalhador, nós estamos do lado do direito de defesa e totalmente contra o crime organizado. Lugar de bandido é na cadeia, não é na política!

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Coronel Telhada.

A próxima inscrição é da Deputada Julia Zanatta, do PL de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., tem a palavra o Deputado Defensor Stélio Dener. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., tem a palavra o Deputado Airton Faleiro, do PT do Pará. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Zé Trovão, por 1 minuto.

**O SR. ZÉ TROVÃO** (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar este momento tão importante para o Brasil e falar do retorno do nosso capitão, o Presidente Bolsonaro.

Hoje, pela manhã, nós tivemos o prazer de recepcioná-lo, tomar um café e encher ainda mais os nossos corações de alegria.

Bolsonaro representa tudo aquilo que a esquerda é contra. Bolsonaro representa liberdade. Bolsonaro representa a família. Bolsonaro representa educação séria. Bolsonaro representa não à corrupção.

Então, eu não poderia deixar de passar aqui e saudar o nosso eterno Presidente Bolsonaro, capitão que nos honra e nos enche de orgulho com seu retorno. E digo à esquerda: pode chorar, o capitão voltou para atormentar a vida de vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado.

Deputado Airton Faleiro, na tribuna.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero primeiro comemorar a vinda da Ministra Ana Moser, ontem, na Comissão do Esporte. A Ministra apresentou um plano de trabalho que inclui o conjunto da sociedade no esporte como parte do desenvolvimento econômico, social e humano.

Parabéns, Ministra Ana Moser, pela sua apresentação muito bem acolhida nesta Casa.

Eu escutei muito falarem sobre a vinda do Ministro Flávio Dino nesta Casa. Sinceramente, eu vou falar na linguagem popular: o Ministro matou a pau. Matou a pau, porque essa tentativa de inverter os valores não pegou e não vai pegar. Um Ministro não pode ser acusado ou responsabilizado pelos atos do dia 8. Aliás, os executores e os mandantes já estão presos, vão continuar presos e mais gente vai ser presa ainda. Então, vamos responsabilizar e prender os culpados pelo ato do dia 8 e não tentar inverter os valores.

Sou bem educado para falar as coisas. Estou medindo as palavras para dizer o que foi esse ato da recepção do ex-Presidente no Brasil. Fica a primeira pergunta: por que o ex-Presidente fugiu do Brasil? Por que ele ficou tanto tempo fora? Será que ele estava com medo de alguma coisa? Estava com medo de ser responsabilizado pelos seus atos criminosos? Será que um ex-Presidente precisa de um aparato, como ele fez, gastando dinheiro público com as forças de segurança? Ele tem direito à segurança institucional e não a esse abuso de gasto do dinheiro público, trancando as ruas, dificultando a vida das pessoas para ir ao aeroporto, Deputado Bohn Gass.

Já chegou ao Brasil criando problema para os brasileiros e as brasileiras. Era melhor que tivesse ficado fora. Aliás, eu acho que não iriam aceitá-lo lá.

Fica aqui o nosso protesto por quererem valorizar alguém que será responsabilizado pelos atos de desordem e de maldade que foram feitos contra o povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil*.

Termino aqui, como estamos no mês de março, dizendo: ditadura nunca mais no Brasil!

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS) - Presidente, 1 minuto.

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Airton Faleiro.

A próxima inscrição é da Deputada Ana Pimentel. *(Pausa.)* A Deputada Ana Pimentel está ausente.

A próxima inscrição é do Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)* Não está presente.

A próxima inscrição é do Deputado Rafael Prudente. *(Pausa.)* Também está ausente.

Concedo a palavra à Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)* Também está ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Goetten. *(Pausa.)* Também está ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Sargento Gonçalves, do PL.

Enquanto o Deputado Sargento Gonçalves vai à tribuna, a Deputada Ana Paula Lima tem 1 minuto na tribuna de aparte.

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Esta semana, aqui em Brasília, houve a Marcha dos Prefeitos. Todos os prefeitos reclamaram do antigo Governo, do desgoverno do ex-Presidente Bolsonaro. Houve uma reclamação geral de obras inacabadas, de recursos que não chegaram a nenhuma obra, a nenhum Município.

Hoje, vimos várias pessoas que acreditam ainda que a Terra é plana dando as boas-vindas para esse homem que fugiu do Brasil ano passado, que estava na Disneylândia e chegou ao Brasil. Chegou para quê? Eu espero que seja para devolver tudo aquilo que roubou do povo brasileiro: o Rolex, a abotoadura, as joias, os colares, que, inclusive, estavam escondidos numa chácara aqui. Ele que venha prestar contas daquilo que levou do nosso povo. Infelizmente, deixou o povo na chuva, no sol, na frente do quartel e foi embora para os Estados Unidos. Esse não é o nosso Presidente.

Vocês perderam as eleições em outubro. Respeitem quem está governando, porque nós estamos no terceiro Governo do Presidente Lula, que em 80 dias já fez muito mais pelo Brasil do que em 4 anos fez o Presidente fujão.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Chamo à tribuna o Deputado Sargento Gonçalves, do PL do Rio Grande do Norte.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. SARGENTO GONÇALVES** (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, colegas que estão no plenário.

*"E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará."* João 8:32. É bem verdade que esse princípio é aplicado à verdade, como se fala, que é Cristo, mas ele perfeitamente pode ser aplicado ao contexto secular.

Eu queria, nesta semana em que nós comemoramos o contragolpe militar, primeiramente, prestar continência aos bravos militares que, atendendo ao anseio da população brasileira, salvaram o nosso País do comunismo sanguinário. *(Palmas.)*

Neste momento, eu queria indicar aos que nos acompanham e nos ouvem a literatura *A Verdade Sufocada — A história que a esquerda não contou*, do saudoso Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. É uma excelente literatura para aqueles que não conhecem a verdade.

Eu queria também, Sr. Presidente, solidarizar-me com um colega, o irmão em Cristo Deputado Nikolas Ferreira, que foi desrespeitado pelo Sr. Deputado "Danones", ou melhor, Janones, que o chamou de "chupetinha" no dia em que o Ministro Flávio Dino esteve na Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Nikolas, a palavra de motivação que eu tenho para V.Exa., meu irmão, é que fique tranquilo, porque ele pode até chamá-lo de "chupetinha", mas não poderá chamá-lo de mamador das tetas do Estado, que é característica intrínseca dos lulistas, que ocuparam o Poder do nosso País.

Também quero me solidarizar com o colega Deputado André Fernandes. Infelizmente, o Ministro Dino só veio aqui desrespeitar Parlamentares e dizer inverdades, desrespeitando o Deputado André Fernandes.

Ministro Flávio Dino, fique tranquilo, porque nós da Direita sabemos muito bem diferenciar o que é Terra plana do que é Terra redonda. Fique tranquilo.

Minha solidariedade ao Deputado André Fernandes, ao Deputado Nikolas e aos demais Deputados. Nós não podemos nos esquecer do Deputado Alfredo Gaspar, do União Brasil, que foi brilhante, colocando o Ministro no canto da parede, dizendo-lhe verdades.

Nós ainda estamos esperando as respostas por parte do Ministro. Precisamos saber, de forma transparente, a responsabilidade dele e das demais autoridades da nossa Nação diante dos atos do dia 8 de janeiro.

Infelizmente, pessoas inocentes foram injustiçadas. Nós precisamos trazer a verdade à tona. Aguardamos a CPMI e contamos com a assinatura da Esquerda. Já que falam tanto em verdade, é preciso que assinem o requerimento de criação da CPMI, para sabermos, de fato, quem são os culpados, os responsáveis e os omissos do dia 8 de janeiro.

Deus abençoe a Nação brasileira.

Hoje, o Brasil acordou mais forte com a chegada do nosso Presidente, eterno líder, Jair Messias Bolsonaro.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Ouviremos agora uma comunicação do Líder do PL, Deputado Carlos Jordy, do Rio de Janeiro e, em seguida, João Daniel, do PT de Sergipe.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Carlos Jordy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PL.

**O SR. CARLOS JORDY** (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Eu estava ouvindo as manifestações de alguns Deputados do PT descredibilizando o Presidente Bolsonaro e enaltecendo o Lula, como é a praxe de um Governo que não tem projetos. O único projeto deles é atacar o Presidente Bolsonaro.

Vi a Deputada do PT dizendo que, em pouco tempo, o Governo Lula já fez muito. Muito? Ele já destruiu muito! É inacreditável o que um Governo consegue fazer em tão pouco tempo. Eu nunca vi um poder de autodestruição, uma autoimposição de crise tão grande como este Governo vem fazendo, implementando uma agenda de ingovernabilidade. Abre a boca para falar mal da autonomia do Banco Central votada por esta Casa, um legado importantíssimo para o brasileiro, que conferiu legitimidade ao responsável pela política monetária para que pudesse ter autonomia e não sofrer interferências de políticos, de chefes de Executivo, quaisquer que sejam. Abre a boca para, na China, atacar o agro brasileiro, uma das maiores ferramentas de geração de emprego e do nosso PIB. O Presidente da APEX foi até a China para dizer que o agronegócio brasileiro é o responsável por desmatamento na Amazônia, e recebendo salário pago pelo pagador de imposto, pelo povo brasileiro. Gente, o que é isso? A pessoa foi lá para jogar contra o Brasil. É isso que é o desgoverno Lula.

Outro Deputado disse que Jair Bolsonaro já chegou ao Brasil causando problema para os brasileiros, referindo-se ao trânsito — disse que o trânsito estava sendo fechado para a sua chegada. Mais problema do que o Lula está causando para o povo brasileiro? Vocês têm que ter vergonha de falar uma besteira dessa! O cara está destruindo nossa economia, levando para o colapso tudo o que nós construímos com o Presidente Bolsonaro.

O Presidente Bolsonaro, com todo o cenário de pós-pandemia, de guerra na Ucrânia, conseguiu entregar o País com 2,9% de crescimento do PIB, com a menor taxa de desemprego desde 2015, com a menor taxa de inflação do G20; desonerou os impostos dos combustíveis. Vocês estão desfazendo tudo! Parecem praga do Egito!

É aquela velha história: petista, quando não está roubando, está mentindo; quando não está mentindo, está roubando. Acreditam na própria mentira.

Outro Deputado disse que o Ministro Flávio Dino foi à CCJ e matou a pau. O Ministro Flávio Dino, de fato, é um cidadão que tem uma boa retórica, mas é muito escorregadio, ensaboado. Eu ia dizer que ele é um peixe ensaboado, mas não; ele é um sapo ensaboado. Ele sai pela tangente toda vez que uma pergunta o incomoda e responde o que é conveniente. Ele estava na CCJ, ali era um ambiente muito favorável a ele, com sua claqué, não respondeu nada que nós perguntamos e mentiu.

Flávio Dino mentiu. Mentiu sobre o 8 de janeiro. Flávio Dino foi questionado pelo Deputado Kim Kataguiri sobre haver recebido o relatório da ABIN que alertava a Presidência dos riscos dos ataques do 8 de janeiro e disse: "*Olha, eu não sei que relatório é esse da ABIN, que eu nunca vi. É um relatório tão misterioso que nem eu li*".

Bom, ele não leu o relatório da ABIN, mas leu o da Polícia Federal. Ele leu o relatório da Polícia Federal, sim. Eu tenho o relatório nas minhas mãos. O relatório da Polícia Federal, assinado pelo seu Diretor-Geral da Polícia Federal, o Andrei Augusto Passos Rodrigues, diz que ele recebeu, no dia 7 de janeiro, às 18h23min, a comunicação alertando sobre os riscos do 8 de janeiro. Eu vou ler alguns trechos para vocês entenderem que Flávio Dino cometeu, sim, uma omissão, que nós temos que entender se é culposa ou dolosa. Ele mentiu na CCJ.

*Senhor Ministro;*

*Foi constatada pela Polícia Federal, nos últimos dias, intensa movimentação em todo o país de pessoas que, inconformadas com o resultado das Eleições 2022 e com o novo Governo Federal que tomou posse — blá, blá, blá — estão organizando caravanas de ônibus para se deslocarem até Brasília/DF. O objetivo dessas pessoas seria reunir na capital federal grande quantidade de manifestantes que, dentre outras ações, teriam*

*a intenção de “tomar o poder”, de “impedir a instalação do comunismo no Brasil”, sem determinarem, especificamente, quais ações adotariam ao chegar a esta capital federal para atingirem o seu intento.*

*Constatou-se na data de hoje, de fato, a chegada de dezenas de ônibus oriundos de estados como São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e do próprio Distrito Federal (...). A maioria desses manifestantes (...) prosseguir com os atos antidemocráticos.*

*Há informações, inclusive, de (...) inúmeros indivíduos dispostos a enfrentar as Forças de Segurança para tentarem, como vêm dizendo em redes sociais e aplicativos de mensagens, “tomar o poder” nesta capital federal.*

(...)

*Parte dos integrantes das caravanas demonstram, em especial em redes sociais e aplicativos de mensagem, a clara intenção de confrontar as Forças de Segurança da capital da República, o que acende um alerta para a possibilidade de recrudescimento dos atos e comprometimento da estabilidade na segurança pública do Distrito Federal.*

(...)

*Sugere-se, por fim, que grupos de pessoas com o propósito de atentar contra o patrimônio público ou privado, bem como à democracia brasileira, também sejam impedidos de circular nesta capital.*

O Ministro Flávio Dino, o seu Governo, sabia de tudo isso; sabia que tudo isso ia acontecer. Flávio Dino disse na CCJ que não faz nada sem a anuência do seu chefe. Ele disse que nada faz sem consultar antes o Presidente da República. Então, a questão é sabermos se houve, de fato, essa omissão — houve uma omissão. Isso não sou só eu que estou dizendo. Todos os veículos de comunicação estão dizendo: a *Folha*, a *CNN*. Eu quero ver o Ministro processar os veículos de comunicação. Estão dizendo que houve uma omissão. Ele foi comunicado e deve ter comunicado ao seu chefe, porque ele diz que não faz nada sem anuência do chefe.

Se ele se omitiu para que houvesse aquela quebraadeira, para que houvesse um fato político, para se beneficiar politicamente, isso é crime de responsabilidade. Aliás, a própria omissão já configura crime de responsabilidade. E é por isso que a CPMI do 8 de janeiro se faz necessária. Precisamos apurar esses fatos. Vamos entender quem financiou, vamos individualizar as condutas, saber quem foi que cometeu, de fato, o vandalismo; quem só estava protestando, de acordo com a nossa Constituição, que permite que nos reunamos pacificamente; e quem foi que se omitiu.

O Governo Federal foi responsável por esse fato. Vamos, agora, apurar na CPMI se foi uma omissão culposa ou dolosa. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Carlos Jordy.

Está na tribuna o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

Tem V.Exa. a palavra pelo tempo regimental.

**O SR. JOÃO DANIEL** (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de registrar para o Brasil inteiro e no programa *A Voz do Brasil* que hoje nós tivemos uma reunião de Parlamentares do núcleo agrário da nossa bancada com a nova Diretoria da CONAB, coordenada pelo Presidente Edegar Pretto.

Nós estamos com muita esperança nessa empresa, que estava abandonada, que não tinha orçamento para o Programa de Aquisição de Alimentos, que foi abandonada pelos Governos anteriores, por Temer e Bolsonaro, que são a mesma coisa. Esses foram Governos que não construíram, ao contrário, destruíram as políticas públicas.

Agora, com o Presidente Lula reestruturando o Estado brasileiro e colocando como prioridade a produção de alimentos, a agricultura familiar, nós teremos a maior bandeira de todos os homens e mulheres de uma nação que se respeita, que é a garantia de que nenhum de seus filhos passe fome, a garantia de programas para que nós voltemos a ser felizes e vejamos a erradicação da fome e da miséria neste País.

Eu quero parabenizar o Ministro Paulo Teixeira, toda a equipe da CONAB, sob a liderança do Presidente Edegar Pretto e da nossa querida Rosa Neide, Deputada Federal mais votada do Estado do Mato Grosso, que, lamentavelmente, por conta da legislação, não pôde assumir, mas representa, com muita dignidade, a nossa história e a história dos grandes gestores que, lá dentro, farão as grandes políticas para este País.

Portanto, Presidente, eu quero deixar registrados os meus parabéns e o nosso total carinho e apoio ao Presidente Lula e a este grande Governo que se inicia no Brasil.

Quanto ao fim de março e essa história da ditadura, essa história da chegada do capitão, quero dizer que é uma página triste da nossa história. Lamentavelmente, aqueles e aquelas que lutaram pela democracia sabem o que isso representa.

Mas nós temos vergonha, temos respeito, temos honra e alma para dizer, em voz alta, neste microfone: ditadura nunca mais!

Por um governo popular, forte e por um Congresso que tenha o bom debate e o respeito, para que nós construamos uma nação justa, livre e soberana!

E eu não tenho dúvida de que o Presidente Lula representa, neste momento, um grande líder.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado João Daniel.

A próxima inscrição é a do Deputado Jorge Goetten, do PL de Santa Catarina. *(Pausa.)*

S.Exa. não está no plenário.

Tem a palavra o Deputado Rafael Brito, do MDB de Alagoas. *(Pausa.)*

S.Exa. não está no plenário.

O próximo inscrito é o Deputado Abilio Brunini.

**O SR. RAFAEL BRITO** (Bloco/MDB - AL) - Estou aqui, Presidente. O Deputado Rafael Brito está aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Desculpa, o Deputado Rafael Brito está na tribuna.

Tem V.Exa. a palavra. Depois falará o Deputado Abilio Brunini.

**O SR. RAFAEL BRITO** (Bloco/MDB - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho aqui, na manhã de hoje, falar sobre um assunto muito importante para a nossa sociedade brasileira como um todo.

Em 2019, Presidente, esta Casa, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.935, que cria um serviço de proteção psicossocial em ambiente escolar em todo o País. Essa lei tinha 1 ano para entrar em vigência, ou seja, entraria em vigência em 2020, mas veio a pandemia e uma série de outras questões que atrapalharam o desenvolvimento da educação do País e até agora ela não foi implementada na maioria dos Estados brasileiros.

Esse é um alerta, Presidente, porque nós temos visto, infelizmente, aumentar no País o número de ataques a escolas, aumentar o número de ataques a alunos, professores, servidores. Isso ficou muito claro nesses últimos tempos e nesta semana, sobretudo, com o ataque que aconteceu na escola do Município de São Paulo.

Muito antes dos ataques, já existia também uma série de outros problemas inerentes ao não cumprimento dessa lei, problemas que são muito mais silenciosos. Há uma série de crise de ansiedade, de problemas de depressão em professores, alunos, servidores, que terminam levando para problemas como os que aconteceram em São Paulo.

Só neste ano, quatro ataques já aconteceram em escolas no nosso País. Para vocês terem ideia, antes de 2002, o País nunca registrou um ataque premeditado a uma escola. E o que mudou de 2002 para cá? O que nós temos visto de diferente na nossa sociedade de 2002 para cá, que faz com que nossos professores e nossas crianças estejam indo, muitas vezes, à escola com medo de que aconteça alguma coisa?

Essa lei é fundamental, Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, e esta Casa precisa se valer para exigir, de alguma forma, o cumprimento dela em toda a comunidade escolar do nosso País. Digo isso porque a proteção psicossocial é a forma mais efetiva, mais eficiente, mais eficaz de evitar que problemas como os que aconteceram em São Paulo aconteçam novamente.

Essa semana eu vi aqui um colega comentar que a solução seria um curso de defesa pessoal para professores. Olhem, quem defende uma medida dessa, com certeza, nunca pisou no chão de uma escola pública. Esse não é o caminho. O caminho é o acolhimento, o entendimento, a conversa, a identificação do problema muito antes de ele se mostrar, o apontamento de uma solução para a comunidade escolar. Portanto, o caminho é educar, aprender, acolher e cuidar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Rafael Brito.

A próxima inscrição é a do Deputado Abilio Brunini, que já está na tribuna.

Eu só quero fazer um esclarecimento aos colegas Parlamentares. Deputado Abilio Brunini, permita-me fazer isso. Estou procurando seguir a lista de inscritos e também recuperar algumas inscrições que ficaram para trás. Eu quero ler a lista de espera, de repescagem, a segunda chamada: Deputado Tadeu Veneri, do PT do Paraná; Deputado Bohn Gass, do PT

do Rio Grande do Sul; Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo; Deputado Fernando Mineiro, do Rio Grande do Norte; Deputada Célia Xakriabá, do PSOL; Deputado Carlos Jordy já falou; Deputada Professora Luciene Cavalcante; Deputado Alexandre Lindenmeyer; Deputada Ana Pimentel; e Deputado Roberto Duarte. Esses são os que estão na lista de espera. Eu vou procurar contemplar um e outro.

Na tribuna, está o nosso Deputado Abilio Brunini, do PL de Mato Grosso.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu compreendo claramente o que V.Exa. colocou. Compreendo também a necessidade de ser flexível às circunstâncias. Só peço a V.Exa. que intercale, pelo menos, com um pouco da lista, para que a lista também ande, como V.Exa. tem feito de maneira majestosa. Parabéns pela condução! Obrigado.

Sobre a minha fala de hoje, nós estamos há 89 dias com o desgoverno do Lula. Não há nem abóbora, nem picanha. A única coisa que se fala é que o Bolsonaro chegou. Nem abóbora, nem picanha, e os petistas só falam que o Bolsonaro chegou. Até agora, nos 89 dias em que estou aqui, não vi um petista subir à tribuna e falar o que o Lula fez de bom em 89 dias. Algum de vocês viu alguém falar o que o Lula fez de bom? Eu não vi. Foram 89 dias reclamando do Bolsonaro, 89 dias falando que o Bolsonaro está fora, 89 dias reclamando, e o Bolsonaro chegou. Será que ele vai passar 4 anos esperando o Bolsonaro voltar à Presidência?

Não há gestão, não há Governo. Quem está governando o Brasil são os paus-mandados dele, que estão botando a faca no pescoço, pedindo Ministério. São 89 dias negociando cargo. São 89 dias loteando Ministério. São 89 dias fazendo um cabidão do Governo Federal. Não há Governo. Pergunto para cada um de vocês e para você que está me assistindo pela Internet o que Lula fez em 89 dias. A fila dos ossinhos continua lá. São 89 dias do Lula, e continua a fila dos ossinhos. São 89 dias do Lula, o salário subiu 18 reais, e gastamos mais 47 reais para encher o tanque. São 89 dias de desgoverno.

E aí eu faço um desafio: eu queria ver os paus-mandados, os puxa-sacos do Lula, subirem aqui e falarem o que ele fez. Qualquer pessoa me diga o que o Lula fez. "*Ah, o Lula restaurou a democracia!*" Que democracia é essa que ele restaurou, que, se alguém reclamar, é preso, é censurado, perde a rede social? Que democracia é essa? Lula não fez patavina nenhuma. A única coisa que ele está fazendo é lotear os Ministérios, é fazer um cabidão de emprego, é ficar na mão dos paus-mandados.

Então, a única coisa que ele fez foi lotear os Ministérios, fazer cabidão de emprego e ficar na mão de Deputado e Senador pau-mandado, puxa-saco, que fica botando faca no pescoço dele para conseguir mais espaço no Governo. Só fez isso. Não há nada feito pelo Governo Lula.

Nós do PL, nós da Direita, celebramos, sim, a volta de Bolsonaro, porque ainda há esperança para o nosso País.

Meu nome é Abilio.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Abilio Brunini.

A próxima inscrição é o Deputado Tadeu Veneri, do PT do Paraná. Em seguida, falará o Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

**O SR. TADEU VENERI** (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o dia 31 de março de 1964, nós e esta Casa, todos nós, perdemos. Todos nós que defendemos a democracia perdemos. Para alguns que julgam que 64 não foi nada de mais porque se beneficiaram dele, para alguns que enaltecem torturadores porque foram torturadores, para alguns que se beneficiaram economicamente com o desastre do País, 64 deve ser comemorado. Para nós, o golpe de 64 deve ser lembrado para que nunca mais aconteça.

Quando Adorno fala sobre o nazismo — pergunto por que ele fala sobre o nazismo —, ele diz que é preciso lembrá-lo para ele nunca mais ser repetido.

Desta tribuna, nós lembramos que 64 foi um golpe contra esta Casa, um golpe contra a democracia, um golpe que destituiu um Presidente legitimamente eleito. Foi um golpe que prendeu milhares de pessoas, um golpe que fez com que milhares fossem exilados. Foi um golpe que matou, torturou, que sumiu corpos, até mesmo o de um Deputado que é homenageado nesta Casa.

Um golpe como o de 64 só pode ser louvado pelos hipócritas, só pode ser louvado por aqueles que, cinicamente, se beneficiaram dele e hoje, candidamente, acham que foi a restauração do País.

Um golpe só pode ser lembrado, Deputado Bohn Gass, pelos golpistas, não por nós!

Ditadura no Brasil, nunca mais, seja ela disfarçada de discursos, seja ela praticada pelas viúvas da ditadura militar!

Nós vamos defender a democracia. E a democracia diz claramente, Sr. Presidente, que as eleições são feitas de tempos em tempos. Nas últimas eleições que aconteceram, nós tivemos o Presidente Lula eleito, e ele vai até 2026. Aqueles e aquelas que querem o golpe, aqueles e aquelas que lembram o golpe de 64, aqueles que ainda ficam achando que as coisas podem mudar esqueçam!

Nós vamos, aqui dentro e lá fora, defender, Deputado Falcão, a democracia porque, para nós, a democracia não é um valor relativo. A democracia é um valor absoluto. A democracia, para nós, não é apenas um tempo de passagem: ela é uma vida inteira.

É por isso que nós repudiamos o golpe de 64. Amanhã não é um dia para comemorar. Amanhã é um dia para lembrar, para lastimar e para mostrar para toda esta geração que perdeu com o golpe e para as gerações seguintes o que significou a destruição do nosso País, o que significou a destruição da educação, da cultura, a destruição de todo um projeto de país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós não precisamos aqui alterar a voz. Nós só precisamos dizer, com todas as letras, que 64 foi um golpe, e nós vamos trabalhar a vida inteira para que este ano seja lembrado como golpe.

Ditadura nunca mais!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Tadeu Veneri, do PT do Paraná.

A próxima inscrição é o Deputado Heitor Schuch. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra, ao microfone de apertes, a Deputada Ivoneide Caetano, do PT da Bahia.

**A SRA. IVONEIDE CAETANO** (Bloco/PT - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de lembrar às Sras. Deputadas que estamos encerrando o Março Mulher, um mês de celebração, um mês de luta. Nós avançamos muito agora no Governo do Presidente Lula, mas me entristece ver hoje esta Casa comemorar a volta do genocida, do ex-Presidente responsável por agora, no mês de março, chegarmos à triste marca de 700 mortes pela COVID-19. Em Camaçari, na Bahia, perdemos nossa querida Jose, uma mulher trabalhadora, moradora beneficiária do Programa Minha Casa, Minha Vida, que deixou 3 crianças menores: uma de 10 anos, diabética; outra, de 8 anos; e outra mais nova. Tudo isso é fruto do negacionismo.

É por isso que nós precisamos lutar nesta Casa, sim, pela democracia e trabalhar para reconstruir este País.

Democracia sempre!

Ditadura nunca mais!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputada Ivoneide Caetano.

Da tribuna, tem a palavra o Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito bom dia, Sr. Presidente Pompeo de Mattos, agora também nosso colega no PARLASUL. Seja bem-vindo! Saudação aos colegas Parlamentares e ao estimado povo brasileiro!

Hoje é um dia importante para a agricultura familiar gaúcha. Os homens e as mulheres que põem a semente à terra estão organizados em Porto Alegre pelos sindicatos e pela FETAG do Rio Grande do Sul numa mobilização para dizer aos governos que, depois de 3 anos de seca, os agricultores precisam de apoio, de ajuda e de ações públicas para permanecerem no meio rural.

A pauta é extensa. Quero citar duas ou três coisas. A primeira é que é preciso um desconto no crédito rural. A segunda é que precisamos fazer com seriedade um trabalho em relação ao tema da reserva de água, porque sem água ninguém vive. Depois de três safras frustradas, o agricultor vai plantar a quarta sem seguro. Isso está errado! Mude-se o manual de crédito rural, mude-se a lei, porque o produtor precisa continuar tendo crédito e precisa ter a oportunidade do seguro.

Parabéns à FETAG por todo o trabalho de organização, de articulação e de formulação de pauta!

Enquanto eles estão em Porto Alegre, nós estamos aqui negociando e discutindo. Aliás, hoje à tarde, a CONTAG entrega a pauta do Grito da Terra Brasil.

Sr. Presidente, aproveito para registrar, por derradeiro, a boa notícia de que o Governo salva e retoma, por medida provisória, um programa importantíssimo para os agricultores familiares, o Programa de Aquisição de Alimentos, que é bom para quem produz, pois tem a quem vender, como as pequenas associações e as cooperativas. É melhor ainda para quem está do outro lado, seja criança na creche, seja idoso no asilo, porque estes recebem alimento de qualidade.

Tudo isso é possível graças a esta formulação de política pública, de organização e de transparência. Quando nós alimentamos as pessoas com alimentos saudáveis, produzimos uma geração saudável, que pode estudar e melhorar este País. Este é o verdadeiro propósito deste programa.

Portanto, eu quero parabenizar todos os que estão envolvidos nesta temática do Programa de Aquisição de Alimentos, que ressurgiu com força, que vai gerar renda, emprego e desenvolvimento para centenas de milhares de famílias neste País, inclusive para a juventude rural, que está nesta Casa com uma bonita exposição e se prepara para a grande jornada da juventude, que vai estar em Brasília no fim do mês que vem. Parabéns!

Este Plenário e esta Casa precisam olhar para as políticas públicas, a fim de ajudar a quem alimenta o Brasil e a agricultura familiar, que é responsável por 70% da produção dos alimentos que chegam à mesa dos nossos irmãos e da nossa, também. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Nós temos uma Comunicação de Liderança solicitada pela Deputada Lêda Borges, do PSDB de Goiás.

Tem a palavra, da tribuna, V.Exa. Em seguida, pela ordem de inscrições, falará o Deputado Eduardo Bolsonaro.

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente e nobres colegas nesta Mesa diretiva. A todos os colegas presentes, às Deputadas, aos Deputados, à imprensa, aos servidores desta Casa, meu bom-dia.

Hoje nós estamos no último dia de sessão de um mês extremamente importante para a maior bancada da história da Câmara Federal: a bancada feminina. Eu não poderia deixar de usar esta tribuna para mencionar o projeto sobre igualdade salarial, que tramita nesta Casa.

A diferença de remuneração entre homens e mulheres vinha em tendência de queda até 2020. Voltou a subir no País e, no fim de 2022, atingiu 22%, segundo o IBGE. De acordo com especialistas, Sr. Presidente, nobres pares, entre as possíveis explicações está a pandemia, pois, em muitos casos, as mulheres deixaram o emprego para cuidar da casa e da família. Um segundo ponto foi a crise do setor de serviços, que emprega muito mais mulheres do que o setor do agronegócio e da indústria. O setor de serviços, é bom lembrar, foi extremamente atingido durante a pandemia.

Existe divisão também quando se trata do conhecimento. Historicamente, colegas, as mulheres são mais presentes em áreas que tendem a ser menos valorizadas financeiramente, como o ensino. Para nossa sociedade, é fundamental investir nas gerações futuras. Portanto, é essencial remunerar adequadamente quem trabalha com a área da educação. Se não repensarmos o valor desses trabalhos, não será possível estabelecer uma discussão real sobre igualdade salarial. A revista britânica *The Economist* afirmou que a igualdade faz bem ao crescimento econômico. Se as empresas tivessem mais mulheres como funcionárias, o PIB *per capita* da América Latina seria 16% maior. Em nosso País, a diferença salarial já é proibida pela CLT, mas faltam mecanismos para que a lei seja cumprida.

Sr. Presidente e nobres pares, estamos entre as últimas posições do *ranking* internacional de igualdade salarial. O desemprego também nos afeta mais. A taxa de desocupação entre as mulheres é de 14,1%, enquanto a dos homens é de 9,6%.

O novo projeto de lei encaminhado a esta Casa prevê medidas para que empresas tenham maior transparência remuneratória que possibilitem a ampliação da fiscalização e combate à discriminação salarial. A proposta que tramita nesta Casa prevê multa 10 vezes o maior salário pago à empresa em caso de descumprimento de igualdade, elevada em 100% se houver reincidência. O projeto abre a possibilidade de decisão liminar pela Justiça.

A futura lei que tramita aqui — e pedimos o apoio dos nobres pares — traz ferramentas, monitoramento e fiscalização para que seja cumprida a igualdade salarial. Após a sua implementação, trataremos de outros itens.

Muito obrigada, Sr. Presidente e nobres pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Lêda Borges.

Na sequência, já está na tribuna o Deputado Eduardo Bolsonaro, do PL de São Paulo.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Eduardo Bolsonaro.

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O retorno do Presidente Jair Bolsonaro ao País é motivo de festa e alegria para todos aqueles que trabalham e têm saudades do tempo em que, mesmo com pandemia, mesmo no início de uma guerra, mesmo com a maior estiagem dos últimos 90 anos, o povo brasileiro conseguia pagar menos tributos, e, em virtude disso, eram gerados mais empregos aqui no Brasil.

Daqui a pouco vão sair os dados do CAGED, e vamos ver como está o desemprego. Aquele pessoal que acreditou na promessa da picanha e cervejinha na eleição vai ter dificuldade cada dia mais, devido à incompetência do seu Governo, que é voltado não para o povo, mas para uma pequena elite.

Porém, Sr. Presidente, eu estou aqui também para saudar o trio parada dura de Deputados Estaduais, começando com o Deputado Gil Diniz, do Estado de São Paulo, certamente um dos mais ativos da Assembleia Legislativa.

E eu queria aproveitar, Gil, e pedir que você falasse para os nossos amigos de esquerda como era o trabalho dentro dos Correios, porque a sua origem é humilde, de São Mateus, trabalhou nos Correios, hoje em dia é Deputado Estadual e defende a privatização dos Correios. Fale para eles qual é o segredo para os Correios, depois de muito tempo, conseguirem ser superavitários, uma empresa pública que sempre deu prejuízo e passou a dar lucro, graças à nomeação do Presidente Jair Bolsonaro, que colocou ali o General Floriano Peixoto, que conseguiu realizar um excelente trabalho à frente da ECT, que parou de ser roubada.

Os carteiros, para quem não sabe, que contribuíram para o POSTALIS, tinham mais 25% do seu salário. Eu estou falando de pessoas humildes, pessoas que às vezes não recebiam nem 2 mil reais de salário bruto e ainda eram assaltadas pelo Governo de Lula e Dilma, porque era moeda de troca aqui dentro do Congresso. Era o seguinte: *"Vou deixar esse grupo político indicar a Presidência do fundo POSTALIS, em troca você me dá votos no Congresso"*. E assim era feito o chamado "presidencialismo de coalizão", a "normalidade democrática", o "respeito entre as instituições", enquanto o pobre do carteiro pagava a conta.

Mas, se eles quiserem falar também de agro, temos o João Catan, de Mato Grosso do Sul, também Deputado Estadual. Inclusive, eu copieei o projeto dele — só para que os colegas da esquerda saibam — que acaba com os benefícios estatais daqueles que invadem terra. Se está invadindo terra, cometendo crime, não é um seguidor da lei, não merece os benefícios da lei.

Fale para ele, Deputado João, como é que o agro virou potência mundial. O agro dá orgulho ao Brasil. Hoje em dia, infelizmente, Deputado João, temos um Presidente da APEX, a agência brasileira responsável pela promoção das exportações, indo à China, o nosso maior cliente... Das exportações brasileiras, 40% vão para a China, só de soja são 80%. O que o Sr. Viana, do grupo do PT do Acre, fez na China?

Eu peço para acumular o tempo da Liderança da Minoria.

Ele foi à China falar mal do produtor, que botou comida na mesa dessa galera toda durante a pandemia. O produtor não parou e foi para casa, não; ele continuou trabalhando e colocando a sua própria vida em risco.

Nosso muito obrigado a vocês fazendeiros, produtores rurais. Em que pese o atual Presidente falar mal de vocês no exterior, vocês muito nos orgulham, podem ter certeza.

Para finalizar aqui, o Thiago Gagliasso, Deputado Estadual do Rio de Janeiro, fez um discurso na Assembleia carioca, que eu gostei muito, sobre como seria esse negócio de trans homem e mulher no Maracanã. Imaginem um jogo no Maracanã com mais de 60 mil pessoas assistindo, vai um barbado, igual aquele lá da UnB, o cão catraz, e diz: *"Estou me sentindo mulher. Vou entrar no banheiro feminino do Maracanã"*. Imaginem o debate democrático que não seria. Quando essas teorias mirabolantes encontram a prática, não existe teoria que se sustente.

Aproveitando o tempo de Liderança da Minoria, eu também vim aqui para relembrar aos brasileiros — o colega Rodolfo Nogueira, Deputado Federal por Mato Grosso do Sul, até me emprestou uma plaquinha — que já são 89 dias sem picanha.

O PT vem falar: *"Calma aí, Cida! Não reclama, não, Cida! Baixou o preço da picanha"*. Foi em 1%, não é? Mas, para a cerveja, vai aumentar o imposto, e, o coxão duro que se sentir picanha — não é, Deputado Mario Frias? —, está tudo certo.

O importante é o coleguinha da elite. A Dilma Rousseff não vai passar fome. Quanto é o salário dela? São 200 mil, 300 mil? Começou assaltando banco nos anos 70 e terminou Presidente de banco.

Não desista dos seus sonhos, não, meu amigo! Basta você ser amigo do pessoal do poder que você vai arranjar um carguinho. Se for casada com Ministro do Governo Lula, melhor ainda, você tem cargo vitalício nos Tribunais de Contas dos Estados. Agora, se você não é amigo do Lula...

Eu já acordei hoje, como se tornou praxe, com mais uma notícia para você cidadão que abastece o seu carro: *"CONFAZ estabelece ICMS de R\$ 1,45 por litro para gasolina e etanol a partir de julho. Anteriormente, cada Estado era responsável por definir o percentual (...)"*. E agora a cereja do bolo: *"Contudo, o valor estabelecido para o território nacional é superior ao praticado em todos os Estados (...)"*. Ou seja, em julho vai vir mais aumento de gasolina para você. E, como os combustíveis estão na base da sociedade, isso gera um efeito cascata, que vai dar mais inflação, quando você for fazer a sua feira ou quando você for comprar a sua picanha, se tiver ainda para você.

Então, é um Governo que, na eleição, é de um jeito e, quando assume o poder, é de outro.

E eu explico por que você tem que pagar mais: porque o Lula precisa de apoio no Congresso. Ele criou 37 Ministérios — é isso mesmo. Bolsonaro tinha 22; Lula, 37. Para quê? Para conseguir fazer o “toma lá, dá cá” dentro desta Casa, para conseguir dar carguinho de Ministro para esse partido, para aquele grupo, e assim por diante.

É por isso que os colegas da esquerda não entendem como Bolsonaro chega ao aeroporto e é uma celebração, é uma festa. O Lula não tem uma imagem dessas. O Lula, se chegar a um aeroporto, qualquer um do Brasil, e tentar sair às ruas para falar com a população, vai ser no mínimo vaiado, porque é um Presidente que não tem moral, fala mal do agro, fala mal de quem trabalha, aumenta tributo, e não é só sobre a cerveja, não, é sobre o videogame, sobre as exportação do petróleo, e sobre vários outros produtos.

Então, eu estou aqui para colocar alguns pingos nos is. E o colega que me antecedia ali — nem estou acostumado, Coronel, tenho mais 4 minutos no tempo de Liderança — estava falando em golpe. O cara bota uma carapuça de que é defensor da liberdade e vota pela prisão de um Deputado Federal que não cometeu nenhum escândalo de corrupção, apenas fez um vídeo, o Daniel Silveira, que hoje em dia, infelizmente, segue preso. É inacreditável, diga-se de passagem, que alguém que recebeu perdão presidencial, a graça, esteja preso. Só para lembrar a vocês como é que as coisas estão viradas no Brasil.

Mas essa galera, prezado Deputado Catan e Deputados Mario Frias, Pollon e Chris Tonietto, votou pela prisão de um Deputado Federal. Não dá para, depois, chegar aqui e dizer que luta pela liberdade de expressão, que luta por democracia. Estão aí querendo aprovar projeto de nova lei de *impeachment*, que sabemos muito bem para o que é.

Só queria colocar os pingos nos is, Presidente. Na verdade é quase um deboche a Deputada de Santa Catarina dizer que o Presidente não fez obra nesse Estado. Deve ser porque o marido dela perdeu a eleição para o Jorginho Mello. Deputada Julia Zanatta, ela está ali com lenços e diz que vai nos dar, mas está tudo com ela para enxugar as próprias lágrimas. Inclusive, isto aí tem que acabar, Santa Catarina não pode ter a eleição de um petista.

É isso, Presidente.

Quero agradecer mais uma vez e dar um aparte aqui ao colega Deputado Pollon, nesses 3 minutos que me restam.

**O SR. MARCOS POLLON (PL - MS)** - O Líder Eduardo Bolsonaro, nosso sempre líder da Direita brasileira, fez excelentes observações.

**O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS)** - Sr. Presidente, questão de ordem, não tem aparte.

**O SR. MARCOS POLLON (PL - MS)** - Precisamos ressaltar que eles têm criticado as férias do Presidente que mais trabalhou na história da República do Brasil.

**O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS)** - Presidente, não tem aparte. Presidente, é regimental!

**O SR. MARCOS POLLON (PL - MS)** - Falam em fuga, porque convivem com marginais.

**O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. PDT - RS)** - Deputado, eu quero pedir vênias a V.Exa., porque na comunicação do Líder não existe aparte. O aparte existe no Grande Expediente. Quando for o Grande Expediente, o orador tem um espaço maior, pode conceder o aparte, é regimental. Agora, na Comunicação de Liderança, é a comunicação do Líder. Então, eu quero pedir vênias a V.Exa. para devolver a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro. É o Regimento.

**O SR. MARCOS POLLON (PL - MS)** - Eu gostaria de pedir ao Líder que dividisse o seu tempo, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. PDT - RS)** - Também não tem como dividir. Infelizmente, isso já foi definido.

**O SR. MARCOS POLLON (PL - MS)** - Então, eu gostaria de pedir a V.Exa., Presidente, que nos concedesse, a nós da direita, a mesma generosidade que tem concedido aos colegas da esquerda na concessão de 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. PDT - RS)** - Eu procuro contemplar um e outro.

Devolvo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

**O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP)** - Presidente, não tem problema. O Deputado deve estar com saudade da minha voz. Continuamos aqui falando do Presidente Bolsonaro. Estamos em via de votar aqui uma medida provisória que vai tratar de armas de fogo. Eu propus a meu Líder que destacasse a isenção de imposto de importação, IOF e IPI, para as armas de fogo, porque o Presidente Bolsonaro...

Eu tenho um desafio a fazer ao pessoal do PT. Foi aprovado aqui, com o voto do PT e durante o mensalão, o Estatuto do Desarmamento, a Lei nº 10.826. Eu desafio vocês a me apresentarem um dado de 2003 até 2019 — eu só quero um ano — em que tenha morrido menos gente do que durante o Governo Bolsonaro. No Governo Bolsonaro, Deputado Bohn

Gass, em 2019, 2020, 2021 e 2022, houve menos homicídios do que em todas as décadas de Estatuto do Desarmamento neste País.

Expliquem-me como o Flávio Dino foi ontem à CCJ dizer que a segurança pública exige um desarmamento. Isso é coisa de maluco! Se tivéssemos aqui um Parlamento maduro, teríamos experimentado essa política, mas retornado ao caminho de antes, que estava dando certo. O Brasil agora está mais seguro, inclusive, colegas, com relação ao feminicídio e a vários outros crimes. Isso porque o Presidente não tinha diálogos cabulosos. Bolsonaro, Deputado Coronel Chrisóstomo, não tem vínculo com PCC. Muito pelo contrário, na época da eleição, em São Paulo, em várias localidades, tentávamos entrar e, às vezes, havia até faixa escrito: "Aqui Bolsonaro e Tarcísio não." Existe interesse até eleitoral por trás dessa associação com o PCC. E quem está dizendo isso não sou eu, não. Isso está na delação do Marcos Valério e está no áudio de um líder do PCC preso lá no Paraná: "*Antes, eles tinham diálogos cabulosos*".

Então, pelo bem do Brasil, vamos ver se aprovamos esses destaques para que, com mais armas legais, os criminosos reduzam o seu ímpeto de delinquir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

Antes porém, passo a palavra à Deputada Lêda Borges, para uma rápida manifestação.

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Lêda Borges. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que o seu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

O Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, está na tribuna.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. BOHN GASS** (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Colegas Deputados, o bolsonarismo e o Bolsonaro armaram uma verdadeira bomba para destruir o Brasil. E uma dessas bombas foi o golpe do teto de gastos. Lembrem, teto de gastos não é para gastar. O Bolsonaro começou a implementar o teto de gastos: "*Não vamos gastar com educação.*" Não fez mais concurso público, não reajustou mais a bolsa de estudos, não permitiu o acesso a faculdades para os nossos jovens, não valorizou os servidores, e a educação ficou abandonada. Teto de gastos.

E o teto de gastos de Bolsonaro tirou dinheiro da saúde, e a saúde estava destruindo o SUS.

Aí, chegou a pandemia. Ele mentiu para o povo, dizendo que quem tomasse a vacina ia virar jacaré. Recomendou cloroquina, que não ajuda, e ainda, para pegar remédio, fez corrupção. Quanto ao teto de gastos, disse: "*Ah, não podemos gastar com o povo*". Então, congelou salário e o povo ficou pobre.

Bolsonaro fez o Brasil voltar à fome: 33 milhões de pessoas. Esta é a bomba e o resultado do teto de gastos. Bolsonaro nem podia viajar para outros países. Inclusive, passou vergonha quando foi aos Estados Unidos: teve que comer *pizza* na rua porque não havia se vacinado, nem podia entrar em restaurante. Esta foi a vergonha que o Bolsonaro trouxe para o País. Aqui ele comeu frango com farofa para se fazer de pobre na rua, alegava teto de gastos, dizia não poder gastar com o povo, para gerar desenvolvimento. Aliás, usou o BNDES, que deveria investir na produção, na indústria, gerar emprego, para tapar o furo dos programas eleitorais, já que a economia estava uma desgraça no seu governo, com a bomba que ele armou para destruir o País.

Agora, nós estamos debatendo, para que possamos retomar o Brasil, reconstruir com Lula o Brasil que o Bolsonaro destruiu: povo passando fome, gente fora da faculdade. Lula está retomando os programas Minha Casa, Minha Vida, o PAA — Programa de Aquisição de Alimentos, reajustando o salário acima da inflação, recolocando o País no mundo, porque estava envergonhado. É isso o que o Lula está fazendo, além de querer discutir um novo arcabouço fiscal, para que tenhamos investimento neste Brasil.

Quero só lembrar que o teto de gastos significa não gastar. Para eles, o que importa? São as armas, os ricos, os bancos — isso importa para eles. Com o povo não pode gastar. Nós queremos investimento para o povo. Por isso é importante aprovarmos essa regra.

Esse é o grande debate: mesclarmos responsabilidade fiscal com responsabilidade social. E esse é o projeto sobre o qual esta Casa vai ter que se debruçar, sob pena de continuarmos com a bomba e a destruição que o bolsonarismo fez neste Brasil. O Brasil merece crescer. O Brasil merece gerar emprego. O Brasil merece distribuir renda. E o Lula vai ser o baluarte dessa construção do Brasil.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Bohn Gass. A solicitação de V.Exa. será atendida pela Mesa.

Tem a palavra o Deputado Felipe Becari, do UNIÃO de São Paulo. (*Pausa.*) Não está presente S.Exa.

O Deputado Bibó Nunes foi o primeiro a falar nesta sessão. S.Exa. abriu as falas, quando começou a sessão.

Tem a palavra a Deputada Juliana Cardoso, do PT de São Paulo.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto, por 1 minuto, no microfone de aparte.

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Presidente, eu quero denunciar aqui uma crueldade que está acontecendo no Brasil, em especial no sul do Amazonas, onde nós temos assentamentos de colonos. Na região do Matupi, que tem uma concentração de quase 200 mil cabeças de gado, colonos estão sendo praticamente expulsos das suas terras. O IBAMA pediu a pequenos pecuaristas para tirarem o seu gado das suas terras, terras conquistadas por seus avós, por seus pais, com muito sacrifício. Com muito sacrifício, ocuparam essa região, trazendo prosperidade e alimento para o povo da Região Norte. É um absurdo o que o IBAMA está fazendo! Está dando apenas 5 dias para que eles tirem o gado de suas terras.

Por isso, nós temos que votar a Medida Provisória nº 1.150, na qual eu destaco uma emenda para ajudar esses pequenos colonos, pessoas com apenas quatro módulos fiscais, a terem o título da sua terra e dignidade. É muita crueldade desse Governo, que tem uma questão ambiental muito desconexa com a realidade do nosso Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Capitão Alberto Neto.

Na tribuna a Deputada Juliana Cardoso, do PT de São Paulo.

Tem a palavra V.Exa.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** (Bloco/PT - SP. Sem revisão da oradora.) - Às vezes, eu tenho que ficar segurando a gargalhada, senhoras e senhores. Dizer que em menos de 100 dias o Governo do Presidente Lula não fez nada é só para quem quer aparecer nas redes sociais!

Em menos de 100 dias o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva terminou as obras do Minha Casa, Minha Vida, trouxe de volta programas como o Bolsa Família, para as pessoas mais vulneráveis. Os senhores, que se acham os donos da verdade, que inventam *fake news*, que colocaram as famílias em extrema pobreza, sem trabalho, sem renda. Os senhores foram os responsáveis por mais de 700 mil mortes por COVID, porque ficavam falando inverdades sobre a vacina. Os senhores acabaram com muitos do meu povo indígena, deixam entrar nas nossas terras pessoas para dizerem que são donos, sendo que os donos dessa terra são os indígenas. Estes estavam morrendo, e V.Exas. ficavam aqui dizendo o tempo todo que estavam fazendo tudo de bom e tudo de melhor.

Eu fico pensando naquele desenho, *O Fantástico Mundo de Bobby*, em que vocês se colocam como os melhores para todas as políticas públicas que não fizeram.

Então, senhoras e senhores, por favor, vamos fazer uma discussão mais séria. Vamos falar sobre como conseguimos avançar para ter mais trabalho, emprego e renda para a população, como baixar os juros. Os senhores ficam falando que o 13,75% de juros têm que ser assim mesmo, que o Presidente do Banco Central está correto, mas está na contramão do dia a dia da vida da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Vamos falar sério sobre o feminicídio que os senhores ficam o tempo todo estimulando com o uso de armas. Vir dizer aqui nesta tribuna, senhoras e senhores, que o feminicídio baixou é entender o quanto existe de falta de respeito de V.Exas. com a vida das mulheres!

Muitíssimo obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Juliana Cardoso.

A próxima inscrição é do Deputado Deltan Dallagnol, do Podemos do Paraná. (*Pausa.*)

Não está presente no plenário o Deputado Deltan.

Com a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, do PL da Paraíba. (*Pausa.*)

Enquanto o Deputado Cabo Gilberto Silva vai à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Mario Frias, do PL de São Paulo. V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

**O SR. MARIO FRIAS** (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Só quero fazer um breve comentário aqui. Falam muito do investimento de 10 bilhões de reais que estão sendo colocados na cultura. Muito me intriga como vão ser colocados esses 10 bilhões de reais. É claro que precisamos respeitar o devido processo legal.

Presidente, chama muito a minha atenção que foi colocado um novo decreto, mas a incompetência é tamanha, que não colocaram uma instrução normativa. Então, muito se dizia que o Governo Bolsonaro travava as estruturas da cultura, mas colocar um novo decreto sem observar a instrução normativa significa que a maioria dos projetos este ano vão estar travados por lei.

Então, Presidente, quero lembrar que o Governo Bolsonaro investiu 7 bilhões de reais, bateu recorde de investimento na Lei Rouanet, mas respeitando o devido processo legal e dando zelo ao recurso da população.

É muita demagogia, muita fala, mas na ação este Governo mais uma vez mostra toda a sua incompetência.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Mario Frias.

Já está na tribuna o Deputado Cabo Gilberto Silva, do PL da Paraíba.

Tem a palavra V.Exa. pelo tempo regimental.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Nação brasileira, amanhã se comemora um ato histórico do nosso País.

Nós observamos os argumentos do Governo Lula que, reiteradas vezes, tenta atacar as Forças Armadas do Brasil. Inclusive, coloca hoje para comandar o Exército um general que envergonha as Forças Armadas, o Sr. Tomás, que cancelou a mensagem de comemoração ao dia 31 de março.

Vamos lembrar a história. Quem defende ditadura é o Governo Lula, que é amigo de Ortega, que defende Cuba, Venezuela, Coreia do Norte. Atracaram navios iranianos aqui.

Vamos falar a verdade. Parem de mentir! Isso é feio! O importante é que a população brasileira está atenta aos acontecimentos históricos. Eu vou lembrar a história mundial para os senhores. Eu sou especialista em segurança pública, mas gostamos de ler um pouquinho, para não passar vergonha.

O ano de 1964 foi o auge da Guerra Fria. Em 1962, houve a instalação dos mísseis na ilha de Cuba, pelos soviéticos, para atacar os Estados Unidos, com uma possível guerra nuclear. Automaticamente os comunistas queriam tomar o nosso País. E o que foi que aconteceu? Já estava em curso o golpe do proletariado e do comunismo.

Então, a população brasileira, como disse o Roberto Marinho, fundador e dono da *Globo* — que Deus o tenha! — em 1984, meus amigos, as Forças Armadas salvaram o Brasil, naquele momento, de uma verdadeira ditadura e derramamento de sangue. Está na história.

E este Congresso aprovou, no dia 2 de abril, a vacância do cargo do Presidente da República, com base na Constituição! Vão ler a história, pelo amor de Deus! E no dia 11 de abril, este Congresso aprovou e elegeu indiretamente o Marechal Castelo Branco. Esta é a história.

Infelizmente, temos hoje um comandante do Exército frouxo, que não honra a farda que veste e que está submisso ao desgoverno Lula, de um ex-condenado, e está prestando continência a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva.

O próximo inscrito é o Deputado Fernando Mineiro, do PT do Rio Grande do Norte.

Deputado Fernando Mineiro, tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental na tribuna.

**O SR. FERNANDO MINEIRO** (Bloco/PT - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a repescagem e dizer que quem acompanha as falas, os pronunciamentos, através da *TV Câmara*, deve ficar surpreso com a quantidade

de órfãos do autoritarismo, de órfãos da página virada da história que querem criar o seu cercadinho particular para ver se levantam alguns cliques ou se ganham alguma audiência em suas redes sociais.

Eu penso, Sr. Presidente, que nós devemos trazer a este plenário questões centrais para o Brasil. E eu quero aqui falar de uma agenda que julgo ser uma das mais importantes para este Parlamento: a reforma tributária.

Acho que existe um consenso, no Brasil, sobre o atual sistema tributário. O emaranhado de normas, a injustiça do sistema tributário, tudo isso é consenso aqui entre nós. Eu acho que o GT, o grupo de trabalho, criado pelo Presidente Arthur Lira, que tem na Presidência o nosso colega Deputado Reginaldo Lopes e, na relatoria, o colega Deputado Tarcísio Motta, vem fazendo um trabalho muito importante. Eu não sou do GT, mas tenho acompanhado esse debate, porque o considero um dos debates mais centrais para a retomada do desenvolvimento do Brasil e para atender às demandas que o povo brasileiro espera que sejam atendidas pelo Governo e por este Parlamento. Eu tenho acompanhado esse debate e quero aqui fazer justiça aos seus dois comandantes aqui na Câmara e parabenizá-los.

Eu penso também, Sr. Presidente, que nós devemos ampliar o leque da discussão. Foi por isso, de comum acordo com o coordenador, o Deputado Reginaldo, que eu apresentei um requerimento solicitando que o GT realize uma audiência pública para debater o assunto da reforma tributária com o movimento sindical brasileiro, com convite às centrais sindicais e às representações dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque, ao fim e ao cabo, a reforma tributária interessa fundamentalmente às famílias brasileiras, aos trabalhadores e às trabalhadoras, e não só ao setor empresarial, ao setor governamental.

Portanto, nos próximos dias, haverá uma audiência pública com o movimento sindical, e é importante nós acompanharmos esse debate, que é central para a retomada do desenvolvimento brasileiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Fernando Mineiro.

O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Velloso. *(Pausa.)*

**O SR. MÁRCIO JERRY** (Bloco/PCdoB - MA) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Não está presente o Deputado Eduardo Velloso.

O próximo inscrito é o Deputado Giovani Cherini, do PL do Rio Grande do Sul.

Deputado Márcio Jerry, V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto, no microfone de apartes.

**O SR. MÁRCIO JERRY** (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, ontem, à tarde e à noite, foi realizada aqui na Câmara dos Deputados uma reunião da bancada maranhense no Congresso Nacional, com dezenas de Prefeitos e Prefeitas do nosso Estado do Maranhão, que estão aqui em Brasília participando de mais uma Marcha dos Prefeitos e Prefeitas.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Federação dos Municípios do Maranhão, Ivo Rezende, que liderou essa imensa participação do Estado aqui.

Registro também, Sr. Presidente, a presença muito honrosa, muito gratificante, muito proveitosa dos Ministros do Governo Lula: o Ministro das Comunicações Juscelino Filho, que é maranhense; a Ministra Sônia Guajajara, eleita Deputada Federal por São Paulo, que é maranhense também; e o Ministro da Justiça e Segurança Pública e ex-Governador Flávio Dino.

Deixo aqui este registro e, mais uma vez, dou boas-vidas aos nossos Prefeitos e Prefeitas do Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Deputado Giovani Cherini, do PL do Rio Grande do Sul, tem V.Exa. a palavra, pelo tempo regimental.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje o Brasil recebe de braços abertos o maior estadista da nossa história e o melhor Presidente da República dos últimos 35 anos. Jair Messias Bolsonaro voltou, e eles estão preocupados. Colocaram tanta segurança que é impossível um cidadão de bem chegar perto dele, e assim fizeram para as notícias dizerem: *"Hoje foi recebido por meia dúzia de pessoas"*. Tudo é preparado, aliás, o "nós e eles" foram eles que criaram.

Uma das coisas mais importantes que o Presidente Bolsonaro disse hoje é que nós não queremos o mal do Brasil. Nós não queremos aquilo que fizeram por 4 anos aqui, o "quanto pior, melhor". Trabalharam 4 anos para isso, para voltar ao poder. Nós, não; nós queremos voltar ao poder, sim, mas pelas nossas obras, pelo nosso trabalho e pela verdade.

O "nós contra eles" foram eles que criaram, botaram o homem contra a mulher. Eles são especialistas nisso. Colocaram o agricultor contra o índio, e o índio contra o agricultor; botaram o negro contra o branco; botaram o pobre contra o rico.

Assim é o "nós e eles", porque eles vivem da miséria humana, da desgraça humana. Infelizmente, eu tenho que dizer isso aqui nesta tribuna.

Eles falam que são contra a corrupção, mas se for para a companheirada, não tem problema, é em nome da democracia. Eles falam que o outro lado é *fake news*, mas as *fake news* deles valem, é em nome da democracia. O Judiciário tem que ser isento, mas, se for a favor deles, é em nome da democracia. Tudo aqui é em nome da democracia. Prender as pessoas, sem processo legal, é em nome da democracia. Agora, invadir terra, invadir propriedade é em nome da democracia, é questão social. Não trabalhar! Não trabalhar, para construir a riqueza. Não é chegar aqui na tribuna e dizer: "*As nossas terras*". Não comprar terra, não trabalhar, não se esforçar para fazer isso!

O "nós contra eles" já está sendo comparado, porque a picanha não chegou, a cervejinha de fim de semana também não chegou e não vai chegar, porque, infelizmente, é o Governo da mentira, é o Governo das *fake news*, é o Governo que não respeita sequer a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.

Nós precisamos respeitar a liberdade. Eu me elegi para ter liberdade de expressão aqui nesta tribuna, e ninguém vai tirar o meu direito de dizer que é um desgoverno o que está aí.

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) - Presidente, eu queria falar pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - V.Exa. tem a palavra e a precedência...

A solicitação para Comunicação de Liderança sempre precede a qualquer solicitação à Mesa, a não ser que seja questão de ordem. No caso, não há questão de ordem. Há um pedido de fala da Liderança do Governo, e está concedida a palavra.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - O tempo da Liderança já foi usado, Presidente.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT) - No Pequeno Expediente, se ele não está inscrito, não há direito de fala. Ele pode pedir 1 minuto aqui e fazer o que quiser.

Pelo Regimento, isso daí não dá, não, irmão!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - A Liderança do Governo não usou o tempo, e o Deputado Alencar Santana, do PT de São Paulo, está inscrito para falar pela Liderança do Governo.

Está concedida a palavra, porque há precedência de fala.

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Bom dia, colegas Deputados e Deputadas. Olhem, há uma turma... Acabaram de falar ali sobre liberdade de expressão, mas estão brigando para que nós não falemos. Olhem a contradição! Olhem a contradição desses que dizem que podem falar o que quiserem. Na verdade, eles querem usar da palavra para fazer agressão. Nós não concordamos e vamos sempre combater isso, com muita, muita, muita firmeza.

Eu estou vendo também que há uma ansiedade. Nós estamos há 3 meses com o novo Governo — 3 meses —, que já demonstrou, de maneira muito clara e objetiva, a sua diferença do Governo dos últimos 4 anos.

Nós temos um Governo que reeditou o Minha Casa, Minha Vida, que vai garantir novamente milhões de moradias ao povo brasileiro. Nós temos um Governo que reeditou o Mais Médicos, com novidades — e vamos ter outras coisas também na área da saúde. Nós temos um Governo que já lançou outras políticas, como o Bolsa Família, garantindo também um *plus* para cada criança até 6 anos.

E nós temos visto muita ansiedade: "*Nós queremos mais, mais...*" Fiquem tranquilos, senhoras e senhores, o Governo terá muito mais. Sabem por quê? Porque nós temos compromisso com o povo, justamente o povo mais humilde. A economia brasileira vai voltar a crescer, mas vai voltar a crescer, gerando emprego, garantindo mais investimentos. Vamos ter investimento público, mas também investimento de países que acreditam no Brasil.

Não é à toa que uma grande comitiva foi à China. O Presidente Lula não foi, por problemas de saúde, mas já vai agora, depois da Páscoa, no dia 11. Há uma demonstração clara do governo chinês de respeito à grandeza do Brasil, de respeito também à grandeza do Presidente Lula.

Não tenhamos dúvidas, senhoras e senhores, de que o Brasil voltará a crescer. Nós já sentimos uma diferença brutal de tudo aquilo que nós passamos no último período em relação a esses 3 meses. É só uma pequena demonstração o que aconteceu ao longo desses 3 meses.

Eu queria aqui também dialogar com aqueles que foram recepcionar o ex-Presidente no aeroporto. Pergunto: V.Exas. trouxeram mais joias do povo brasileiro que ele estava tentando surrupiar, que ele surrupiou? Eu diria que ele, daqui a pouco, vai poder pedir música no *Fantástico*. Na primeira vez, disse que não sabia, que achava que o presente era dele. Na

segunda vez, foi determinada pelo Tribunal de Contas da União a devolução. Ele tinha mais um lote, fingiu que ninguém tinha visto e vai ter que devolver. Quantos outros lotes ele possui? De quantos presentes do Estado brasileiro ele tentou se apropriar, achando que eram dele?

Nós vivemos um Governo anterior que governava para a família e poucos amigos, que não se preocupava em vacinar o povo, que não se preocupava em gerar emprego, que não se preocupava em garantir direitos ao povo trabalhador. Aliás, fez o oposto.

Essa é a grande diferença que nós temos, uma diferença muito clara, muito nítida. Não tenhamos qualquer margem de dúvida — e diálogo com os demais colegas — de que o Presidente fará do Brasil novamente um país grande, respeitado, de prosperidade, de inclusão social, de respeito, de fato, a quem precisa do poder público, e não um país para poucos. Isso é muito claro e há uma diferença entre tudo aquilo que nós passamos e o que nós vamos viver.

Então, colegas Deputados que, do outro lado, ficam gritando que estão esperando a picanha mais barata, a carne mais barata, os produtos mais baratos, não tenham dúvida de que nós teremos isso. Podem ter certeza absoluta de que a política deste Governo é para quem precisa, a política deste Governo é para todos.

Então, colegas Deputados e Deputadas, acalmem-se, controlem a ansiedade! Nós temos só 3 meses de Governo. Já demonstramos um pouco o que vamos fazer na educação. Coisas novas foram anunciadas, como o incremento à pesquisa, a distribuição em relação à merenda. E assim nós faremos em todas as outras áreas.

Então, aos que estiverem muito ansiosos eu digo: observem mais, tenham calma, porque, senão, V.Exas. aí do outro lado vão falar *fake news*, que foram uma constante no Governo anterior e estão sendo agora na Oposição, e serão totalmente desmascarados, porque essa política terá resultado efetivo na vida de cada brasileiro e de cada brasileira.

Será o Brasil da paz, o Brasil da educação, não o Brasil das armas. O Presidente Lula, logo no início do seu Governo, editou decretos em relação às armas. Nós não podemos concordar com a política que estava vigorando, em que se achava que arma é algo legal, que arma é algo que tem que mostrar na rede social, incentivando condutas violentas.

Nós vamos voltar também a ter um Brasil de paz, um Brasil da segurança efetiva, e não um Brasil de um povo amedrontado — infelizmente, era o que nós estávamos vivendo —, um Brasil em que se achava comum a violência contra as mulheres. Não! As mulheres serão valorizadas. E não foi à toa que, nesse mês de março, o Presidente Lula também lançou diversas ações voltadas às mulheres, garantindo-lhes mais dignidade, mais respeito, mais direitos.

Então, meus colegas Deputados e Deputadas que estão na Oposição hoje e que defendem um Governo indefensável, que não conseguiu trazer para esta Casa uma proposta boa, fiquem tranquilos, porque as coisas estão acontecendo, vão acontecer muito mais e vão mudar para melhor a vida deste País, a vida do nosso povo.

**O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT)** - Peço a palavra por 1 minuto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alencar Santana.

Antes de conceder 1 minuto ao Deputado Abilio Brunini, eu só quero fazer um esclarecimento, e é importante que a Mesa o faça: sempre que houver um pedido de comunicação de Líder, haverá precedência. A inscrição para comunicação de Líder fica em um espaço separado. Por isso, antes de conceder a palavra, a Mesa examina se está feita a inscrição e se o Deputado inscrito é aquele, porque nem sempre é o Líder quem fala, às vezes, é o Vice-Líder ou o representante da Liderança do partido, do Governo, da Oposição, da Maioria e da Minoria. Estou dizendo isso para que fique bem claro para todos os colegas Parlamentares.

Há um segundo aspecto que eu quero esclarecer, especialmente, ao Deputado Brunini, que está fazendo um questionamento, para que não haja incompreensão. A questão de ordem pode ser feita a qualquer momento da sessão, mesmo durante os breves comunicados ou na Ordem do Dia. Na verdade, isso não acontecia durante a pandemia. Foram suspensas as questões de ordem nessa condição. Agora, passada a pandemia, voltou a questão de ordem a qualquer momento. A única diferença é que, sendo a questão de ordem feita, durante a Ordem do Dia, ela tem que ser, via de regra, sobre a Ordem do Dia. Fora disso, a questão de ordem pode ser feita sobre qualquer aspecto que possa ser levantado no interesse do Parlamentar, desde que devidamente justificado e consubstanciado no artigo a que se refere a questão de ordem.

**O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT)** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 95, já que V.Exa. abriu o precedente. Peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 95. Estou com o Regimento Interno na mão aqui, Sr. Presidente.

Posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Pois não, Deputado.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Regimento Interno trata sobre as questões de ordem no art. 95, que é bem específico e diz o seguinte:

*Art. 95. Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.*

Quanto à questão de ordem, durante a Ordem do Dia, o §1º e os seguintes tratam do assunto. Fora da Ordem do Dia — eu até estava conversando com a assessoria da Presidência sobre isso —, trata-se de um período de limbo, porque não existe essa definição do que estamos fazendo no período de breves comunicados, de Breves Comunicações ou do que for no período que antecede a Ordem do Dia. O Regimento não trata disso. E nesse período de que o Regimento não trata, fica bem claro que, quando a questão de ordem é levantada no período de que o Regimento não trata, ela tem de ser exclusivamente relacionada às questões da Constituição Federal.

O que eu vejo é uma banalização da questão de ordem. Há muita gente pedindo a palavra para questão de ordem, com base em artigos que ninguém confere se são os corretos ou não, apenas para ter oportunidade de fazer declaração de opinião. A questão de ordem não pode ser desvirtuada dessa forma, senão ela é banalizada, Sr. Presidente. Não podemos facilitar a questão de ordem a todo e qualquer momento, sobre todo e qualquer significado, para que se possa emitir opinião. Faça, então, esse pedido a V.Exa.

É por isso que, nos breves comunicados, nas Breves Comunicações, não há questão de ordem. Eu duvido que qualquer Parlamentar vá pedir questão de ordem para falar exclusivamente sobre a Constituição Federal ou sobre assunto relacionado a ela. Então, como V.Exa. não vai conseguir me responder, sem tentar ganhar no argumento agora, peço que seja dada pela Presidência uma resposta posteriormente. Sugiro que seja feito um estudo, com o apoio legislativo e o apoio da Mesa Diretora, e a resposta seja dada posteriormente. Não vamos banalizar a questão de ordem neste período. É o período de Breves Comunicações, que nem no Regimento Interno está.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Deputado Abilio Brunini, nós recolhemos a questão de ordem de V.Exa. É importante que ela seja feita, na medida em que nós vamos dirimir essa dúvida de maneira definitiva. Eu recolho a questão de ordem. Vamos passá-la à Mesa, que vai fazer um estudo. Contudo, já quero adiantar, para que fique bem claro a todos os Parlamentares, que esse procedimento é usual na Casa e que a questão de ordem pode ser levantada a qualquer momento da sessão e versar sobre qualquer assunto.

É verdade — e o Deputado Brunini tem razão — que, às vezes... (*Pausa.*)

Deputado Brunini, por favor, eu estou me dirigindo a V.Exa. Deputado Abilio Brunini, estou me dirigindo a V.Exa. e eu gostaria de ter a sua atenção. V.Exa. foi à tribuna, fez uma questão de ordem, e eu estou lhe respondendo.

É verdade o que disse V.Exa. no sentido de que, muitas vezes, os colegas Parlamentares pedem uma questão de ordem, invocam um artigo — sempre há um artigo a ser invocado —, dão os seus argumentos, e a questão de ordem não tem absolutamente nenhum fundamento. Agora o que não pode é a Mesa tolher a palavra do Deputado, quando este pede a palavra para uma questão de ordem. A Mesa não pode tentar adivinhar o que o Deputado vai dizer. É uma questão de ética, é uma questão de respeito do Deputado para com os colegas Parlamentares e para com a Mesa, quando fizer uma questão de ordem, que seja um assunto de fundamento e que tenha razão de ser.

Jamais a Mesa vai tolher uma questão de ordem, sem que antes ela seja apresentada. A Mesa pode não acatar, a Mesa pode simplesmente desconhecer a questão de ordem, por não haver uma fundamentação. Agora, quando ela tiver uma fundamentação, a Mesa a recolhe e vai fazer o estudo. É o caso da sua questão de ordem, que nós estamos recolhendo, para dar uma resposta definitiva sobre esse tema.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Coronel Alberto Feitosa, que a havia solicitado anteriormente.

**O SR. CORONEL MEIRA** (PL - PE) - É o Deputado Coronel Meira, de Pernambuco, Vice-Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Pois não, Deputado.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CORONEL MEIRA** (PL - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado pela concessão da palavra.

Deixo um abraço ao nosso amigo que está fazendo parte da Mesa, o Deputado André Fernandes, do Ceará.

Eu queria registrar a presença do Deputado Estadual Coronel Alberto Feitosa, de Pernambuco. Também registro a presença do nosso ex-Ministro Gilson Machado, que está aqui na Casa, visitando a Câmara Federal.

Também está presente a equipe de oficiais de justiça de Pernambuco. O dia 25 de março é o Dia do Oficial de Justiça. Foi aqui, nesta Casa, votada exatamente essa data. Estamos aqui com o Presidente do SINDOJUS-PE — Sindicato dos Oficiais de Justiça de Pernambuco, o Sr. Roberto Soto, com o nosso famoso lá em Pernambuco Deputado General Pazuello, que me ajudou muito, com o nosso Diretor-Geral Administrativo, o Sr. Marco Albuquerque, e com a nossa Diretora Jurídica, a Sra. Andrezza Jacome.

Quero ainda dizer que Pernambuco, realmente, tem um trabalho espetacular dos oficiais de justiça, fazendo com que a lei seja cumprida e com total trânsito com a Polícia Militar de Pernambuco, da qual faço parte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Coronel Meira. Só faço uma retificação. Na verdade, V.Exa. falou com a Mesa e fez menção ao Coronel Feitosa.

O Coronel Feitosa está lá.

Seja bem-vindo à Casa, Coronel, muito obrigado. O Parlamento brasileiro o acolhe.

Tem a palavra o Deputado Reimont, do PT do Rio de Janeiro.

**O SR. REIMONT** (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores da Câmara Federal e aqueles que nos acompanham, hoje, é de fato um dia histórico, porque o Presidente fujão, o Presidente que fugiu do Brasil no dia 29 de dezembro, o ex-Presidente Jair Bolsonaro, retornou ao país.

No próximo dia 5, quando ele for depor à Polícia Federal, nós esperamos que ele, de fato, dê ciência, dê conhecimento à Nação brasileira daquilo que foi buscado na Arábia, daquelas malas de joias, dos relógios Rolex e de todo o processo de corrupção pelo qual nosso País envergonhadamente está se debruçando. Nós esperamos muito por isso.

Eu queria também lembrar que nós precisamos, aqui no Parlamento, fazer um debate com a sociedade brasileira. Ao fazer esse debate com a sociedade brasileira, com o nosso povo, que nós tenhamos toda a transparência para dizer que não dá mais para fazer política negando as evidências — as evidências!

Esperamos que a Polícia Federal cumpra o seu papel correto de investigação, de tomada de depoimento do ex-Presidente da República; que ele tenha o direito de se manifestar; que ele passe pelo direito de colocar as responsabilidades devidas. Pode ser inclusive que ele tenha trazido mais alguma mala de joias para ser repatriada e entregue ao patrimônio brasileiro.

Eu queria, Sr. Presidente, neste último minuto que me resta, lembrar aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que nós não comemoramos a ditadura militar. A ditadura militar, nós a repudiamos. Portanto, a memória histórica de 1964 não se dá no dia 31 de março. Ela se dá no dia 1º de abril — isso é história —, que, conhecidamente, no jargão popular, é o dia que consideramos, jocosamente, o dia da mentira.

Aquele processo todo da ditadura militar de 1964 foi uma grande farsa no Brasil, que trouxe tanta morte. Portanto, Sr. Presidente, foi um tempo de sombra e morte.

Ditadura nunca mais! Medo, mentira e ódio, ditadura nunca mais! Congresso Nacional fechado, ditadura nunca mais! Partidos cassados, ditadura nunca mais! Cento e sessenta e seis Deputados cassados, ditadura nunca mais! Mil e vinte e quatro civis presos e torturados, ditadura nunca mais!

Não houve afogamento, choque elétrico, pau de arara, cadeira de dragão que convencessem Stuart Angel a trair a confiança de seus companheiros. Não houve fumaça de óleo *diesel* que o fizesse falar. Queimado por dentro, com os pulmões assados, Stuart foi assassinado, sem pedir clemência. Pediu água, bateu asas e voou, como um *angel*.

Viva Stuart Angel! Viva a democracia! Ditadura nunca mais!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Reimont.

A próxima inscrição é a da Deputada Célia Xakriabá, do PSOL de Minas Gerais. Depois, terão a palavra as Deputadas Professora Luciene Cavalcante e Ana Pimentel e os Deputados Alexandre Lindenmeyer, Roberto Duarte e Defensor Stélio Dener, que estão na lista de repescagem.

Tem a palavra a Deputada Célia Xakriabá.

**A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ** (Bloco/PSOL - MG. Sem revisão da oradora.) - (*Manifestação em língua indígena.*)

Sabem por que eu canto todas as vezes? Muitas pessoas rezam, antes de comer, para abençoar a comida; e nós cantamos, para abençoar a nossa palavra.

Eu queria trazer hoje a esta Casa três temas muito importantes: um sobre rodovias; outro sobre a resolução da SEMAD — Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que vem impactando o território do Estado de Minas Gerais; e o último sobre a reforma administrativa do Estado.

O rodovial representa em nosso Estado um crime de ecocídio programado, porque não se escutam as famílias. V.Exas. sabiam que o rodovial terá o pedágio mais caro do Brasil? Não é uma estrada pública, ela não valoriza nem beneficia a população, sobretudo a população da região metropolitana. Será o pedágio mais caro do Brasil e, além disso, está usando recursos que seriam para compensar um crime ambiental. Na verdade, não há uma política de mitigação do crime ambiental que causou a morte de mais de 200 pessoas em Brumadinho. Quem não se lembra também do crime de Mariana?

É importante dizer aqui que mais de 15 mil moradores serão desapropriados. Esse dinheiro do rodovial poderia ser destinado para o metrô, mas neste momento se discute no Estado de Minas Gerais a sua privatização. Ontem, foi lançada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma frente parlamentar para defesa do povo e contra o rodovial. É importante dizer que esse ecocídio, além de ser programado, é apoiado pelo Governo de Minas Gerais.

Contra essa caneta assassina, nós estaremos aqui no Parlamento, juntamente com alguns Deputados Estaduais, porque, contra uma caneta assassina, vai ter resistência e vai ter luta. Como solução, em vez do trem da morte, que segue levando rodovial para fora do País, o que se poderia discutir era transporte público de qualidade para o povo de Minas Gerais.

Quero dizer, antes de finalizar, Sr. Presidente, que nesta Casa hoje os ânimos estão muito exaltados porque se fala da volta do ex-Presidente. Na condição de mulher indígena — e estou falando aqui na condição de mulher indígena que veio de onde o Brasil começa —, eu digo que desconheço amor à Pátria de quem foge da sua própria Pátria. Repito: estou aqui na condição de mulher indígena que veio de onde o Brasil começa.

Do ano de 2019 até o ano de 2022, nós escutávamos o ex-Presidente dizer que saudava a cavalaria americana por ela ter tido êxito ao exterminar os povos indígenas. Os povos indígenas, na época da ditadura militar, foram torturados — eu venho de um território em Minas Gerais, em que existiu o Reformatório Krenak. Mais de 8 mil indígenas foram torturados na época da ditadura militar.

Ditadura nunca mais!

Estou aqui na condição de mulher indígena, na condição de mulher que discute a inteireza do País. Neste momento, se há pessoas que não se sensibilizam com pessoas mortas e torturadas, nós estamos perdendo o nosso senso de humanidade.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Célia Xakriabá.

A próxima inscrição é a da Deputada Ivoneide Caetano, do PT da Bahia. *(Pausa.)*

Não está presente.

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo, pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - V.Exa. está falando longe do microfone, Deputado.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agora estou falando ao microfone.

Eu estou acompanhando a lista de inscrição aqui, Presidente, e me perdi. Se V.Exa. puder me indicar em qual orador inscrito ela está... Segundo a lista que eu tenho aqui, os próximos oradores seriam o Deputado Giovani Cherini, a Deputada Ivoneide Caetano e o Deputado Da Vitória. Se V.Exa. puder me falar em qual número a lista está...

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Exatamente, Deputado.

Foram chamados o Deputado Giovani Cherini e a Deputada Ivoneide Caetano, mas nós estamos fazendo alternância. Estamos chamando alguns, recuperando a inscrição, e chamando outros pela ordem da lista.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS) - Ah, está bem.

A lista da recuperação é que eu não consegui acompanhar. Como eu posso acompanhá-la?

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - O próximo orador é o Deputado Da Vitória. Depois, será a Deputada Erika Kokay, que está na lista normal. E existe a lista de recuperação também. Nós estamos alternando um e outro.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS) - Eu posso acompanhar a lista de recuperação aí na Mesa — é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Sim, Deputado.

Eu falei há pouco, mas vou repetir. Os próximos oradores são: o Deputado Helder Salomão, a Deputada Professora Luciene Cavalcante, a Deputada Julia Zanatta, a Deputada Ana Pimentel, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, o Deputado Roberto Duarte, o Deputado Defensor Stélio Dener, o Deputado Gustavo Gayer, o Deputado Rogério Correia e o Deputado Reginaldo Lopes.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS) - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra, então, o Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares presentes e a população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Este Governo está tendo um trabalho muito grande para consertar a tamanha desordem que foi feita pelo Governo anterior. Quando, em 2020, teve início a pandemia no Brasil e no mundo, o Governo brasileiro e o Presidente fugião... Hoje ele volta ao Brasil não porque decidiu voltar, mas porque vai depor na Polícia Federal na quarta-feira que vem, para explicar o que aconteceu com as joias que eram para o Estado brasileiro e foram surrupiadas pelo Presidente e sua família — vai ter que explicar. Foi por isso que ele voltou.

Quem é forte, quem é patriota enfrenta até o final. Esse Presidente, que deixou o mandato em 31 de dezembro, fugiu antes de terminar o mandato, e agora retorna para depor na Polícia Federal para explicar o caso das joias que foram, de forma indevida, surrupiadas pela sua família e por ele próprio.

Mas é bom lembrar que esse Presidente da República fugião foi o mesmo que, quando teve início a COVID, disse que era uma gripezinha, disse que a vacina não resolvia o problema, que o que resolveria era a cloroquina.

Nesta semana, o Brasil infelizmente atingiu a marca de 700 mil mortes por COVID, um verdadeiro genocídio o que aconteceu no nosso País — um verdadeiro genocídio! E não adianta querer dizer que não teve culpa o ex-Presidente porque eu vou citar um dado aqui para vocês. O Brasil, Deputada Erika, representa 3% da população mundial, mas o número de mortes no Brasil representa 10%.

Tem que haver alguma coisa errada, senhores e senhoras. Se nós representamos 3% da população mundial, e o número de mortes no Brasil atingiu 10%, isso é sinal de que o Brasil deu mau exemplo na conduta à frente da pandemia, que tirou a vida de 700 mil brasileiros. Isso, sim, foi um verdadeiro genocídio.

É por isso que o Presidente Lula tem agora um enorme desafio, um desafio muito grande para colocar o Brasil novamente nos trilhos, com respeito às populações originárias, aos indígenas, aos quilombolas, com respeito aos mais pobres, com respeito às mulheres que recebem salários menores — nós vamos apreciar uma matéria aqui de autoria do Presidente da República para dar igualdade a homens e mulheres quando ocuparem funções iguais.

Esse é o trabalho que temos para desfazer o genocídio no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Helder Salomão.

A próxima inscrição é uma solicitação de Comunicação do Liderança do Líder Guilherme Boulos, do PSOL de São Paulo, que tem a preferência para falar.

V.Exa. tem a palavra na tribuna, Deputado Guilherme Boulos.

**O SR. GUILHERME BOULOS** (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu venho falar aqui de um fato muito preocupante que aconteceu esta semana: a assinatura do contrato de privatização do Aeroporto de Congonhas, o mais movimentado do País, uma privatização feita praticamente no apagar das luzes do Governo Bolsonaro.

Há questionamentos de que tenha sido feita com preço abaixo daquele que seria o real. Foram 2,4 bilhões de reais não só por Congonhas, mas por um pacote de mais dez aeroportos. Além de tudo, a concessionária que adquiriu o direito sobre o aeroporto quer pagar 50% do valor em precatórios. Ela levou à vista e quer pagar com cheque sem fundo.

Preocupa-me a forma como foi feito esse processo, com falta de transparência, cheio de questionamentos, como também os impactos para a região.

Vale dizer que a compradora é uma estatal espanhola chamada AENA. É só no Brasil que se demonizam as empresas públicas e as vendem para estatais de outros países. É impressionante. A AENA já tem no seu currículo o Aeroporto de Recife — está aqui a Deputada Maria Arraes que sabe disso —, que era o aeroporto dentre os com melhor avaliação no Brasil e se tornou o segundo pior na pesquisa de satisfação dos usuários depois que a AENA assumiu. É preocupante.

O Brasil, muita gente acreditou naquele conto do vigário que, se cobrasse por bagagem, a passagem iria reduzir. Olha o preço das passagens aéreas hoje. Reduziu nada. Pelo contrário, aumentou. Daqui a pouco, vão querer cobrar para usar o banheiro do avião. Esta é a lógica privatista: o encarecimento dos serviços e a piora da qualidade dos serviços.

Existe outro problema: o impacto na região. As concessionárias planejam aumentar o número de voos. Hoje, em Congonhas, acontecem 32 pousos e decolagens por hora, e querem aumentar para 44, inclusive com a possibilidade de aviões de maior tamanho, maior dimensão, aumentando o risco de acidentes.

Mais pousos e decolagens significa mais poluição sonora. Quem conhece o Aeroporto de Congonhas sabe que ele está inserido praticamente no centro de São Paulo, em bairros residenciais. Isso significa maior impacto sobre a infraestrutura local, congestionamento na Avenida Washington Luís, na Avenida 23 de Maio — quem é de São Paulo e da região sabe do que eu estou falando —, e sem nenhuma contrapartida.

Por isso, os moradores da região entraram com uma ação na Justiça, que tem todo o meu apoio. Nós vamos, inclusive, dialogar com o Presidente da ANAC e com o Ministro Márcio França e vamos querer buscar uma solução para isso. Com os 50% que querem pagar de precatório, esse é um elemento para poder rever a privatização que foi feita, porque é descabida e gera um impacto danoso para a população de São Paulo.

Quero usar esses últimos 30 segundos, Presidente, para lembrar que hoje o Presidente fujão voltou para o Brasil, e com sucesso de público. Impressionante! Havia umas 10 ou 15 pessoas para recebê-lo, para receber o mito no aeroporto. Eu acho que a maioria deles deveria ser joalheiro, gente querendo comprar ouro, vender ouro, fazer contrabando de joias. Eu imagino que essas pessoas devem ter ido recepcioná-lo no aeroporto e na sede do partido buscando algum negócio, enquanto ele não vai depor na Polícia Federal.

Ficou claro, mais uma vez, hoje, que a população brasileira que expressou sua vontade nas urnas elegendo o Presidente Lula já percebeu a completa farsa que é o ex-Presidente Bolsonaro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Guilherme Boulos.

Tem a palavra o Deputado Da Vitoria, do PP do Espírito Santo. *(Pausa.)* Não está presente.

Tem a palavra a Deputada Professora Luciene Cavalcante. *(Pausa.)* Não está presente.

Tem a palavra a Deputada Julia Zanatta, do PL de Santa Catarina. Em seguida, falará a Deputada Ana Pimentel.

Deputada Julia Zanatta, V.Exa. tem o tempo regimental na tribuna de 3 minutos.

**A SRA. JULIA ZANATTA** (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nobres colegas Deputados, gostaria de aqui registrar que nesta semana ocorreu em Brasília a Marcha dos Prefeitos. Recebi em meu gabinete vários Prefeitos, vários Vereadores de Santa Catarina, nosso amado Estado. Serão sempre muito bem recebidos aqui em Brasília.

Santa Catarina tem 295 Municípios. Graças a Deus, eu recebi votos de 294 desse total. Então, nós temos sempre que estar atentos às demandas que vêm dos Municípios.

Mas gostaria aqui também de fazer um registro deste dia tão feliz, que é o dia da volta do Presidente Bolsonaro aqui para o nosso País. Ele foi recebido por apoiadores lá no aeroporto. Eu pude estar com ele lá na sede do PL. Foi um momento de muita alegria, já havia encontrado com ele lá nos Estados Unidos, quando fui ao CPAC; mas ver essa cena de ele voltando e ser sempre muito bem recebido pela população é muito gratificante.

Acredito que a Esquerda, o pessoal do PT e do PSOL também estão muito felizes com a volta do Bolsonaro, afinal de contas, nesses meus dias aqui de mandato, eles falam mais do Bolsonaro do que nós que somos apoiadores do Presidente Bolsonaro, do sempre Presidente Bolsonaro. Eles falam o dia inteiro. Olhem como esse homem tem uma liderança incrível! Eles passam o dia inteiro aqui falando do Bolsonaro. O Lula não mostrou ainda a que veio e só fala do Bolsonaro.

Aliás, tem gente que chama o Bolsonaro de fujão, mas vamos falar aqui, gente: O Lula está meio sumido. O que aconteceu? Deram um cala a boca nele dentro do partido, o proibiram de falar, porque estava falando muita besteira, o mandaram refazer o discurso, parar de falar coisas que prejudicam o nosso País?

Presidente, outro ponto aqui a ser destacado: Ministros e membros do Governo Lula viajam ao exterior não para fazer propaganda do nosso País, mas para falar porcaria do nosso País, falar mal do nosso País lá fora.

Então, de que forma vão fazer um bom Governo desse jeito? Sou, sim, apoiadora do Presidente Bolsonaro, mas vou repetir uma coisa que tenho falado muito nesta tribuna: eu quero que o meu país vá para frente, e ele está indo para trás, com mais desemprego e mais criminalidade.

Então, está na hora de colocar a mão na consciência, parar de falar do Bolsonaro e mostrar para que está no poder. Afinal de contas, ficam falando toda hora que ganharam a eleição...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - A última inscrição é uma permuta da Deputada Erika Kokay com a Deputada Jandira Feghali.

Tem a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

Enquanto isso, concedo 1 minuto para o Deputado Messias Donato, do Republicanos do Espírito Santo.

**O SR. MESSIAS DONATO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um registro de que se encontra na Casa o Prefeito Paulo Cola, da cidade de Piúma, do litoral capixaba, com a comitiva de técnicos, secretários e também do Poder Legislativo.

Piúma, Sr. Presidente, conhecida como a cidade das conchas, tem pouco mais de 20 mil habitantes. E a gestão do Prefeito Paulo Cola, no último verão, foi algo histórico, bateu recorde de multidão de turistas no carnaval de Piúma. Nos últimos anos, a gestão Paulo Cola vem trabalhando para resgatar a autoestima do povo piumense.

Acompanhando o Prefeito, Sr. Presidente, estão os Vereadores Fabrício Taylor, Jorge Miranda, Bruno Freitas, Wallace Campi, o Secretário Desenvolvimento Econômico Gustavo Meireles, o Vereador Tobias e o Presidente da Casa do Poder Legislativo de Piúma, o Vereador Eliezer Dias.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Messias Donato.

Já está na tribuna Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quando eu ouço alguns discursos aqui no plenário, de Parlamentares que foram derrotados na eleição presidencial com o ex-Presidente da República, eu fico achando que o chamado mundo paralelo não está só lá fora, mas também se expressa aqui dentro, porque os discursos não tem nada a ver com a realidade. Aliás, o Prof. João Castro Rocha, da UERJ, adaptou uma teoria da década de 50, chamada de "dissonância cognitiva coletiva". Parece-me que ela está expressa exatamente aqui, porque as pessoas acreditam numa fantasia que vai na cabeça e em algumas comunicações do WhatsApp, que são completamente irrealis.

Ora, este Governo é absolutamente presente, o Presidente Lula é absolutamente presente. Inclusive, os Parlamentares deveriam respeitá-lo muito, principalmente no momento em que ele se trata de uma pneumonia, e o correto é ele não ficar falando nem se apresentando, para poder se recuperar. Aliás, recuperação esta que já lhe coloca de pé a partir de hoje, para novamente fazer o que sabe fazer, e muito bem, que é governar o Brasil.

Mas o Presidente Lula, com menos de 30 dias de Governo, já estava em Roraima, na comunidade ianomâmi, tentando corrigir — e é isso que está fazendo — o genocídio feito com aquela comunidade pelo Governo anterior. Saiu dos seus poucos dias de descanso para imediatamente estar na enchente e na tragédia do norte de São Paulo, sem nenhuma discriminação com Governador e com Prefeito local. O Presidente Lula já lançou dezenas de programas sociais que cuidam da maioria do povo brasileiro. Aprovou aqui antes de ser Presidente, com a ajuda deste Congresso, a PEC do Bolsa Família, a emenda constitucional.

Quero dizer que não adianta esse esperneio aqui, porque realmente o Sr. Jair Bolsonaro chegou ao aeroporto hoje e teve que sair pelos fundos. E vai ter que depor na Polícia Federal. Não sei se ele trouxe algum cavalinho na mala, se a alfândega abriu a sua mala, mas ele vai ter que responder às investigações. Vocês têm falado pouco dele aqui, porque, se falarem, vão ter que explicar. Vão ter que explicar muito: os crimes, as joias, a CPI, vão ter que explicar todos os crimes cometidos durante o seu Governo. Por isso vocês falam pouco dele. Nós falamos muito do que o nosso Governo vem fazendo e temos que denunciar cada vez mais os crimes que o Governo Bolsonaro cometeu.

Peço mais 30 segundos apenas, Presidente, para falar da data de hoje.

Quero dizer que o Sr. Bolsonaro vai depor na semana que vem. Poderia ter chegado na semana que vem. Chegou hoje, na tentativa de fazer um simbolismo, o simbolismo do dia 31 de março, que é amanhã, que foi a data que representa para ele tudo o que ele apoia: a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos dos lutadores pela liberdade, a ditadura, tudo o que ele sempre apoiou e apoia, que é tudo o que ele gosta. E sempre subiu à tribuna só para falar disso, de apoio à tortura, do torturador Brilhante Ustra, tudo o que ele sempre apoiou, tudo o que é contra a democracia e a liberdade. Ele tentou

instaurar no Brasil de novo o fascismo, do ódio à diferença, do ódio à diversidade, do ódio à pluralidade. E foi isso o que ele fez. Mas isso não voltará ao Brasil, porque o Brasil não quer mais ausência de democracia e fascismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

O próximo inscrito é o Deputado Welter, do PT do Paraná, que já está na tribuna.

**O SR. WELTER** (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quando será que vai cair a ficha?

Lula adoeceu um pouquinho, melhorou e já marcou a ida à China. Lula fez articulação regional com a América Latina, para formar um bloco econômico forte na América Latina, para sinalizar para que o diálogo com o mundo voltou nessa geopolítica. O Presidente Lula, na sua capacidade política, articulou de forma brilhante a PEC do Bolsa Família, como foi bem lembrado aqui pela Deputada Jandira Feghali. A PEC do Bolsa Família já garante todos esses programas fantásticos que foram anunciados como o Mais Médicos, o Compra Direta da Agricultura Familiar, a correção do PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, e tantos outros.

Gente, a picanha vai chegar sim, com renda corrigida acima da inflação. Aliás, a PEC votada no ano passado já garantiu um pouco mais de condição para corrigir o salário acima da inflação. No período do Lula e da Dilma garantiu-se correção do salário acima da inflação, com 76%. Isso é dado estatístico, é IBGE, é informação cara, não é fantasia, é realidade. Isso, sim, é política pública voltada para o povo trabalhador, para o povo que precisa da ação do Estado.

Não temos dúvida de que vai cair a ficha de muita gente. Não temos dúvida de que o mundo observa a articulação do Lula, seja com o Biden, quem já foi visitar, seja com Xi Jinping, para onde ele vai ainda no dia 11, para fazer o que fez no Governo passado. Lula comprou um avião novo no começo do Governo. Foi xingado, criticado muito. Mas para quê? Para levar as lideranças dos negócios que têm interesses nos negócios internacionais, para abrir as portas do Brasil, para aumentar as exportações, os negócios. O Brasil cresceu e distribuiu renda. O Brasil se desenvolveu.

O Governo, com seus aliados, vai fazer o Brasil ser feliz de novo.

O povo brasileiro terá renda com o tempo, de forma gradativa. Não existe milagre. Existe, sim, política de Estado, com aval deste Congresso, deste Parlamento, para proporcionar vida digna para a maioria dos brasileiros e brasileiras, homens e mulheres. O povo organizado será bem atendido por essa política, que vai chegar gradativamente ao trabalhador, com mais comida, com inclusão social, seja pelo MDS, seja pelos outros Ministérios.

Muito obrigado, Presidente. Um abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Welter.

A próxima inscrição é a da Deputada Ana Pimentel, do PT de Minas Gerais. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

Eu vou chamar em seguida o Deputado Reginaldo Lopes. Antes, concedo 1 minuto ao Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (PL - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado. É só para restaurar a verdade, a bem da verdade.

O ex-Presidente Bolsonaro saiu pelos fundos do aeroporto porque a polícia não permitiu que ele saísse pelo saguão, uma vez que o saguão estava lotado de pessoas para abraçá-lo. A Polícia Federal recebeu ordem do descondenado, e o Presidente saiu pelos fundos.

Chegaram até a interditar o Eixão, com receio de que a população o saudasse no seu retorno. Eu acho que a Esquerda, o pessoal da Esquerda, não tem que se preocupar com a chegada do Bolsonaro, tem que se preocupar em trabalhar, coisa que não fez até agora.

É evidente que o ex-Presidente Bolsonaro vai assumir a liderança da Oposição aqui. E nós vamos dar muito trabalho para eles e impedi-los de roubarem de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

A próxima inscrição é a do Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

A próxima inscrição é a do Deputado Roberto Duarte, do Republicanos do Acre.

**O SR. ROBERTO DUARTE** (Bloco/REPUBLICANOS - AC. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, nobres Parlamentares.

Subo a esta tribuna hoje para me somar ao Deputado Eduardo Bolsonaro e a outros tantos que também se manifestaram aqui com relação às declarações do Presidente da APEX. Infelizmente, o ex-Senador do PT pelo Estado do Acre disse que os problemas ambientais do Brasil estão relacionados à produção de grãos e à pecuária. Olha que infelicidade esse cidadão teve ao declarar isso fora do Brasil, falando de uma das maiores riquezas do nosso País! Esses são os setores que mais produzem, que mais transformam riqueza neste País, e nós temos uma declaração do Presidente da APEX fora do Brasil, no exterior, denegrindo a imagem do agronegócio no País. Eu quero aqui repudiar a fala desse cidadão Presidente da APEX que denigre o agronegócio no nosso País!

Quero hoje também, Sr. Presidente, dizer a todos que nós estamos passando por uma situação muito triste no Estado do Acre, com uma das maiores alagações registradas na história, atingindo vários Municípios, como Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e a nossa Capital, Rio Branco, Município que tem hoje mais de 30 mil desabrigados e desalojados.

Precisamos de socorro do Governo Federal. Neste momento, estamos buscando os órgãos competentes para que eles possam auxiliar o Estado do Acre, com alimentos, água potável, material de limpeza, colchões. Nós vamos precisar reconstruir a nossa Capital, Rio Branco, depois dessa enchente histórica no Estado do Acre.

Eu quero me solidarizar, mais uma vez, com toda a população acriana e dizer que, a partir de hoje, estaremos lá também trabalhando diariamente, diuturnamente, para minimizar os problemas da nossa população com relação à alagação, à enchente que atingiu muitas pessoas no nosso Estado.

Como Deputado Estadual fui autor de um projeto de lei que auxilia aqueles que agora estão passando por vários problemas com relação à retirada da segunda via dos seus documentos. É preciso deixar isso registrado. Eles estão isentos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ROBERTO DUARTE** (Bloco/REPUBLICANOS - AC) - Hoje a população que foi afetada com a enchente e teve seus documentos avariados pode tirar a segunda via com isenção total do pagamento das taxas. A segunda via da certidão de nascimento, da carteira de identidade, da CNH, enfim, de todos os documentos que as pessoas tiverem perdido pode ser requisitada agora sem o pagamento das taxas.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado.

A próxima inscrição é a da Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Penso que o bolsonarismo carrega um negacionismo estrutural. Ele não apenas nega pontualmente a vacina e provoca tantas mortes evitáveis; ele nega também a realidade. É um negacionismo estrutural.

Eles ficam buscando construir palanques ou cortinas de fumaça. Ora são as pistolas... Temos Deputados aqui que se comportam como se fossem despachantes bélicos. Aqui há sabujos da indústria de armas que, ao mesmo tempo, acham que a arma pode calar e pode, enfim, ser maior do que a própria democracia e este Poder, o Parlamento. Eles criam cortina de fumaça com perucas, com armas, para tentar esconder o que o Brasil todo está vendo, porque a realidade se impõe.

Nós temos um ex-Presidente da República derrotado pelo povo brasileiro, apesar de ter feito o maior esquema de compra de votos institucional, de ter utilizado a máquina pública. Esse ex-Presidente derrotado pelo povo brasileiro está sendo acusado de ser ladrão de joias. Roubou! Roubou o País! Roubou o País! Tentou se apropriar de presentes e de joias, por três vezes, pelo que se sabe até o momento. E um desses estojos de joias ele pediu a um amigo que o escondesse na sua fazenda ou na sua casa. Por isso ele volta para o Brasil e vai depor à Polícia Federal, porque ladrão tem que ser responsabilizado.

*"Ah, eu nem sabia dessas joias! Essas joias não chegaram à minha posse."* Ele tentou, diversas vezes, liberar um estojo de joias de quase 17 milhões de reais. Vale quase 17 milhões de reais esse estojo de joias! Não fosse o profissionalismo dos servidores da Receita, ele se teria apropriado também desse estojo de joias.

Eu lembro que o ex-Presidente, quando assumiu, disse: *"Olhem a minha caneta Bic! Olhem a minha caneta Bic! Usarei a caneta Bic!"* E usou a caneta para tirar direitos do povo.

Eu me lembro da fala de uma liderança indígena, que disse: *"Começaram a nos atacar pela caneta"*, a caneta do desmatamento, a caneta da retirada dos direitos do povo brasileiro, a caneta do garimpo genocida, que matou tantos ianomâmis. Essa caneta foi o primeiro ataque. Depois, o ataque veio pela fome, pelo desprezo, pelo atentado à própria realidade.

Por isso eu digo, Presidente, que esse ex-Presidente da República que disse que ia usar a caneta Bic e usou a caneta para retirar direitos e matar o povo brasileiro, ganhou e escondeu — escondeu! —, roubou uma caneta extremamente valiosa. Cadê a caneta Bic? Cadê a caneta Bic? Não, é a caneta escondida, valiosa, e a retirada de direitos.

Por fim, Presidente, apenas para concluir, se me permite, quero dizer que ele quis colocar a Bandeira Nacional para ornamentar salas escuras de tortura. Está voltando ao Brasil, respondendo à Justiça, e tenta dizer que este Brasil tem que ser o Brasil da tortura, tenta defender a tortura e o silenciamento.

A Bandeira Nacional, ah!, o povo brasileiro balançou e tirou o cheiro de tortura.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

O próximo inscrito é o Deputado Gerlen Diniz, do PP do Acre, que já está na tribuna.

Tem V.Exa. a palavra. (*Pausa.*)

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) - Presidente, gostaria de uma informação. V.Exa. sabe a que horas começaremos a deliberar?

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - O microfone não deve estar ligado.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) - Eu só queria saber de V.Exa. se há previsão do início da deliberação ou se, por acaso, nós vamos ter a suspensão da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Na verdade, Deputada, ainda não há uma definição quanto à Ordem do Dia. Há a previsão, mas não está definido em qual horário. Nós estamos aguardando a comunicação que vem da Presidência titular da Câmara dos Deputados. Nós estamos aqui, eventualmente, substituindo o Presidente, presidindo a sessão.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) - V.Exa. não é substituto. V.Exa. é uma pessoa diferenciada nesta Casa. Perguntei porque eu preciso sair para um compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Perfeito.

Nós vamos buscar essa informação, para esclarecer se haverá Ordem do Dia e qual será o horário de início da Ordem do Dia.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) - Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigada, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Gerlen Diniz, do PP do Acre.

**O SR. GERLEN DINIZ** (PP - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ocupo a tribuna inicialmente para pedir socorro, para pedir ajuda para o meu Estado, o Acre, que enfrenta uma grande cheia. Infelizmente, até o momento, o Governo Federal ajudou muito pouco.

Para os senhores terem uma ideia, somente em Rio Branco, 48 mil pessoas foram atingidas pelas enchentes. E as enchentes também atingiram Sena Madureira, Assis Brasil, Brasileia, ou seja, vários Municípios. Atualmente, em Rio Branco, 3.551 pessoas estão em abrigos. E toda a ajuda que o Governo Federal deu, até este momento, foi apenas 1,4 milhão de reais para a Prefeitura de Rio Branco. É muito pouco! O Governo Federal precisa olhar mais para aquele Estado pobre, carente, que necessita muito de auxílio.

Mudando a pauta, senhoras e senhores, quero dizer que eu estava ouvindo há pouco o Líder do PSOL, que disse a seguinte frase: "*Demonizar empresas públicas só no Brasil*". Mas há outras coisas que também só acontecem no Brasil. Por exemplo, o Presidente da ApexBrasil, uma agência de promoção de exportações e investimentos, vai à China, que é o nosso principal comprador, e critica o setor que mais exporta no Brasil. A China é responsável por comprar 30% de tudo aquilo que nós produzimos. E aí o Presidente da ApexBrasil vai lá e critica o agronegócio, o nosso setor que mais exporta. Ao fazer isso, ele não está prejudicando os empresários, as pessoas que movimentam esse setor; está prejudicando milhares e milhares de brasileiros que dependem desse setor. Isso é um absurdo! Esse senhor tinha, no mínimo, que pedir desculpas ao povo brasileiro, já que ele não vai pedir demissão do cargo.

E, para piorar, Sr. Presidente, hoje o Ministro da Agricultura e Pecuária, o Sr. Carlos Fávaro, defendeu o Sr. Jorge Viana, dizendo que o posicionamento dele foi favorável à produção sustentável. Vejam só: produção sustentável! Ele governou o Acre por 20 anos, foi Governador por duas vezes, foi Senador e, quando saiu do poder, os servidores públicos ficaram sem receber salário, o 13º salário. Depois desses 20 anos, no Estado do Acre, mais da metade da população recebe Bolsa Família.

Esse é o desenvolvimento sustentável defendido por esse senhor que atualmente é o Presidente da ApexBrasil? Isso é um absurdo, senhores! Esse cidadão não tem condições de representar o nosso País no exterior. Ele vai falar muitas outras bobagens no futuro, podem esperar. Eu o conheço. Convivi com essas pessoas. Fui da oposição por quatro anos na Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sei o que fizeram naquele Estado. A criminalidade explodiu. O Acre ganhou as manchetes nacionais, não só em razão da miséria que implantaram no Estado, mas também em razão da criminalidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Gerlen Diniz.

A próxima inscrição é a do Deputado Defensor Stélio Dener, do Republicanos do Acre.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER** (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de dizer a todas as Deputadas e a todos os Deputados, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, em especial a todos os roraimenses, os quais eu saúdo agora, que, embora todas as nossas atribuições e responsabilidades como Parlamentares brasileiros sejam importantes, embora todos os eventos políticos que aconteceram durante a semana sejam importantes, eu considero a XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ocorrida esta semana, o evento mais vultoso, importante, quantioso e considerável do momento político brasileiro que nós enfrentamos, neste novo Governo, nesta nova legislatura.

São mais de 5.500 Municípios no Brasil ansiando por políticas públicas de qualidade para as pessoas que vivem nos Municípios, sobretudo nos menores Municípios, que esperam de nós, homens e mulheres com responsabilidade nesta Casa, um trabalho exemplar, para que possamos levar políticas públicas, serviços de qualidade para essas pessoas que precisam de nós servidores públicos eleitos para a garantia do mínimo necessário para melhorar a sua vida.

Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os Prefeitos e todas as Prefeitas, todos os Vereadores e todas as Vereadoras dos Municípios de Roraima pelo momento vivenciado esta semana aqui em Brasília na busca de soluções para que as políticas públicas enfrentadas por eles nos Municípios sejam enxergadas, de fato, por este Plenário, por esta Casa e por este Congresso Nacional.

Presidente, peço a V.Exa. que esta fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Defensor Stélio Dener. A solicitação de V.Exa. para a divulgação do seu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa está acatada pela Mesa.

A próxima inscrição é a do Deputado Gustavo Gayer, do PL de Goiás.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. GUSTAVO GAYER** (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Queridos amigos Parlamentares desta Casa, hoje é um dia um tanto quanto curioso. É palpável, qualquer pessoa consegue perceber que existe no ar um desespero na voz, no timbre, no comportamento dos nossos colegas da Esquerda. O que nós estamos vendo é que o retorno do Presidente Bolsonaro fez tremer as pernas desse pessoal, que achou que iria conseguir destruir o nosso País sem que houvesse um obstáculo, sem que houvesse uma oposição.

Inclusive eu me sinto até na obrigação — veja a situação a que nós chegamos — de vir aqui conversar com meus colegas da Esquerda em defesa do Lula. Ouve-se, nos bastidores desta Casa, que estão todos pedindo que o Lula cale a boca, que o Lula pare de falar. Queridos colegas, não peçam isso ao seu Presidente. Deixem que ele fale bastante. É preciso que ele fale muito, porque isso facilita o nosso trabalho. Então, eu peço que os senhores respeitem o Presidente e o deixem continuar falando as besteiras dele. Como o próprio Bolsonaro disse, do jeito como as coisas estão indo, este Governo nem precisa de oposição.

Mas uma coisa chamou a atenção. Hoje, o verdadeiro Presidente dos corações da maioria do povo brasileiro voltou ao território nacional, e, curiosamente, de novo, milhares de pessoas foram às ruas recebê-lo. Enquanto isso, o Presidente de V.Exas., aquele ligado ao PCC e facções criminosas, não pode andar nas ruas do país onde ele foi eleito. O Presidente Bolsonaro chegou ao aeroporto e foi recebido por milhares de pessoas. E, para este Governo não passar tanta vergonha, ele teve que ordenar à Polícia Federal que proibisse o Presidente de falar com o povo, meus amigos. Olhem que curioso! O Presidente foi proibido pela facção criminosa que está na Presidência de ser recebido pelo povo que estava lá para recebê-lo, para vê-lo, para mais uma vez apoiá-lo.

E, ao chegar ao hotel onde fica a sede do PL, mais uma multidão estava lá aguardando para recebê-lo, mais uma vez, de verde e amarelo. Nem mesmo o ladrão de nove dedos, quando chegou aqui, foi recebido por esse número de pessoas. É um tanto quanto estranho, não é, meus amigos Parlamentares? Algo errado não está certo nessa equação.

Já caminhando para a conclusão desta fala, quero dizer que uma coisa muito grave aconteceu. Durante o período em que Bolsonaro foi Presidente, ele nunca negou proteção a nenhum dos seus adversários, principalmente ao próprio Lula. Assim que eles ficaram sabendo que Bolsonaro voltaria para o Brasil, Lula ordenou que fosse retirado o carro blindado do Presidente.

Espera lá! Nós estamos falando de um Governo que já tem ligação comprovada com o PCC, que já estava arquitetando para matar um Senador da República, inclusive o próprio Lula riu disso, e ele pede para retirar o carro blindado? Isso, sim, faz levantar muitas suspeitas. Tudo leva a crer que o PT e suas abrangentes outras organizações criminosas, como o PCC, já estão arquitetando um próximo assassinato. Só que, desta vez, o Brasil não vai deixar. Nós não vamos permitir isso. O Presidente será protegido. E não adianta tirar o carro blindado do nosso Presidente, porque ele vai voltar a sentar na cadeira presidencial, e Lula vai voltar para a prisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Gayer.

Nós temos duas inscrições aqui: a da Deputada Chris Tonietto e, em seguida, a do Deputado Rogério Correia. Quero pedir vênua ao Deputado Rogério Correia e a todos os outros para uma antecipação de inscrição, a única que faremos hoje, a fim de chamar a Deputada Chris Tonietto.

A Deputada Chris Tonietto está no 8º mês de gravidez da Maria Clara. Que seja bem-vinda a Maria Clara! Não acredito que S.Exa., depois da semana que vem, voltará para cá, porque, com certeza, vai estar se preparando para receber a sua filha. Então, vamos dar preferência a S.Exa., para que ela possa se manifestar da tribuna.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada Chris Tonietto.

**A SRA. CHRIS TONIETTO** (PL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, nobre Presidente. Agradeço também a benevolência aos nobres pares.

Bem, povo brasileiro, estamos nos aproximando de 100 dias de desgoverno. Mas, antes de falar disso, o que eu queria trazer à baila aqui é que infelizmente — ou felizmente, não sei — muitos acordaram hoje com dor de cotovelo pela simples presença do Bolsonaro no Brasil. O que realmente causa tanto espanto, tanta preocupação do outro lado com a presença do Bolsonaro no Brasil? Ah, já sei! É a falta de popularidade do Lula, o atual Presidente da República.

Falando dos 100 dias de desgoverno, eu acho que a referência deveria ser à palavra "sem", escrita com "s". Por quê? São 100 dias, no caso, sem picanha, sem a famosa cervejinha de que muitos falam, sem responsabilidade, sem moral, sem escrúpulo, num Governo que vem, a todo vapor, apenas para demolir, desmontar princípios e valores que são tão nobres e tão caros à população brasileira.

Nós estávamos caminhando justamente com uma forma de enrijecimento e de recrudescimento do combate à corrupção. E o que infelizmente nós vemos agora? Nós vemos as porteiças abertas para a corrupção, para a "bandidolatria", para tudo aquilo que o povo brasileiro mais repudia. E o pior: nós temos também visto ataques às instituições democráticas e, detalhe, ataques a membros do Poder Legislativo.

Ontem nós ingressamos com mais um pedido de *impeachment* contra o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Por quê? Porque existe um atentado ao livre exercício dos Poderes. A partir do momento em que o Presidente profere palavras com intento revanchista contra um membro do Legislativo, seja quem for, o Legislativo inteiro é diretamente atacado.

O ex-Ministro e atual Senador da República Sergio Moro foi ameaçado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso, de fato, não pode ficar impune, precisa ser apurado, sim. É crime de responsabilidade. Foi exatamente por este motivo, por ferir a lei que trata do crime de responsabilidade e também a nossa Constituição Federal, que nós ingressamos com esse pedido, juntamente com diversos outros Parlamentares, com o objetivo de que seja isso apurado. Certamente, os crimes não podem ficar, em hipótese alguma, impunes, ainda mais nesta condição: cometido por alguém que ocupa o mais alto cargo da nossa República, alguém que está, de fato, ocupando a Presidência da República, mas que, na verdade, deveria estar na cadeia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso da Sra. Chris Tonietto, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o nobre Deputado Rogério Correia, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados e Deputadas, que fiasco de público na chegada do Bolsonaro, hein? Não havia quase ninguém no aeroporto. Mas existe um mundo fictício dos bolsonaristas.

Eu vi ontem uma manchete no jornal que dizia o seguinte: *Bolsonaro volta ao Brasil nesta quinta e espera multidão em aeroporto*. Hoje a notícia seria: Bolsonaro chega ao Brasil, e cem pessoas o recebem no aeroporto. Na sede do PL, havia menos de cem gatos pingados. Havia mais policiais porque, claro, temos que ter medo desses bolsonaristas. Já quebraram tudo aqui. V.Exas. se lembram de como ficou o Plenário da Câmara, o Plenário do Senado, o Supremo Tribunal Federal. Então, a polícia estava lá, evidentemente, para não permitir que terroristas novamente cometessem no aeroporto aquilo que já cometeram também na sede dos três Poderes brasileiros, quando tentaram o golpe no dia 8 de janeiro. No mais, foi um verdadeiro fiasco. Mas, como eu disse, há o mundo fictício dos bolsonaristas, como o de *Alice no País das Maravilhas*, e há o mundo real. Eu prefiro, Deputado Pedro Uczai, falar do mundo real. E os bolsonaristas deviam se ater ao mundo real. Primeiro ponto. Por que não foi ninguém lá? As pessoas, de maneira geral, não querem ir lá receber um ladrão de joias. Ora, a pessoa roubou joias, colocou-as no sítio, na fazenda de Nelson Piquet, para ir lá buscar depois, tentou levar isso foragido para os Estados Unidos e, ao chegar aqui, acha que vai haver uma apoteose com uma multidão? Então, evidentemente, isso foi a desmoralização do Presidente Jair Bolsonaro.

Depois, pessoal, a vida do povo brasileiro já começou a melhorar. As instituições estão sendo respeitadas. Já há democracia. Isso é fundamental. A política de ódio está perdendo espaço. Com isso, respira-se democracia no Brasil. Além disso, eu pergunto: iriam lá os pobres, que estão recebendo benefício do programa Bolsa Família, com 150 reais por criança? Os pobres não iriam lá. Os trabalhadores, que estão vendo aumento real do salário mínimo, iriam lá? É claro que não iriam lá receber Bolsonaro. Os agricultores familiares iriam se deslocar até lá, agora que estão atendidos com o Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE? A juventude e os estudantes que tiveram aumento do valor da bolsa na CAPES e no CNPq iriam lá? É claro que não, porque estão vendo que o Governo do Presidente Lula já começa, evidentemente, a fazer efeito.

Em 100 dias, o Governo do Presidente Lula vai entregar de novo todos os projetos que foram surrupiados por Bolsonaro durante o seu Governo, incluindo-se aí o Minha Casa, Minha Vida. Os sem-teto foram lá? É claro que não, porque voltou o programa Minha Casa, Minha Vida. As pessoas têm esperança de morar de novo.

Ora, quem iria lá, então? Os muito ricos, os banqueiros, os bilionários? Esses estão nas suas mansões, satisfeitos com os juros altos, aplaudindo o Banco Central.

Nós vamos continuar a nossa política. Hoje, o Ministro Haddad entregou o arcabouço fiscal que nós vamos discutir exatamente para conseguir também estabilidade econômica, claro, dentro da estabilidade social, que é o principal.

Então, parabéns ao Presidente Lula pelo fracasso, mais uma vez, de Bolsonaro no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Chega aqui ofício informando que falará pela Liderança do PP o Deputado Neto Carletto,.

Tem a palavra o Deputado Neto Carletto, por 5 minutos, pela Liderança do PP.

**O SR. NETO CARLETTO** (PP - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho, mais uma vez à tribuna desta Casa para tratar de um assunto muito importante.

Acompanhei de perto a XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios que ocorreu aqui na Capital Federal. E quão importante é defender esses gestores, que tantas dificuldades têm nos seus Municípios. A pauta principal que vieram reivindicar trata do INSS, cuja alíquota cobrada é de mais de 22%. Isso vem trazendo um grande prejuízo aos Municípios, não só do Estado da Bahia, mas também de todo o Brasil, principalmente os Municípios que têm arrecadação pequena e que, com isso, deixam de fazer investimentos na saúde, na educação, na infraestrutura para os seus municípios. É claro que isso prejudica diretamente a melhoria da qualidade de vida da população.

Por isso, eu queria ressaltar a importância de avançarmos logo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2022, que trata da diminuição da alíquota do INSS, para que esses Municípios possam oferecer melhor condição de vida para as pessoas que lá vivem. Então, eu queria aqui, Presidente, deixar esse destaque registrado, essa necessidade de os Municípios pequenos terem essa diminuição da alíquota do INSS.

Queria falar também sobre a importância do anúncio feito pelo Presidente Arthur Lira do adiamento da nova Lei de Licitações, para que os Prefeitos possam também se adaptar a essa nova realidade, ter um tempo hábil para se adaptar a essa nova regra e, dessa forma, promover uma melhor gestão à frente dos seus Municípios.

Gostaria também de falar de um assunto extremamente importante, como representante legítimo da população da cidade de Eunápolis, no extremo sul da Bahia. Diversos acidentes e muitas mortes vêm ocorrendo na rodovia que liga a cidade de Eunápolis ao Distrito de Colônia.

Hoje, encaminhei um ofício ao Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, pedindo que urgentemente instale a sinalização necessária — radares, quebra-molas e tudo o que for necessário — para garantir mais segurança àquela população e para que as pessoas que ali vivem não vejam todos os dias pelos jornais que seus entes familiares perderam a vida em acidentes e não possam ir ao seu lazer ou ao seu trabalho com a segurança necessária e devida.

Essa foi uma cobrança feita em sessão da Câmara Municipal, pelo Presidente daquela Casa, o meu amigo Jorge Maécio. Em nome dele e de toda a população de Eunápolis, eu queria deixar registrado aqui esse clamor para que urgentemente se possa avançar na instalação de radares e de sinalização na estrada que liga a sede do Município de Eunápolis ao Distrito de Colônia.

Eu queria aqui também, Sr. Presidente, falar sobre a importância da suspensão da normativa do Ministério da Agricultura que trata da importação do cacau africano.

A importação do cacau africano proposta pelo Governo anterior tem causado um grande prejuízo aos cacauicultores da Bahia e do Brasil. O sul da Bahia é referência na produção de cacau em todo o nosso País. Por isso, é extremamente importante que haja logo a suspensão da importação do cacau africano. Nós sabemos como os países africanos tratam a sua mão de obra. Nós sabemos também que tipo de produtos agropecuários são utilizados naquela região. É impossível que o cacauicultor brasileiro possa concorrer de forma igual e justa com esses países, em razão das leis que lá são adotadas.

Por isso, é extremamente importante que seja urgentemente sustada a instrução normativa que permitiu a importação do cacau africano para que o cacauicultor brasileiro possa ser valorizado, possa continuar a sua produção e, é claro, com isso possamos fortalecer a agricultura, que move o nosso País, que torna o Brasil referência em todo o mundo. Os agricultores, não só do sul da Bahia, como também os de todo o nosso País, devem ser respeitados. Nós sabemos que os cacauicultores daquela região garantem que o nosso País seja autossuficiente em cacau. Então, o Brasil não necessita de importação de cacau africano.

Por isso, faço esse clamor. Deixei isso registrado em audiência com o Ministro da Agricultura e peço apoio dos colegas desta Casa para que essa pauta possa avançar.

Muito obrigado a todos e um forte abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul, que disporá do tempo regimental.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado André Fernandes.

Sob a batuta da V.Exa. na Presidência desta sessão, quero fazer a defesa de um projeto de lei de minha autoria. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.530, de 2023, que aumenta as penas para furto, roubo e receptação de cabos de energia elétrica e de comunicação. O roubo de cabos e fios de telecomunicações e de energia é um problema que vem crescendo de maneira assustadora Rio Grande afora e Brasil adentro. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica estima que esse crime gere um prejuízo de 8 bilhões de reais por ano no Brasil. Então é uma coisa inusitada, absurda.

E eu quero destacar aqui que, além do prejuízo, de tudo o que esse crime significa pelo furto, roubo e receptação, nós temos a questão das consequências, não apenas as econômicas, mas também as sociais, as de segurança pública, pois pode afetar os serviços essenciais, como o fornecimento de energia elétrica, Internet, telefonia, hospitais, delegacias, transporte público, fóruns, Justiça, Prefeitura, bancos, ou seja, é uma situação extremamente inusitada.

Outra consequência associada ao furto de cabos elétricos é também o risco de incêndio: corta-se um fio, fica um fio pendurado, ligado, e há risco de incêndio, de choque. É uma situação extremamente perigosa. O furto de cabos elétricos ainda enseja perigo para o próprio ladrão, que, ao furtar, corre o risco de ser eletrocutado.

Então o objetivo da proposição é assegurar uma penalização a esse ilícito. Nós temos que aumentar essa pena. Esta é a proposta: aumentar a pena, porque hoje a pena é leve, muito leve, a ponto de ninguém ficar preso por isso — e a pessoa vai lá, sente-se autorizada a furtar novamente.

Parece que é uma coisa simples. Não é uma coisa simples. O furto de cabos de energia elétrica, além do prejuízo econômico, causa um prejuízo muito grande para a sociedade, que fica 2 ou 3 dias sem luz elétrica nas casas, nas residências, no interior, no escuro. Isso facilita, inclusive, assalto a essas famílias que ficam sem energia elétrica.

Por isso, nós queremos deixar enfatizado isso como algo extremamente relevante.

E eu concluo dizendo, Presidente, que a pena para o furto de cabos passa a ser qualificada, saindo de reclusão de 1 a 4 anos para de 3 a 8 anos. Atualmente, a pena de roubo é de reclusão de 4 a 10 anos. O projeto aumenta a pena em um terço, em caso de furto de cabos elétricos. Já a receptação passa a ser qualificada, ou seja, aumenta-se a pena de reclusão de 1 a 4 anos para de 4 a 8 anos, ou seja, uma pena mais dura, uma pena mais pesada, exatamente para inibir o furto de cabos de energia elétrica.

Por isso, nós estamos propondo e esperamos que esta Casa acolha o nosso projeto, coloque-o em discussão, coloque-o em votação, para se fazer o enfrentamento aos meliantes que estão furtando cabos de luz elétrica e que estão causando enormes prejuízos a toda a sociedade gaúcha e brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Agora, pelo tempo da Liderança do Partido Liberal, concedo a palavra ao Deputado José Medeiros, que disporá de tempo regimental de 8 minutos.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, recentemente, o atual Presidente Lula, numa entrevista a uma TV norte-americana, disse o seguinte: "*É preciso encaixar a narrativa, para que o Bolsonaro não volte*". Preste bem atenção: encaixar a narrativa. O que significa encaixar a narrativa? É você pegar a versão dos fatos e implantá-la, para que o eleitor compre isso. É mais ou menos o que ele fez durante o período eleitoral: vendeu uma versão da verdade para a população brasileira. E é assim que ele está fazendo no Governo. Como não conseguiu fazer nada ainda, ele está fazendo versões.

Veja bem, ele está dizendo que relançou o Minha Casa, Minha Vida, que esse programa tinha acabado. Isso não é verdade. Esse programa, a partir de 2010, foi totalmente dilapidado, eu diria que acabaram com o programa no momento em que não precisava ter dinheiro para começar um conjunto habitacional. Com isso, fizeram milhares de casas pelo Brasil inteiro e depois não conseguiram terminá-las. Ficou um cemitério de obras inacabadas quando Dilma entregou o Governo. E o que fizeram Temer e Bolsonaro? Começaram a terminar essas obras antes de começar obras novas. Os cemitérios continuam, porque não foi possível terminar tudo. E ele já disse que está relançando. Conversa fiada!

Ele diz que está relançando o Bolsa Família, que o programa tinha acabado, o que não é verdade. As pessoas receberam esse recurso, tanto é que houve polêmica aqui por parte deles falando que era uma ação eleitoreira quando Bolsonaro estava pagando as famílias.

Então, é importante fazermos esse contraponto aqui, para que a população brasileira não seja enganada mais uma vez.

Foi dito hoje aqui que o Lula fez a PEC do Bolsa Família. Na verdade, foi um golpe. Aquela PEC foi um golpe, porque o STF já tinha definido que o dinheiro para o Bolsa Família não ultrapassava o teto, que estava fora do teto. Portanto, não precisava mais daquela PEC. O que ele ganhou foi um cheque em branco para a ganância. Com isso, aumenta a desconfiança na economia brasileira, na saúde da economia brasileira, e os juros sobem.

E o que o Lula faz? Outra narrativa. Ele culpa o Banco Central. Mas, na época dele, os juros eram maiores do que esses que estão aí. O saudoso Vice-Presidente dele constantemente pedia a baixa dos juros. Então, por que, na época dele, os juros não chegaram a zero? Por que os juros foram às alturas? Havia juros de mais de 20% na época do Governo do Lula. Pois bem, é uma narrativa.

O que ele tem feito de concreto? Está acabando com a Lei das Estatais, com o teto de gastos, com tudo que dava segurança para o Brasil, com tudo que trazia confiança para este País. Com essa desconfiança, gera-se desemprego, gera-se desequilíbrio na economia, mas ele diz que está tudo bem e que está recuperando o Brasil. Essa é uma narrativa.

Sobre os indígenas, ele criou uma cortina de fumaça. Ele se mostra como se fosse pai dos indígenas, como se quisesse o bem dos indígenas. Nessa visita aos ianomânis, Deputada Silvia, chegou dizendo que ia fazer financiamento para os indígenas. Para que financiamento, se não deixam os indígenas plantarem? O IBAMA está abarrotado de pedidos de licença dos indígenas que querem plantar em suas terras. Então, se eles não podem plantar, vai dar financiamento para quê?

Ainda sobre a questão dos ianomânis, há outra narrativa. Ali existe uma cultura própria. Quem conhece aquela história sabe que primeiro comem os guerreiros, chamados homens; depois, as mulheres; e, se sobrar, as crianças. Aquele território dos ianomânis dentro do Brasil é do tamanho de Portugal. Dentro da Venezuela, é do tamanho da Suíça, e eles transitam ali. Em algumas comunidades — e eles são nômades —, às vezes, eles entram na mata, e o Estado não tem como chegar até eles. Quando eles voltam, às vezes, estão desnutridos, sim. Agora, isso não significa que, no Governo Bolsonaro, não

tenham ido toneladas e toneladas de alimentos para suprir os ianomâmis. Em outros Governos, já houve CPI para ver o que acontecia ali, e tudo isso foi descoberto. Mas o que eles fazem? Dizem que o Bolsonaro é genocida e que estava matando os indígenas. É tudo narrativa, é tudo mentira.

Sobre o feminicídio, todos os dias, dizem que o Governo Bolsonaro era genocida, que matava mulheres. Os números do Governo Bolsonaro, em relação ao feminicídio, foram todos menores do que os números dos Governos do PT.

Hoje, nós vimos aqui uns discursos falando sobre ditadura. Ora, o PT nunca quis democracia. O PT, não, essa gente que lutou na época de 1964 e que fala sobre isso hoje nunca quis democracia, quis a ditadura. O próprio Eduardo Jorge falava numa entrevista que eles queriam a ditadura do proletariado. Então, eles não têm moral para falar sobre democracia.

Outra narrativa é que o Brasil está conflagrado e que nós estamos fazendo uma violência política.

Gente, quem começou com esse discurso de divisão de classes, de divisão de etnias e de divisão de gênero foi o Lula e o PT: "*nós contra eles*". E falam um com ódio no coração!

Há poucos dias, o Ministro da Economia — que deveria ter sofrido um *impeachment* por isso — disse: "*Eu não compro de quem é bolsonarista*", o Ministro da Economia! Se você, Ministro da Economia, está mandando as pessoas não comprarem de quem é adversário político, você está fazendo o quê? Gerando desemprego. Ora, boa parte do PIB deste País votou em Bolsonaro. Vão quebrar todas essas empresas e mandar essas pessoas embora? Esse é o PT.

Mas não importa a lógica, porque ele não tem compromisso com a lógica, tem compromisso com a narrativa. É isso que nós vimos hoje aqui. O que eu sinto é o seguinte: não há compromisso nenhum.

Hoje, foi um ali, subiu e disse: "*Olha, nós precisamos das evidências*". Então vamos às evidências. Eles falaram de joias aqui e chegaram a babar hoje. O Lula saiu da Presidência com 11 contêineres de presentes. Inclusive, esses dias, ele fez uma piada e foi jocoso mostrando um Piaget de mais de 100 mil reais no braço, que não passou pela Receita, assim como a espada de ouro cravejada de rubi.

E você vê a fiscalização e a investigação sobre ele? Não, não vê. E eles estão preocupados com isso? Não, eles acusam o outro lado.

Presentear sempre foi uma prática comum. Não, Bolsonaro é ladrão porque estava com um relógio que está cadastrado no acervo privado. Então vocês estão chamando o Lula de ladrão. Bom, mas não são só vocês, não é?

Eu encerro aqui dizendo o seguinte: o saguão do aeroporto estava cheio, e foi por isso que não deixaram o Bolsonaro passar pelo saguão.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Seguindo aqui a lista oficial do registro no Infoleg, tem a palavra o Deputado Pastor Henrique Vieira, do PSOL do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Tem a palavra o Deputado Luiz Nishimori, do PSD. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Lindenmeyer, do PT do Rio Grande do Sul, que disporá do tempo regimental.

**O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER** (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aproveitar esta oportunidade para me dirigir a todas as pessoas que nos assistem através da *TV Câmara* e fazer referência aos momentos que vivemos nesta Casa, onde, por vezes, o discurso de ódio e as *fake news* são reproduzidos na tribuna desta Casa.

Eu quero dizer que nós estamos vivendo nesses 3 meses de Governo Lula um processo de reconstrução de um conjunto de políticas públicas que foram destruídas nos últimos anos. Quando se faz referência ao Minha Casa, Minha Vida, quando se faz referência à construção de escolas e de unidades básicas de saúde, que ao longo desses últimos anos ficaram paralisadas, eu posso me dirigir a todos os Prefeitos deste País onde as obras pararam porque deixaram de ser prioridade.

Os recursos do FNDE passaram a ter critérios não transparentes em relação a investimentos nos Municípios brasileiros para que essas obras pudessem chegar ao fim, seja em unidades básicas de saúde, seja, principalmente, na área da educação, quando me reporto ao FNDE. E não foi diferente em outras áreas.

O discurso do ódio, o discurso do não diálogo, "não" à democracia é que culmina com ações como a que vivenciamos no dia 8 de janeiro aqui na cidade de Brasília. Ficam incentivando as pessoas a destruírem os pilares da democracia e,

depois, ficam falando: "*Ah, estão presos na papuda*". Incentivaram, incitaram as pessoas, e agora ficam num sentimento de remorso, disso e daquilo, fazendo referência, preocupados com as pessoas.

Agora, quero aqui dizer que nesses meses de reconstrução nós temos que superar um grande desafio, que é a questão de o Banco Central manter a taxa de juros a 13,75%.

Sr. Presidente, não se trata de uma fala de atentado à autonomia do Banco Central. Quero dizer que não há justificativa para que o Brasil seja o único País no mundo que tem um Banco Central que entende que pode ter a maior taxa de juros do mundo e que é o único Banco Central que está certo. Na contramão, o que ele faz? Está engessando a economia brasileira, gerando um aumento no valor do crédito para que as pessoas e as empresas não possam investir na aquisição de equipamentos, em planejamento, em novas contratações.

Nós temos que reverter esse cenário. Quem está lá hoje está fazendo o discurso político, está fazendo a pauta da política, porque se esqueceu da autonomia e tomou partido, vestiu camisa da Seleção Brasileira, fazia parte do grupo de Ministros de WhatsApp do então Governo Federal.

Diante disso, que nós superemos essa questão da taxa de juros e que o Brasil volte a investir na produção, no seu povo, na sua gente, gerando trabalho e renda.

Peço que a minha manifestação fique registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Com certeza, ficará registrado.

Chamo o próximo orador, que já se encontra na tribuna, o Deputado Messias Donato, do Republicanos do Espírito Santo.

E passo novamente a Presidência desta sessão ao nobre Deputado Pompeo de Mattos.

Muito obrigado.

**O SR. MESSIAS DONATO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito boa tarde. Subo a esta tribuna para, com muita tristeza, falar de um tema caro para nós que somos pais, que temos filhos, e para aqueles que têm os seus filhos matriculados e que estudam no IFES, o Instituto Federal do Estado do Espírito Santo. O Diretor-Geral do IFES, no último dia 23 de março, publicou a Portaria nº 665, que dispõe sobre a utilização de banheiros, dormitórios, vestiários e demais espaços segregados por gênero, conforme a identidade de gênero individual. No art. 1º, ele disse: "*deve-se garantir o uso de espaços segregados por gêneros, tais como banheiros, vestiários e dormitórios, de acordo com a identidade de gênero autoatribuída por cada pessoa*".

Sr. Presidente, o que nos causa estranheza é que, apesar das lutas que as mulheres, as pessoas do sexo feminino, têm para utilizar com privacidade o banheiro, agora não será possível mais nos Institutos Federais do Estado do Espírito Santo. O Reitor do Instituto Federal do Espírito Santo vem, por meio desta portaria... Praticamente podemos chamá-la de portaria "libera geral". Isso é uma vergonha, é um desrespeito com a família que mora no interior e cujos filhos estudam no Instituto Federal do Estado do Espírito Santo e não têm mais tranquilidade, Sr. Presidente, porque, de acordo com essa portaria, ao ser normatizado esse abuso, qualquer um, a partir de agora, pode sentir-se Julia Roberts e dizer que quer utilizar o banheiro feminino e aí abusar de nossas adolescentes, de nossas crianças. Essa portaria pode ser não só uma janela, mas pode ser, quem sabe, um portão inteiro aberto para os pedófilos, para os maníacos e até mesmo assassinos entrarem nos banheiros das meninas e os utilizarem.

Eu peço, Sr. Presidente, que respeitem as nossas crianças, que respeitem as nossas adolescentes. E deixo o meu repúdio a essa Portaria nº 665, de março de 2023, que praticamente libera geral no Estado do Espírito Santo.

*(Durante o discurso do Sr. Messias Donato, o Sr. André Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Messias Donato. Também agradeço ao Deputado André Fernandes, que nos substituiu aqui com competência e muita capacidade.

A próxima inscrição é a do Deputado Fabio Garcia, do União de Mato Grosso. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Prof. Reginaldo Veras. *(Pausa.)*

Também não está no plenário.

Tem a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia. *(Pausa.)*

Também não está no plenário.

Tem a palavra o Deputado Pedro Campos, do PSB. *(Pausa.)*

Também não está no plenário.

Tem a palavra a Deputada Jack Rocha. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Tem a palavra o Deputado Márcio Jerry, do PCdoB do Maranhão.

**O SR. MÁRCIO JERRY** (Bloco/PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, meu querido povo do Maranhão, o Brasil, sabemos todos, é um País muito acolhedor, muito fraterno, um País muito afetuosos.

E é nessa condição de brasileiro que eu vou dar aqui boas-vindas ao ex-Presidente Bolsonaro, que hoje regressa ao Brasil, país que ele abandonou irresponsavelmente antes de cumprir o mandato para o qual o povo o elegeu, desrespeitando flagrantemente a instituição chamada Presidência da República e desrespeitando até aqueles que em 2018 nele votaram.

Mas é muito bom que ele volte, porque aqui, em solo brasileiro, ele poderá, frente à Justiça brasileira, dizer por que foi tão irresponsável, tão negligente. Poderá dizer por que tantas omissões, mas também tantas ações, que resultaram numa tragédia, na pandemia da COVID-19, do novo coronavírus.

Terá também que se explicar sobre outras tantas coisas. Terá que agora falar sobre esse combo de roubos de joias. O primeiro combo de joias, avaliado em 16,5 milhões de reais, foi tirado indevidamente do Estado brasileiro. Depois, mais um lote. Esse ele teve que devolver ao Estado brasileiro já. E agora, quando pensávamos que não havia mais nada, aparece o terceiro lote. É o combo do roubo de joias cometido por um ex-Presidente da República. E sobre isso ele terá que se explicar.

Mas é muito bom também que ele volte, para ver que o Brasil respira outro momento, que nós temos um Presidente da República dedicado à tarefa de democraticamente governar o Brasil, de voltar a fazer com que o Estado brasileiro e as políticas públicas alcancem aqueles que mais precisam da ação e da mão fraternal do Estado brasileiro. Vai poder enxergar um roteiro virtuoso de governança em nosso País, que preserva a democracia e a fortalece, que respeita o povo, que assegura direitos, que estabelece novos padrões de relações federativas em nosso País, reunindo Governadores, dialogando com Prefeitos, com a sociedade civil, com o povo brasileiro. É este País em mudança que o Bolsonaro reencontra hoje, depois de ter covardemente abandonado o nosso País. E sobretudo aqui ele verá um sistema de Justiça extremamente consistente, para apurar quaisquer ilícitos cometidos por quem quer que seja, inclusive esses roubos praticados pelo ex-Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Márcio Jerry.

A próxima inscrição é a do Deputado Marcos Pollon. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Paulão. *(Pausa.)*

Também está ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Também ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão. *(Pausa.)*

Está ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

Está ausente do plenário.

Com a palavra a Deputada Ana Paula Lima. *(Pausa.)*

Está ausente do plenário.

Com a palavra a Deputada Sâmia Bomfim. *(Pausa.)*

Está ausente do plenário.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, e 1 minuto ao Deputado Gabriel Nunes para sua manifestação e para apresentar visitas que recebe na Casa.

**O SR. GABRIEL NUNES** (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo.

Nós, da Bahia, recebemos centenas de Prefeitos e Prefeitas aqui em Brasília para a 24ª Marcha dos Prefeitos em Defesa do Municipalismo. E aqui hoje nesta Casa temos a honra de receber três grandes Prefeitos da nossa Bahia, inclusive a nossa grande Prefeita Jailma, do PT, que é Presidente do Consórcio de Infraestrutura; o nosso Prefeito Cassinho, que é Presidente do Consórcio de Saúde; e o grande Prefeito Luiz Alberto. São Prefeitos sérios, comprometidos, que vêm ajudando muito

nos seus Municípios, em especial na região nordeste da nossa Bahia, do nosso Semiárido, do nosso querido sertão. Então, é uma honra muito grande receber esses grandes Prefeitos na Casa do Povo.

Certamente esta Casa vai debater em breve neste plenário um projeto de lei para aliviar os Municípios do INSS, depois do novo eSocial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Obrigado, Deputado Gabriel Nunes.

Sejam todos bem-vindos, nossos Prefeitos, Prefeitas e lideranças!

Eu também fui Prefeito e sei da importância de os gestores municipais desempenharem sua missão e virem ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, ao seu Deputado, para buscar o apoio e o suporte para fazer uma boa gestão. Estão bem acompanhados com o nosso querido Deputado Gabriel.

Já na tribuna, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente Pompeo.

Caros colegas, eu subo novamente a esta tribuna para falar o quanto eu fico estarelecida de ver as nossas instituições sempre serem usadas não para o bem comum, não em benefício da população brasileira, mas sim para fazer politicagem, para ser o cabideiro de emprego e para ser a fonte do "toma lá, dá cá". Isso é revoltante!

E é revoltante porque as instituições deveriam zelar pelo bem comum, deveriam pensar no bem da população. Quando vemos exemplos em que a politicagem dá lugar ao que deveria ser técnico, ao que deveria ser conhecimento, para usar bem aquela instituição, isso causa uma revolta enorme em qualquer cidadão.

Vamos lembrar que as instituições são custeadas. E os impostos de todos os cidadãos brasileiros devem retornar em serviços de saúde, segurança e educação, que hoje eles não têm. Hoje não temos bom ensino, hoje não temos segurança pública, hoje não temos educação de qualidade, hoje não temos saúde.

E quando você vê o caso, por exemplo, das esposas dos Ministros do TCU? E não são só as esposas. São as esposas, os irmãos, os tios. É a parentada, esse nepotismo, essa coisa absurda, essa velha prática! São pessoas que vão receber, até o fim da vida, 35 mil reais, custeadas pelo pagador de impostos. É revoltante!

E números são estarelecadores: três em cada dez, nos Tribunais de Contas, são parentes de político; oito em cada dez são indicados; e o pior, três em cada dez são condenados pela Justiça. Como é que eles podem desempenhar bem o trabalho deles, se há conflito de interesse?

O Tribunal de Contas foi feito para fiscalizar, para fiscalizar dinheiro público, para fiscalizar os serviços do cidadão, para fiscalizar contratações! Como é que esse órgão pode ser isento, se tem tanto conflito de interesse, se tem que proteger o fulaninho A, o fulaninho B ou quem indicou, o padrinho?

Por isso, nós temos uma PEC do nepotismo e queremos deixar aberta para todos colegas que quiserem assiná-la, porque não dá para ter eficiência enquanto houver conflito de interesse. Não dá para ter eficiência enquanto continuar esse "toma lá, dá cá".

Peço 30 segundos para finalizar, Presidente.

Quando falamos de defesa de democracia, temos que falar para acabar com extremismo político — eu concordo inteiramente. Mas também é defender a democracia usarmos devidamente instituições democráticas. Instituições públicas não podem ser usadas como cabideiro, como instrumento de "toma lá, dá cá", porque isso também é uma afronta à democracia.

Nós precisamos defender a democracia.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Adriana Ventura.

A próxima inscrição é da Deputada Sílvia Waiãpi e, em seguida, vamos chamar o Deputado Lindbergh Farias. Depois, segue a lista com o Deputado Julio Lopes, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Chico Alencar.

**A SRA. SILVIA WAIÃPI** (PL - AP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero fazer apenas um breve comunicado. No dia 5 de abril, realizaremos aqui na Câmara a sessão solene em homenagem aos povos indígenas brasileiros.

Então, convidamos toda a sociedade brasileira, os nossos nobres colegas, para que possamos homenagear povos tão tradicionais, originários e detentores da identidade deste País.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, nossa colega Deputada Silvia Waiãpi, pelas palavras.

A próxima inscrição é do Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)*

Não está presente.

Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, eminente Líder do PSOL, pelo tempo regimental.

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo, Deputadas e Deputados, o ex-Presidente acaba de retornar ao Brasil, depois de longas férias de 90 dias em Orlando, na Flórida, e já reivindica um carro blindado. Não é do decreto presidencial, mas é de bom tom, e isso não é um problema. O que ele não pode é querer ficar blindado contra certas questões que reverberam, há mais de 90 dias, fora as muitas outras que a Justiça e a polícia demandarão de Sua Senhoria.

Por exemplo: quais as razões para um autoproclamado patriota abandonar o País antes de cumprir, na íntegra, o seu mandato de Presidente da República e ficar 90 dias seguidos fora do Brasil?

A escolha da Flórida, nos Estados Unidos, terra do Mickey e do Pateta na nossa infância, Deputado Lindbergh, obedeceu a alguma escolha política ou afetiva?

Sua estadia nos Estados Unidos, por tanto tempo, bem dispendiosa, como se depreende, foi mantida por recursos próprios ou doações de amigos?

No seu autoexílio, que alguns enxergam como fuga, teve ciência da tragédia dos ianomâmis — que não aconteceu agora, do nada —, nossos conterrâneos, aqueles que, nas palavras do ex-Presidente, não mereciam 1 centímetro de terra demarcada?

Por que silenciou a respeito dos atos criminosos golpistas de 8 de janeiro?

Por que tentou se apropriar dessas joias e armas, recebidas quando Presidente? E o que já devolveu ao patrimônio público, a quem elas pertencem?

Esse tempo de distanciamento já o fez aceitar, afinal, a derrota eleitoral, respeitando, enfim, o resultado das urnas? Noventa dias é muito tempo. Eles fizeram-no refletir sobre o seu quadriênio e a propina no MEC, por exemplo, ou sobre a pandemia, que já ceifou, agora, mais de 700 mil vidas?

Enfim, há muitas questões que um retiro, um silêncio, um alinhamento da realidade podem evocar.

É nesse sentido que nós queremos, como compromisso de quem está na atividade política direta — exercendo um mandato no Executivo ou no Legislativo ou uma função no Judiciário, que é um Poder que precisa ser muito mais transparente do que é —, ou de quem é nome público, fazer sempre o questionamento e verificar por onde andamos na construção de uma República que queremos no Brasil, democrática, participativa, com justiça social e esforço coletivo de todos os Poderes na superação das profundas mazelas do nosso País.

Sua Senhoria tem direito de querer carro blindado, mas não de se blindar de uma série de questões pelas quais tem que responder.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

O próximo inscrito é o Deputado Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro.

Tem a palavra V.Exa., na tribuna, pelo tempo regimental.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Eu nunca vi tanto Deputado bolsonarista deprimido.

Fracasso! Fracasso! Esse é o termo para definir a chegada do ex-Presidente fujão, Jair Bolsonaro, ao Brasil.

Disseram que seria uma recepção triunfal. Foi um fracasso. Gados pingados! Gados pingados! E o Deputado Eduardo Bolsonaro ainda teve a coragem de fazer uma *fake news*: colocou uma foto antiga do Jair Bolsonaro. Sabem por que isso aconteceu? Sabem por que houve esse fracasso? É porque Bolsonaro não voltou ao País porque ele quis. Ele é que fugiu, quando ainda era Presidente da República, em dezembro, para os Estados Unidos, porque tinha medo de ser preso.

Sabe por que ele voltou, Deputada Sâmia Bomfim? Ele voltou porque foi intimado pela Polícia Federal. Ele vai depor na próxima quarta-feira, dia 5 de abril, sobre o roubo das joias. Ele vai depor sobre o primeiro malote e sobre o segundo malote de joias, só que agora surgiu um terceiro malote.

O Tribunal de Contas da União determinou que Bolsonaro devolvesse as joias. E ele, contrariado, foi obrigado a devolver os dois malotes.

Mas ele continuou, Deputada Erika Kokay, escondendo outro malote: um relógio Rolex com diamantes encrustados, três anéis, abotoaduras... É um escândalo!

Eu fico vendo esses Deputados que estão aqui. Como eles estão com cara de desânimo! Estão desanimados, desanimados, porque o que eles queriam era uma chegada triunfal daquele que diz que vai ser um líder de oposição.

Vocês têm que assumir o fato. Ele só voltou ao País... Eu até entendo a frustração de vocês. Ele abandonou a tropa dele no meio da luta. Ele foi embora porque sabe que vai haver muita coisa não só sobre os atos antidemocráticos, mas sobre a corrupção. O destino do Bolsonaro vai ser a prisão.

E eu proponho a vocês, já que hoje foi um fracasso, acompanhar com o Brasil o depoimento dele na Polícia Federal. Esse depoimento eu quero ver. Quero o ver chegar à Polícia Federal, sentar e se explicar. Um roubo de 18 milhões... O primeiro malote de joias vocês lembram...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) - Peço-lhe só 30 segundos, Sr. Presidente.

O primeiro malote de joias vocês lembram: 16 milhões e meio!

Deputada Fernanda Melchionna, V.Exa. acredita que isso é presente? Eu, sinceramente... Houve trocas ali. Houve a privatização da Refinaria Landulpho Alves. Há muita coisa a ser investigada.

Mas eu resumo dizendo isto: foi um fracasso a chegada de Bolsonaro, hoje, ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Lindbergh Farias.

A próxima inscrição é a da Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

Tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O fiasco da recepção, a volta do Presidente ladrão de joias, ele provocou muitas lágrimas, um rio de lágrimas nos bolsonaristas.

Mas eu venho, aqui, falar das águas que precisam ser preservadas. Venho aqui para ler a carta do Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, na ocasião do *Seminário Internacional Grito das Águas do Distrito Federal*.

Diz o manifesto:

*Águas são histórias em movimento. Nascem sob o signo da generosidade. Abraçam-se, acolhem-se. A história da Terra e história humana são feitas de água. Nós somos feitos de água. Somos pequeninas bacias hidrográficas que se encontram e se completam. No Distrito Federal as águas não podem mais contar histórias nem murmurar em paz. Estão sendo caladas, sufocadas, violentadas com asfalto, concreto, esgoto e veneno. Elas gritam.*

*O Seminário Internacional Grito das Águas do DF, organizado pelo Fórum de Defesa das Águas do DF e pela Universidade de Brasília, e realizado nos dias 21 e 22 de março de 2023, contou e denunciou o que está acontecendo com nossas águas. (...) Quatro lugares e o mesmo grito: basta de destruição! Basta de projetos imobiliários e expansão urbana para o ganho de grupos econômicos e ao custo da vida das gerações de hoje e futuras. Basta de parcelamentos irresponsáveis e criminosos (...), que destroem o cinturão verde do DF e criam bolsões de miséria nos quais milhares de pessoas vivem sem acesso à água e ao saneamento (...). Basta de usar a água como objeto. Basta de alimento envenenado. Basta de uma civilização incivilizada e destrutiva.*

*(...) o Distrito Federal abriga sete bacias hidrográficas (...) no contexto do bioma Cerrado, berço das águas e caixa d'água do Brasil. Aqui brotam nascentes que contribuem de forma decisiva para a formação das principais bacias hidrográficas do país. Bacias essas que, ao longo do território nacional, propiciam o abastecimento hídrico, atividades (...), impactando a economia nacional e a vida de dezenas de milhões de brasileiros.*

*A diminuição da disponibilidade hídrica e o rebaixamento do lençol freático são dados concretos irrefutáveis. O Distrito Federal já tem, inclusive, um rio quase morto, o Melchior. As águas do DF não podem ser reféns de interesses regionais. (...). Aqui temos nascentes que conectam as maiores bacias hidrográficas da América do Sul, entre elas as bacias Amazônica e do Prata.*

*Sendo assim o Grito das Águas do DF, entre outras resoluções, decide pela criação de um grupo intersetorial de trabalho para articular estratégias, parcerias, (...), inclusive no âmbito internacional, e o encaminhamento de ações que promovam a efetiva proteção de nossas águas. O Grito das Águas quer ser*

*voz ativa nas formulações de políticas públicas, principalmente no processo de revisão do PDOT-Plano Diretor de Ordenamento Territorial.*

*O Grito das Águas do DF dialoga com os movimentos nacionais para criação de uma secretaria nacional das águas e dos conselhos em defesa das águas; (...) iniciativas que colocam a regulação do clima e a água no coração das questões humanas contemporâneas.*

*O Grito das Águas do DF tem o compromisso com a defesa do Cerrado. Sem Cerrado não existe água nem vida. (...) O Grito das Águas tem o compromisso com a valorização da Educação Ambiental. Tem compromisso com a ação e a continuidade. (...)*

*(...)*

*Grito das Águas é articulação e costura via águas e suas bacias. Fluidez e união de águas e pessoas em aquíferos, nascentes, rios, lagoas e mares que permanecem emendados — e, digo eu, abraçados.*

*Vivemos através das águas. As águas gritam através de todos nós.*

É o que diz o Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal e a Universidade de Brasília.

Quero apenas lembrar: chega de especulação imobiliária! Nós precisamos das matas, nós precisamos da água, nós precisamos de vida. Chega de tentar destruir minas para construir prédios de luxo aqui no Distrito Federal!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

A próxima inscrição é do Deputado José Medeiros. S.Exa. havia falado antes, mas foi pela Liderança. Agora falará pela inscrição normal.

Tem a palavra o Deputado José Medeiros, do PL de Mato Grosso.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é melhor ouvir do que ser surdo.

Nós passamos a manhã inteira de hoje ouvindo narrativas aqui, e, como eu digo, o PT é mestre em criar narrativas dos fatos.

Agora, o que eu estou achando interessante é que a quantidade de pessoas que foi ao aeroporto receber o Presidente Jair Bolsonaro está incomodando, porque vários que subiram àquela tribuna fazem questão de negar que muitos foram lá recebê-lo.

Eu acabo de ler na imprensa que várias pessoas acabaram perdendo os voos, porque tiveram dificuldade de pegá-los devido à quantidade de pessoas que havia no aeroporto. Enfim, o fato é que as fotos, os vídeos não negam. Mas eles querem negar o óbvio, assim como negavam que havia pessoas nas manifestações de Sete de Setembro e em tantas outras, como na Paulista e aqui em Brasília.

Esse é o PT, que, por exemplo, nega ou pelo menos omite os presentes que o Lula ganhou. Eu não gostaria nem de falar disso aqui, porque todos os Presidentes ganharam presentes em visitas a outros países. O Lula, por exemplo, ganhou uma espada de ouro cravejada de rubis — um presente valioso —, ganhou copos de prata e há uma relação imensa.

O certo é que, quando ele saiu da Presidência da República, foram 11 contêineres, que ele chamou de tralhas. É bacana relativizar itens de ouro, prata, rubi de tralhas, porque, só assim, ninguém vai querer se incomodar com as tralhas, saber o que tinha lá. Pois bem, só para armazenar essas tralhas, esse troço, a OAS pagava mais de 1 milhão por mês. Pois bem, agora eles sobem ali e, em um ato de indelicadeza sem tamanho — e eu gostaria até que a Mesa depois pedisse que fosse retirada a expressão das notas taquigráficas — chama o Presidente de "ladrão" por causa dessas joias.

Vejam só: quando se ganham esses presentes, eles vão para o acervo privado ou para o acervo público. Essas joias que o Lula recebeu e está com elas, por exemplo, estão no acervo privado? Estão. Acho que estão com ele. Ele cometeu um crime porque está com as joias lá? Penso que não. O Bolsonaro está cometendo um crime porque está com os presentes que ganhou? Penso que não. Agora por que o Bolsonaro é ladrão e, então, o Lula, que está com os presentes, não? Ah, vão dizer que é por causa de uma resolução, de uma portaria.

Então, é muita narrativa, é muita mentira para tentar enganar a população.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Medeiros.

A próxima inscrição é do Deputado Pr. Marco Feliciano. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

Terá a palavra o Deputado Alexandre Guimarães. Em seguida, falarão os Deputados Gilvan da Federal, Sâmia Bomfim, Gilvan Maximo e Deltan Dallagnol. Esses são os oradores da repescagem. Há também, na lista normal, o Deputado Pedro Uczai, que está tendo resiliência e paciência, mas é o próximo orador.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Guimarães.

**O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES** (Bloco/REPUBLICANOS - TO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Encerramos esta importante semana aqui em Brasília da Marcha dos Prefeitos. Nós pudemos receber em nosso gabinete vários Prefeitos do nosso querido Estado do Tocantins. Eu queria parabenizar cada um desses homens e cada uma dessas mulheres, que colocam o seu nome à disposição da opinião pública para fazer o enfrentamento de políticas macros na administração dos seus Municípios. Quero parabenizar e cumprimentar os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais e os seus assessores, que são pessoas importantes nessa engrenagem para tocar o País.

Presidente, dentro dessa importância, existe também ônus enorme, que é o de esbarrar nas políticas que acabam dificultando a administração, a gestão de cada um desses ordenadores de despesas lá na ponta. A política pública, muitas vezes, tem dificuldade de ser aplicada lá para quem, de fato, necessita. Isso acontece por vários fatores, e um deles é o orçamentário. Trago e destaco duas situações em especial nesse tocante.

A primeira é a merenda escolar. Nós vimos assistindo, nos últimos dias, à publicização pelo Governo Federal do reajuste da merenda escolar na fração de 39%. É importante, sim, o reajuste, porque, há muito tempo, não se fazia, mas também é diminuto poder publicizar uma fração de 39% no reajuste da merenda escolar, que, quando somados, alcança-se, no máximo, um valor de 50 centavos por aluno para a merenda escolar. Essa outra renda, a merenda, precisa chegar às escolas, precisa chegar à dieta desses alunos das escolas públicas, mas isso é feito de forma deficitária. Dessa forma, os Municípios acabam arcando detidamente com essa despesa, que é uma despesa que teria de vir do orçamento do Governo Federal. Essa é mais uma dificuldade que têm os nossos Prefeitos e as nossas Prefeitas.

Somado a isso, há os repasses da tabela SUS, que há muito tempo está defasada. O último reajuste feito, a última revisão que aconteceu foi no ano de 1996, há 27 anos. E aí os conveniados, os laboratórios, os hospitais públicos e os filantrópicos têm tido dificuldade de manutenção da assistência de saúde regular, e muitos chegam à beira da falência por essa defasagem. Nós precisamos encontrar um pacto federativo para que União, Estados e Municípios façam com que aqueles assistidos por políticas públicas, de fato, tenham as suas necessidades atendidas. E falo de necessidades primárias, como merenda escolar, saúde pública e outras tantas coisas em que precisamos avançar.

Muito obrigado, Presidente.

Parabéns, Prefeitos e Prefeitas!

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alexandre Guimarães.

Quero fazer o registro aqui na Casa da presença das jovens Sophia Maximo e Giovana, que são estudantes de Direito do INSPER. Sophia Maximo é filha do nosso honrado Deputado Gilvan Maximo, que orgulhoso aqui está da filha, que vem conhecer a Câmara dos Deputados, local de trabalho dele, e que merece a citação e o reconhecimento.

Sejam bem-vindas à Casa!

Quem sabe, um dia, estarão elas aqui intervindo nesta Presidência, ali ao microfone de aparte, com mandato de Deputadas. Têm *pedigree*, podem ter certeza.

Parabéns, Deputado Gilvan Maximo!

A próxima inscrição é do Deputado Gilvan da Federal.

Antes, quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Agora, precisarei me deslocar ao Rio Grande. Por isso, vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado André Fernandes, jovem Deputado do Ceará, que já no primeiro mandato desempenha uma bela função e uma grande missão. Muito obrigado.

Está com a palavra o Deputado Gilvan da Federal.

**O SR. GILVAN DA FEDERAL** (PL - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

É uma honra ser presidido pelo Deputado Federal André Fernandes.

O pessoal do PT não tem vergonha. Acusam o ex-Presidente Jair Bolsonaro de fujão, e o que falam do Presidente ladrão? Vocês acusam o ex-Presidente de fujão, mas defendem o Presidente ladrão, que foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro não só pelo Sergio Moro. Vocês insistem sempre em Sergio Moro, mas ele foi condenado por vários juízes em três instâncias.

Eu quero aqui também pedir, Sr. Presidente, a retirada de uma fala da Deputada Erika Kokay. Pena que a Deputada não esteja aqui, mas cito o nome dela, porque fez uma fala de *fake news* e outra ofensiva e caluniosa ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. A Deputada Erika Kokay disse, abre aspas: "*Esse ladrão de joias*". Cadê o devido processo legal? Ladrão de

jóias, como assim? Roubou quem? Há provas? Eu gostaria que a Deputada Erika Kokay, se estivesse aqui, explicasse essa fala. Ladrão de jóias como? É diferente do ex-presidiário.

Um Deputado também do PT disse que o Deputado Eduardo Bolsonaro praticou *fake news* por conta de uma foto passada. Se ele estivesse aqui, eu gostaria que explicasse. Quem tem costume de mentir e praticar *fake news* são vocês do PT; não somos nós. Eu olhei as redes sociais do Deputado Eduardo Bolsonaro e vi ao vivo as pessoas que estiveram lá para receber o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Como o Presidente Jair Bolsonaro incomoda vocês! Não somos nós que defendemos ladrão; não somos nós que temos um Ministro da Justiça que vai a um local dominado pelo Comando Vermelho; não somos nós que defendemos um Governo cujo Ministro da Justiça pede benção ao PCC e ao Comando Vermelho.

Antes de terminar, Sr. Presidente, informo que recebi centenas de mensagens sobre a Portaria nº 665, de 2023, do IFES, assinada pelo Reitor desse Instituto Federal de Educação, que estabelece a utilização de banheiros, dormitórios, vestiários e demais espaços segregados por gênero, conforme a identidade de gênero individual.

*Art. 1º Deve-se garantir o uso de espaços segregados por gênero, tais como banheiros, vestiários e dormitórios, de acordo com a identidade de gênero autoatribuída por cada pessoa.*

Eu vou oficialar o Reitor do IFES, vou pedir uma audiência com ele. Quero que essa portaria seja explicada. Como vai funcionar isto: a pessoa se autoatribuir? Como é que é isso? Um homem que diz que se sente mulher vai entrar no banheiro das meninas? Um homem que diz se sentir mulher vai entrar no dormitório das meninas? Quem vai se responsabilizar se acontecer algum crime no banheiro ou no dormitório, como, por exemplo, um estupro? Vai ser você, Reitor do IFES?

Aqui a Esquerda vai dizer: "*Ah, é preconceito; é isso*". Não. Nós precisamos resguardar e proteger nossos jovens.

Eu apenas quero saber como vai se dar essa portaria.

Obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Gilvan da Federal, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Com a palavra a Deputada Sâmia Bomfim, do PSOL de São Paulo.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu acabei de sair de um debate com um Deputado bolsonarista, o Deputado Evair Vieira de Melo, que, quando foi questionado por uma jornalista sobre por que haver tão poucas pessoas para receberem o ex-Presidente Bolsonaro no aeroporto, disse que foi intencional, que houve uma orientação, para a sua base de apoio, para os seus seguidores, de que não causassem tumulto e, portanto, não lotassem aquele espaço.

Acabei de dar entrevista, venho aqui para a tribuna e ouço outro Deputado bolsonarista dizer que não, que o espaço estava lotado de gente e que, em tese, seriam *fake news*, inclusive das câmeras que retrataram o que aconteceu ali no aeroporto em frente ao hotel — "*não; o espaço estava lotado de gente*".

O fato é que vocês, ao longo da última semana, noticiaram essa vinda como se fosse um grande trunfo da oposição de extrema direita bolsonarista no País, como se fosse, finalmente, a volta de um grande líder que iria comandar esse grande movimento que supostamente toma as ruas, revoltadíssimo.

Gente, a verdade é que, desde o dia 8 de janeiro, em virtude do fiasco que foi aquela tentativa de golpe de Estado, há um isolamento político muito grande do bolsonarismo no Brasil. E mais: há uma dificuldade material de mobilização da sua base mais orgânica, porque, quando se trata de mobilização espontânea, o retrato é este que nós vimos no dia de hoje: meia dúzia de gados pingados. Se houvesse aquele financiamento pesado de antes, talvez tivesse mais gente. Mas por que é que os empresários, aqueles mesmos que lotaram ônibus para dar golpe de Estado, não estão, no dia de hoje, botando toda a máquina que eles podem botar? Porque estão respondendo criminalmente pelo crime que cometeram contra o País: tentativa de golpe de Estado.

E o próprio Bolsonaro tem inquéritos no Supremo Tribunal Federal, por utilização da máquina pública para tentativa de reeleição — o que não conseguiu, Deputado Pedro. Ele tentou, fez *fake news* e, portanto, também está respondendo no Supremo Tribunal Federal. No TSE, corre risco seriíssimo de inelegibilidade. E a Polícia Federal já tem um encontro marcado com ele no próximo dia 5, por conta das jóias que ele subtraiu indevidamente. Só um pacote era mais de 16 milhões de reais, e ele vem dizer que era um simples presente. Eu nunca ganhei nenhum presente assim, nem próximo disso — nada assim, nada, nada próximo disso.

É óbvio que é troca de favores e que ele botou gente para tentar pegar as joias lá na alfândega. Felizmente, existem servidores públicos, com o princípio da transparência, que não se corrompem e garantiram que ele não conseguisse pegar para si aquilo que não é dele, mas da sociedade brasileira.

Eu quero cumprimentar o TCU, que tomou a correta decisão de cobrar que ele devolva o terceiro *kit* que subtraiu. O nosso mandato, com outros mandatos do PSOL, fez essa provocação, esse pedido ao TCU, que foi corretamente acatado. Ficamos muito felizes por isso, mas a luta pela responsabilização desses golpistas, desses corruptos, precisa seguir a inelegibilidade, mas também a responsabilização, inclusive criminal, por todos os crimes que cometeram contra o nosso País.

Desculpem-me, liderar a Oposição, só se for de dentro da Papuda. Esse homem vai responder pelos seus crimes.

Obrigada.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Seguindo a ordem da inscrição, pelo sistema, concedo a palavra ao Deputado Rodolfo Nogueira. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Deputado Dimas Gadelha. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Deputado Amaro Neto. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Enquanto o Deputado Gilvan Maximo sobe à tribuna, passo a palavra ao Deputado Coronel Chrisóstomo, por 1 minuto.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Olá, Rondônia!

Olá, Brasil!

Eu tenho a honra de apresentar para o Congresso Nacional, para a Rondônia e para o Brasil, dois Prefeitos. Uma Prefeita é a Lisete, de Cerejeiras, em Rondônia, local onde o agro arrebenta. É maravilhoso! O agro de Cerejeiras é *top*. O outro Prefeito é o Professor Welinton, de Espigão do Oeste. O agro também arrebenta lá, a produção de café e muito mais. São dois Prefeitos diferenciados em Rondônia, que somam muito e vão estar, cada vez mais, trabalhando para ajudar Rondônia a crescer. Cerejeiras e Espigão do Oeste são dois Municípios muito especiais para Rondônia, para mim, para o mito Bolsonaro e para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Parabéns, Deputado Coronel Chrisóstomo, pelo pronunciamento!

Concedo a palavra ao Deputado Gilvan Maximo.

**O SR. GILVAN MAXIMO** (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente, é uma honra estar aqui recebendo a visita da minha filha Sophia e da amiga dela Giovana, que são estudantes de Direito do INSPER. Sophia é uma filha abençoada, querida.

O Brasil passa por um momento difícil, passa por muita briga no plenário, muito mi-mi-mi. Nós temos mesmo é que trazer propostas para a população. O Brasil precisa disso. Nós temos que acabar com a miséria no Brasil. Enquanto fica esse Fla-Flu aqui, um só usa a tribuna do lado direito, o outro só usa do lado esquerdo, eu uso as duas tribunas, porque sou a favor do Brasil.

Nós temos que pensar em trazer as energias renováveis, a energia solar, para acabar com a miséria no Brasil; trazer as motos elétricas, os carros elétricos, encher o nosso País de eletroposto, usando energia do sol. No Brasil, há 300 dias de sol por ano. Temos que pensar em pautas que ajudem a população, no que se refere a melhorar a saúde — o Sistema Único de Saúde —, as escolas, oferecer mais segurança para os alunos. É isso que nós temos que fazer nesta Casa. Temos que apresentar propostas concretas, porque o povo está cansando disso, não aguenta mais.

Por onde eu passo, na rua, as pessoas falam: "*Quando é que o Congresso vai trabalhar de verdade, vai parar com tanta briga?*" É isso que nós temos que fazer, gente! Nós temos que trazer projetos que vão mudar a vida do povo, como, por exemplo, os relativos à energia solar, que é a energia de graça do Sol, que Deus nos dá.

Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia. À época, nós incentivamos o uso dos carros elétricos aqui no Distrito Federal. Nós isentamos os carros elétricos de IPVA por 5 anos; as motos elétricas também. É esse o meu pensamento. Eu tenho amigos da direita, tenho amigos da esquerda, mas o povo que está lá na ponta está gemendo, está sofrendo, está precisando de comida. As pessoas estão dizendo que não se vende carro no Brasil, mas não vende mesmo. O carro popular está sendo vendido a 75 mil reais. As montadoras de carro precisam baixar o valor dos carros, além do juro altíssimo. Nós precisamos conscientizar essas montadoras de que o carro popular é muito caro. Um carro popular não pode custar mais do que 40 mil reais.

Então, Presidente, este é o meu registro. Esta é a minha fala. Enquanto Deputados brigam aqui, o povo lá na ponta está com fome, está precisando colocar comida na mesa. Pais de família veem os filhos sofrendo, gemendo. Nós precisamos dar condição de escolas melhores para esse povo, faculdades. É disso que o Brasil precisa. É isso que o Brasil pede e é isso que o Brasil carece, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Dando continuidade à ordem de inscrição pelo Infoleg, só para que os Deputados, os Parlamentares que estejam em seus gabinetes fiquem cientes, estamos chamando agora o número 91 na lista de inscrição.

Tem a palavra o Deputado Benes Leocádio. (*Pausa.*)

Não se encontra presente.

Então, eu gostaria de convidar à tribuna o Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, que disporá do tempo regimental de 3 minutos.

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que o tema da conjuntura de hoje é o retorno do Presidente Jair Bolsonaro. E como já há a possibilidade do depoimento, no dia 5, sobre as joias, vamos discutir quais os crimes possíveis de Jair Bolsonaro.

Mais do que os 16,5 milhões das joias é a relação entre as joias e a privatização da Landulpho Alves, uma refinaria que foi vendida pela metade do preço, ou seja, mais de 1,5 bilhão de dólares a menos. Joias do segundo pacote, joias do terceiro pacote, que destinaram para esconder na fazenda do Nelson Piquet. A partir de hoje, certamente, será chamado de Jair "Bolsojoias" — não é Bolsonaro, é "Bolsojoias" —, pela relação entre privatização e o que aconteceu neste País.

Certamente, esse Presidente precisa responder por um crime contra a humanidade e voltou para que as 700 mil famílias deste País que perderam entes queridos na tragédia da pandemia sejam justicadas. Que ele responda por esses crimes de omissão e de ação.

Terceiro, os 33 milhões de brasileiros que passam fome neste País, pela política econômica e social de Bolsonaro, querem resposta, querem resposta sobre os crimes de lesa-pátria, patrocinados nesses últimos 4 anos. Às diferentes denúncias e ao abuso do poder político e econômico no período eleitoral vai ter que responder.

Portanto, Jair "Bolsojoias" — é claro que é "Bolsojoias", porque são muitas joias —, você tem muitas respostas a dar a este País. Você vai ter que responder à Justiça.

Neste momento, quero falar com Santa Catarina. O que Bolsonaro fez em Santa Catarina em 4 anos? Gastou 3,4 milhões de reais em motociata em Chapecó, Joinville, Florianópolis e São Francisco do Sul. Férias e motociata!

O Governo Lula, em 90 dias, já anunciou 880 milhões de reais para as rodovias federais, mais do que o recurso destinado em 4 anos do Governo Bolsonaro. Anunciou 154 milhões de reais para a cultura, 194 milhões de reais para o Bolsa Família, 100 milhões de reais para a Lei Paulo Gustavo, incentivando a cultura, 23 milhões de reais para a retomada das obras da educação. Foi 1,4 bilhão de reais em 90 dias para Santa Catarina.

Eu comprei um binóculo, Deputada Erika Kokay, e não encontro nenhuma obra em Santa Catarina realizada por Bolsonaro em 4 anos.

Sr. Presidente, nós temos que pensar no futuro. O Presidente Lula vai reconstruir não apenas Santa Catarina, mas também todo o nosso Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Eu gostaria de chamar à tribuna desta Casa o Deputado Deltan Dallagnol. (*Pausa.*)

**O SR. MÁRCIO JERRY** (Bloco/PCdoB - MA) - Solicito 1 minuto, Sr. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Enquanto o Deputado Dallagnol se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Márcio Jerry, por 1 minuto.

**O SR. MÁRCIO JERRY** (Bloco/PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar, com muita alegria e muita honra, a presença, nesta Casa, dos amigos Vereadores de Presidente Dutra, no interior maranhense.

Estão presentes o Vereador Wallas e o Vereador Ricardo Lucena, que é o Presidente da Câmara Municipal. Vieram à Marcha dos Prefeitos e, em abril, estarão novamente presentes à grande marcha dos vereadores e das vereadoras a Brasília. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Deltan Dallagnol. Em seguida, subirá à tribuna o Deputado Julio Lopes, do PP do Rio de Janeiro, que aguarda há um bom tempo. Com certeza, o Deputado fará um belo pronunciamento.

**O SR. DELTAN DALLAGNOL** (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Eu quero reconhecer hoje que a Esquerda brasileira tem lutado com unhas e dentes em favor de uma minoria, a minoria dos políticos e dos empreiteiros corruptos do nosso País.

Ontem, três partidos do Governo Lula entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal para impedir de devolverem dinheiro para os cofres públicos empreiteiras que confessaram crimes de corrupção, que confessaram crimes de formação de cartel e que desviaram bilhões. Há mais: se esta ação for procedente, vão anular os acordos de leniência, e vamos ter que devolver o dinheiro para os ladrões. São 6 bilhões de reais já devolvidos. Ao todo, são 12 bilhões de reais.

Nós precisamos denunciar a hipocrisia de uma esquerda que diz defender os pobres, mas que, na verdade, está tirando dinheiro dos pobres, vítimas da sociedade, para entregar a empreiteiros corruptos, a pessoas que confessaram ter nos roubado. Esta é a hipocrisia da Esquerda que precisa ser denunciada, no Governo Lula, cuja missão é fazer a Odebrecht grande de novo: "Make *Odebrecht* great again".

Refiro-me a um Governo que tem como plano principal fazer o "Programa Meu Tríplice, Minha Propina". Nós precisamos entender que tudo isso acontece num contexto em que o mesmo Governo está dismantando o setor que há na Controladoria-Geral da União para o combate à corrupção. É por isso que eles estão dismantando um setor que é responsável, inclusive, por esses mesmos acordos com as empresas para recuperar o dinheiro desviado.

Por isso, o Presidente da PETROBRAS, Jean Prates, de dentro da empresa, está acabando, está lutando contra o departamento anticorrupção de dentro da PETROBRAS, que ele chamou de entulho da Lava-Jato. Também por isso, Lula fez um acordo com Pacheco, divulgado hoje, para acabar com a Lei das Estatais e, assim, permitir o loteamento político das estatais.

Eles estão colocando todas as peças de novo no seu lugar, para que o Governo Lula não seja Governo Lula 2 ou Lula 3, mas, sim, o "Governo Roubalheira 3". Nós tivemos o mensalão, nós tivemos a Lava-Jato e nós vamos ter o "Roubalheira 3". Neste mesmo Governo, 50% dos Ministros são investigados. Houve quatro grandes escândalos que envolveram Ministros deste Governo, um deles condenado por peculato, por desvio de dinheiro.

Nós estamos com tudo de volta no seu lugar: os mesmos políticos, vários deles acusados e investigados por corrupção; os mesmos empreiteiros, corruptos confessos que nos roubaram; os mesmos agentes públicos; o mesmo contexto; os mesmos interesses. Nós vamos ter de novo o quê? A mesma roubalheira!

Nós lutamos pelo Brasil que nós queremos. Nós não vamos desistir. Não importa quanto queiram nos impedir de alcançar a justiça. Não importa quanto queiram nos impedir de lutar pela justiça. A impunidade é, sim, o maior mal brasileiro. A impunidade estimula os crimes, a impunidade alimenta a corrupção, a impunidade desilude o povo brasileiro. Nós não vamos desistir!

E mais: nós vamos denunciar a hipocrisia de uma esquerda que diz que luta pelos pobres, mas que, na verdade, está lutando pelos corruptos, para que estes recebam de volta o dinheiro que roubaram.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Enquanto o Deputado Julio Lopes sobe à tribuna, tem a palavra o Deputado Abilio Brunini, por 1 minuto, como havia pedido.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estou usando o microfone pela seguinte situação: o Deputado Pedro Uczai falou há pouco que Bolsonaro nada fez por Santa Catarina. A pergunta é: o que o Deputado Pedro Uczai fez por Santa Catarina? O que Lula fez por Santa Catarina?

Pelo que estou vendo aqui, o Governador eleito em Santa Catarina é do PL. Se Bolsonaro não fez nada, por que o povo não escolheu o Governador do PT, mas, sim, o Governador do PL? Eu estou vendo que o Senador eleito em Santa Catarina também é do PL. Se Bolsonaro não fez nada em Santa Catarina, por que o povo de Santa Catarina escolheu o Senador do PL? O Deputado mais votado em Santa Catarina, cabe lembrar, também é do PL.

Ou o povo não é grato a Lula, ou o povo é grato a Bolsonaro.

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC) - Presidente, eu fui citado nominalmente pelo Deputado. Portanto, eu gostaria do mesmo tempo para responder a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - V.Exa. foi citado nominalmente?

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC) - Fui citado nominalmente: Pedro Uczai.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado.

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho muito orgulho da generosidade de 153.531 catarinenses, o segundo maior número de votos.

Eu tenho uma lei sobre bolsas de estudo em Santa Catarina que já destinou 550 mil bolsas de estudo; 1 bilhão e 545 milhões de reais para apenas uma lei sobre bolsas de estudo. Além disso, contribuí para a criação de institutos federais e para a universidade federal. Destinei mais de 500 milhões em ações parlamentares, como emendas parlamentares; para as universidades comunitárias, 1 bilhão de reais em remissão do Imposto de Renda. Só aí já são 3 bilhões de reais, nobre Deputado!

Eu tenho muito orgulho de ser recebedor da generosidade e do apoio de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Julio Lopes.

**O SR. JULIO LOPES** (PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comunico ao Plenário a instalação do Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização desta Casa. Este grupo visa trazer uma proposta de digitalização para a reforma tributária, além de atuar na transversalização de todas as áreas de governo, fazendo com que, por meio deste instrumento moderno, possamos ter melhores condições de vida e prestar melhores serviços ao cidadão.

Acredito fortemente que, na desburocratização da saúde, com a criação e o uso da chave única da cidadania, da qual tive a honra de ser o autor, o CPF, nós transformaremos a saúde brasileira, dando a ela os artifícios da digitalização e da inteligência artificial. Assim, poderemos fazer com que todo brasileiro receba um serviço de saúde de muito melhor qualidade, de maior velocidade e de maior efetividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este grupo de trabalho visa propor também que grandes cadeias, que têm o papel de contribuir enormemente para a arrecadação dos impostos nacionais, sejam monitoradas e observadas digitalmente.

Nós estamos propondo que se faça o monitoramento de todo o setor de combustíveis. Já temos cobrado isso da ANP há vários e vários anos, no sentido de que possamos ter o monitoramento de toda a área de combustíveis. Queremos que o brasileiro não mais compre um bujão de 13 litros com 2 litros d'água dentro ou com 9 litros apenas. Que nós tenhamos, portanto, o monitoramento permanente de todo bujão de gás brasileiro, de toda tubulação que carrega os líquidos que fazem o País se mover!

Não podemos deixar sem controle os caminhões que abastecem os postos brasileiros, nem as bombas que enchem os tanques dos carros dos brasileiros, invariavelmente com algum tipo de subtração e algum tipo de diminuição. É também visível a grande quantidade de solventes e de água utilizados na diluição de combustíveis. Isso precisa cessar.

Presidente, a digitalização não atuará só nesta área. A digitalização pode e vai prestar uma enorme contribuição ao Brasil em todas as áreas, até na do saneamento, em que, por exemplo, poderemos identificar fossas sépticas e mananciais e estabelecer a distância ideal entre eles.

Antes de terminar minha fala, aproveito para cumprimentar o Governo pela apresentação antecipada do plano de arcabouço fiscal, que esta Casa terá a alegria de analisar. Acredito que o plano tem uma boa proposta. Obviamente, ele poderá receber algumas melhorias a partir das contribuições da nossa Casa. Mas certamente trará uma enorme contribuição ao Brasil na luta contra a inflação, na luta contra a desigualdade e na luta em prol do crescimento econômico.

Deixo aqui meu desejo de um bom fim de semana a todos os brasileiros.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Parabéns, nobre Deputado Julio Lopes, pelo pronunciamento!

Para os Srs. Parlamentares tomarem conhecimento de como está sendo conduzida a concessão da palavra, nós estamos seguindo a ordem do Infoleg, mas também estamos fazendo uma repescagem aos que já foram chamados, mas não estavam presentes. Nós chamamos cinco ou seis inscritos no Infoleg e um da repescagem.

Seguindo a ordem do Infoleg, concedo a palavra ao Deputado Merlong Solano. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Patrus Ananias. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Seguindo a lista da repescagem, tem a palavra a Deputada Cristiane Lopes, do União de Rondônia.

**A SRA. CRISTIANE LOPES** (UNIÃO - RO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o motivo da minha fala é para fazer a toda a população do meu Brasil e, de maneira muito especial, às mulheres e às mães que me acompanham neste momento um alerta com relação à Portaria nº 665, de 23 de março de 2023, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, que versa sobre a utilização de banheiros, dormitórios, vestiários e demais espaços segregados por gênero conforme a identidade de gênero individual.

Diz o art. 1º que se deve garantir o uso de espaços segregados por gênero, tais como banheiros, vestiários e dormitórios, de acordo com a identidade de gênero. O fato é que as mulheres deste instituto do Estado do Espírito Santo não apenas serão obrigadas a dividir banheiros com pessoas biologicamente masculinas, como também serão obrigadas a dividir dormitórios, de acordo com esta portaria.

Diz o § 1º que são vedadas quaisquer restrições de cunho discriminatório, como a indicação de espaços exclusivos para uso de pessoas travestis e/ou transexuais. Então, se uma mulher daquela instituição não se sentir à vontade para dividir o banheiro com uma pessoa biologicamente masculina, será considerado que ela está discriminando aquela pessoa, e ela não pode fazê-lo. As mulheres não podem mais ter o direito de ter um banheiro exclusivo! É isso que estão querendo no Brasil.

Diz o inciso II que não poderão ser definidos como espaços de uso obrigatório para pessoas travestis e transexuais. Aí eu pergunto: as mulheres daquele instituto de educação foram ouvidas? Perguntaram àquelas mulheres se se sentiriam à vontade para dividir o banheiro com pessoas biologicamente masculinas?

Eu, que sou mãe, me preocupo com o futuro das nossas filhas nas escolas públicas e nas instituições federais do nosso País.

Na verdade, hoje o que estão querendo é usurpar nosso papel, nosso dever de Parlamentar. Estão querendo tirar nossa atribuição de legislar e de representar nossa população. É por isso, senhores, que neste momento eu quero apresentar o PDL que eu já protocolei aqui ontem, para sustar os efeitos da Portaria nº 665, de 23 de março de 2023. Ombreado comigo está o Deputado Gilvan da Federal, que é do Espírito Santo e também está nesta luta.

Eu peço a quem está nos acompanhando que peça ao seu Deputado Federal que nos ajude para que possamos conseguir sustar os efeitos deste decreto, porque ele é um absurdo, senhores! Estão tirando nosso direito de mulher. Como mulheres, nós não estamos sendo mais ouvidas. Trata-se de algo considerado discriminatório, e nós não podemos aceitar isso.

Muito obrigada, Presidente.

Tenho dito.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Agora, vamos ouvir a Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, por 3 minutos.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, às vezes, eu fico muito impressionada ao ver como a verdade é açoitada, e é açoitada de forma tão contundente.

Aqui nós vimos uma pessoa que disse que não tinha provas para condenar quem quer que fosse, mas tinha convicções. Fez com que as provas fossem curvadas, frente à convicção. O Brasil inteiro sabe que a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva foi ilegal, foi uma prisão injusta. A Justiça reconheceu isso. O juiz não pode estar mancomunado com o promotor, com a acusação. Não pode colocar um manto, uma toga, e a toga ofuscar sua imparcialidade. Aliás, nós temos denúncias de que esta Casa precisa investigar Tacla Duran, que disse que foi obrigado a pagar propinas. Quando parou de pagar propina, teve sua prisão decretada pelo Juiz Sergio Moro. Mas propina para quem exatamente? Quem era o intermediário? Era o sócio da esposa de Sergio Moro, que exigia propina para que ele não fosse condenado.

Portanto, eu fico muito impressionada ao ver como eles tentam transformar em metodologia política o ódio e a mentira. Quando digo que o Sr. Bolsonaro é um ladrão de joias, eu não estou me referindo ao filme, à película. Eu estou me referindo à realidade. Ele embolsou joias que não lhe pertenciam, tanto não lhe pertenciam, que o próprio Tribunal de Contas o obrigou a devolver as joias. No caso das joias que ficaram na alfândega do aeroporto, pela ação profissional dos servidores da Receita Federal, ele tentou utilizar sua condição de Presidente para resgatá-las. Um auxiliar dele foi, no avião da FAB, tentar dizer: “*Pegue essas joias, eu quero essas joias!*” Estou falando das joias que não pertencem a Bolsonaro. Quem se apropria de algo que não lhe pertence é ladrão. Basta ver o dicionário para saber isso. É ladrão!

O Sr. Jair Bolsonaro tem relação não apenas com os dois estojos de joias, mas também com outro estojo de joia que não é a caneta Bic que ele dizia que ia utilizar, a Bic que está ali. Trata-se de uma caneta valiosa, uma joia da qual ele se apropriou, e que, em verdade, ele pediu que fosse escondida na fazenda de um amigo. Isso é ou não é a caracterização de um ladrão?

Nós precisamos usar as palavras corretas, não as mentiras: Sr. Jair Bolsonaro, ladrão de joias!

Para além disso, eu entendo o desespero e a tristeza dos bolsonaristas, porque ninguém foi receber o ladrão de joias no aeroporto, ninguém! Diziam que multidões iriam aclamar o ladrão fugitivo, que fugiu do País, o ladrão de joias Jair Bolsonaro. Ninguém foi recebê-lo. Havia uma quantidade ínfima de pessoas.

A multidão não era multidão. Um número parco de pessoas ali estava, para recepcionar aquele que fugiu do País, aquele que tem que responder não apenas pelas joias que foram roubadas — ele irá responder na Polícia Federal —, mas também pelo genocídio que ele provocou neste País, pelas mortes que cometeu neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Seguindo a ordem de inscrições no Infoleg, tem a palavra a Deputada Daniela Reinehr. (*Pausa.*)

A Deputada não está presente.

Tem a palavra o Deputado Zé Haroldo Cathedral, que dispõe de 3 minutos.

**O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL** (Bloco/PSD - RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero utilizar este espaço para ressaltar a relevância deste evento que acontece anualmente aqui em Brasília, a Marcha dos Prefeitos.

Este ano foi realizada sua 24ª edição, com o tema *Pacto federativo: uma visão para o futuro*. A marcha reuniu aproximadamente 10 mil participantes, entre eles os Prefeitos e Vereadores dos Municípios do meu Estado, Roraima. Aproveito para homenagear o Prefeito de Alto Alegre, Pedro Henrique Machado, e o Prefeito de Normandia, Dr. Raposo. Trata-se de um evento essencial para o fortalecimento da pauta municipalista, que contribui para a elaboração de uma agenda relacionada às principais demandas das cidades brasileiras e suas peculiaridades regionais. Num país plural, com enormes desafios ante as desigualdades entre as suas regiões, são enormes as dificuldades de integração e de infraestrutura, especialmente para as cidades do Norte do Brasil.

Portanto, nós precisamos do olhar atento do Governo Federal, para oferecer um horizonte de novas perspectivas, com o fomento de políticas públicas e de projetos voltados ao municipalismo.

Aproveito para pedir aos nobres colegas que atuemos de forma conjunta na aprovação de projetos que promovam o fortalecimento dos Municípios brasileiros e a efetiva melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo, do PL de Rondônia. (*Pausa.*)

O Deputado não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Alfredo Gaspar, do UNIÃO de Alagoas, um nordestino arretado que, quando fala, muito representa nosso Nordeste. (*Pausa.*)

Enquanto o Deputado sobe à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Gilvan da Federal.

**O SR. GILVAN DA FEDERAL** (PL - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero dizer que quem tem ódio no coração não somos nós, mas, sim, o Presidente, ex-presidiário, mas sempre ladrão, aquele que está na Presidência da República.

Eu vim, no entanto, falar de coisa boa. Está presente aqui na Câmara dos Deputados meu amigo Vereador de Serra, Igor, Presidente do PL de Serra. É um prazer e uma honra recebê-lo nesta Casa, juntamente com o Prefeito de São Gabriel da

Palha. Nós estamos recebendo as demandas dos Municípios de Serra e de São Gabriel da Palha. Estamos juntos, Espírito Santo! Conte conosco!

Parabéns, Igor, pelo trabalho no Município de Serra!

O PL, com certeza, no Espírito Santo e no Brasil, será o maior partido do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Alfredo Gaspar.

**O SR. ALFREDO GASPAR** (UNIÃO - AL. Sem revisão do orador.) - Presidente André Fernandes, quero aproveitar a oportunidade para dar os parabéns ao povo do Estado do Ceará que nos enviou V.Exa., que tão bem representa o Estado e neste momento está conduzindo esta sessão.

Na pessoa do Deputado André Fernandes, quero saudar minhas colegas e meus colegas Deputados do meu querido Estado de Alagoas.

Tempos difíceis estes que nós estamos vivendo! Os partidos da Esquerda têm trabalhado muito, têm trabalhado, por exemplo, para devolver o dinheiro de empreiteiras corruptas. Eles se uniram, no Supremo Tribunal Federal, para devolverem mais de 6 bilhões de reais a empresários corruptos. Eles se uniram para que empreiteiras que devem bilhões ao Brasil não precisem pagar pelas ações de corrupção. O PT e o instituto Anjos da Liberdade se uniram para devolver visita íntima a grandes criminosos chefes de facção, como Fernandinho Beira-Mar e Marcola. O PT se uniu a seus aliados da Esquerda para dizer a este País, infelizmente, que combater o crime e a corrupção não vale a pena.

Eu abri os jornais agora há pouco e vi o juiz federal que tinha no seu *login* "Lula22" — estava todo dia em um *blog* da Esquerda defendendo o PT e seus malfeitos — assumir a direção da vara criminal de Curitiba para patrocinar criminosos como Tacla Duran, que lavou mais de 300 milhões de dólares da Odebrecht, que mentiu para a INTERPOL, que mentiu mais de 20 vezes para autoridades judiciárias brasileiras, para se tornar um acusador de juiz e de procuradores, como Sergio Moro e Deltan Dallagnol, que tanto fizeram e fazem por este País.

Desde sempre, nós sabemos que o sistema é bruto, e, no Brasil, o sistema está mais bruto ainda.

A corrupção do Judiciário, a corrupção do Legislativo e a corrupção do Executivo deram as mãos e, neste momento, estão cantando vitória, mas nós brasileiros e brasileiras decentes, que ainda acreditamos numa luz no fim do túnel, não deixaremos estes corruptos vencerem. Nós precisamos nos rebelar! Precisamos enfrentar este sistema!

Finalizando, eu respondo ao Ministro do STF que deu uma entrevista nesta semana dizendo como é que se fez concurso para permitir que Sergio Moro virasse juiz federal. Eu respondo com a mão no peito e com uma dor danada: como é que este País permitiu que determinados Ministros sentem na cadeira sagrada do STF sob a Constituição? Pobre Brasil! Seu povo guerreiro irá, no entanto, lutar até o fim, para que possamos derrotar os grandes corruptos e os criminosos desta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o próximo orador, o Deputado Dr. Fernando Máximo, uma forte liderança do nosso Estado de Rondônia.

**O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO** (UNIÃO - RO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, caros colegas.

O tema de que vou falar aqui interessa a todos nós Parlamentares, como também interessa a milhões de brasileiros Brasil afora: o preço das passagens aéreas. Recentemente, eu fui trocar um bilhete de passagem, troquei uma agenda com a Ministra da Saúde, e o trecho de ida e volta para Rondônia estava custando 6.200 reais. Isso é um absurdo! Uma passagem aérea para Rondônia custar 6.200 reais é um absurdo! Eu procurei, na mesma data, uma passagem de Brasília para Miami, mais que o dobro da distância, 5.500 reais, para comprar de última hora. Isto é um absurdo!

Muitos brasileiros precisam viajar o tempo inteiro, principalmente o pessoal da Região Norte, onde está inserido meu Estado de Rondônia. Este Congresso de que intervir nisso, Presidente! Nós temos de trabalhar unidos, para tentar derrubar esses preços abusivos, absurdos, das passagens aéreas.

Muita gente do Norte precisa fazer tratamento em São Paulo, em Brasília, em Goiânia. Essas pessoas precisam viajar para fazer consultas, viagens outras, e pagam estes preços absurdos, aberrantes! Nós não podemos aceitar isso. Temos que nos unir todos em prol desta causa. Este Congresso tem que agir com pulso forte, para que os preços das passagens baixem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Eu gostaria de chamar nosso grande amigo, uma forte liderança do Distrito Federal, o Deputado Prof. Paulo Fernando, do Republicanos, para falar por 3 minutos.

**O SR. PROF. PAULO FERNANDO** (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caríssimos Deputados, ontem eu, o Presidente e 31 Deputados protocolamos um pedido de *impeachment* do Presidente Lula.

É importante ver o contexto histórico da Lei nº 1.079, de 1950. Getúlio Vargas, ditador, sai do cargo, vai para o exílio no Rio Grande do Sul, e a UDN, de oposição, resolve fazer uma lei para se precaver dos possíveis desmandos com a volta de Vargas. Esta é uma lei com 73 anos e urge a necessidade de sua atualização.

Naquela época, a legislação não previa a figura do vice, e o eventual substituto do Presidente era o Presidente do Senado, razão pela qual, quando a Câmara autorizava o julgamento do Presidente no crime de responsabilidade, competiria ao Senado julgá-lo. Como o Presidente do Senado seria a pessoa interessada, quem iria presidir a sessão de julgamento era o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Por isso, não havia a figura do vice. Em razão disso, desde aquela época, compete ao Senado julgar os Ministros do Supremo nos crimes de responsabilidade e compete aos Ministros do Supremo julgar os Senadores, razão por que nós temos inúmeros inquéritos contra Senadores que não são julgados no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, a discussão que eu trago nesta tarde de hoje é sobre a necessidade de alterarmos a Lei nº 1.079. É inadmissível que o Presidente do Senado Federal, de maneira monocrática, decida sobre os inúmeros pedidos de *impeachment* feitos em relação aos Ministros do Supremo. Cabe alteração da lei para que, uma vez negado o pedido do Presidente do Senado, caiba recurso ao Plenário do Senado para reverter a decisão do Presidente do Senado.

Em contrapartida, nós vimos, em passado recente, as barbaridades que foram feitas no julgamento do *impeachment* contra a Presidente Dilma. Ela foi afastada do cargo, mas não ficou inabilitada para exercer seus direitos políticos. Naquele julgamento, rasgou-se a Constituição. Assim também o fizeram no julgamento do Presidente Collor, quando ele renunciou — uma vez tendo renunciado, não seria possível aplicar a pena da perda do cargo —, mas, mesmo assim, o condenaram, e ele restou inabilitado por 8 anos em seus direitos políticos.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os 33 Deputados que protocolaram o pedido, em face dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente, dos ataques às instituições no combate à corrupção e, principalmente, da ameaça que foi feita em relação aos membros do Poder Legislativo, contrariando, desta forma, a Constituição e a Lei nº 1.079.

Peço ajuda, Deputado André Fernandes, para que nós possamos mudar a Lei nº 1.079, de 1950.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Prof. Paulo Fernando!

O próximo orador a ocupar a tribuna é nosso querido Líder de Mato Grosso do Sul, o Deputado Marcos Pollon. Em seguida, falará o Deputado Tenente Coronel Zucco.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente André Fernandes. É sempre uma grande satisfação ombrear ao lado de V.Exa. nesta trincheira que visa defender a liberdade do nosso País.

Eu ouvi hoje, estarrecido, neste plenário, Deputado bradar na tribuna: "*Ditadura nunca mais! Ditadura nunca mais!*" O que me choca é o duplipensar, o duplo padrão, em que se defende exclusivamente não a fala, mas quem fala.

Nós estamos vivendo, absurdados, o maior escândalo de desrespeito aos direitos humanos e aos direitos e às garantias fundamentais desde a fundação da República deste País, e ninguém fala, nada ninguém se opõe! Não estou sequer entrando no mérito dos atos do dia 8 de janeiro, cuja CPMI, de autoria de V.Exa., é fundamental para verificar a veracidade dos fatos, nem entro nesse mérito, mas no dos acontecimentos que decorreram após os eventos. Vejam, muitas pessoas que dizem ser garantistas, que defendem tais direitos e garantias fundamentais, são silentes ou até coniventes com essas práticas absurdas.

V.Exa. sabe, Sr. Presidente, que em momento algum dos quais ocupei esta tribuna tive que me valer de anotações, mas hoje, em especial, farei isso porque são inúmeros os princípios e preceitos vilipendiados nos atos decorrentes após o 8 de janeiro com as prisões.

Vejam, feriu-se a dignidade da pessoa humana, art. 1º, inciso III, da Constituição Federal; inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, princípio do contraditório e ampla defesa; direito à saúde, assistência médica, farmacêutica e odontológica, art. 196 da Constituição Federal; art. 41, inciso VII, da Lei de Execuções Penais; tratamento desumano e degradante, ferindo o Pacto de San José da Costa Rica, o Decreto nº 678, art. 5º, item II, e art. 5º, III, da Constituição Federal; direito de informação sobre sua prisão ao juiz familiar e defensor, Pacto San José da Costa Rica; direito às garantias judiciais mínimas, Pacto San José da Costa Rica; comunicação prévia pormenorizada ao acusado da acusação formulada e direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e comunicar-se livremente em particular com seu defensor; direito à integridade física e moral, art. 5º; direito à assistência

da família; direito à dignidade menstrual, conforme aconteceu com as mulheres na Colmeia; direito a banho de sol pelos presos que não possuem visitantes de duração mínima de 2 horas; direito à associação para fins lícitos; direito à liberdade de expressão daqueles que estavam lá de forma pacífica; direito à alimentação suficiente; direito ao vestuário; direito ao relaxamento de prisão ilegal, no caso de manifestantes pacíficos; direito ao princípio do juiz natural — esse é gravíssimo, esse é do estado de exceção; princípio da humanidade da pena; princípio da proporcionalidade; princípio da presunção de inocência; ausência de condições de perigo *libertatis*; e outras dezenas, dentre as quais eu enumero, de memória, a ausência de individualização da conduta, prisão ao atacado, isso é típico de um regime de exceção.

Para concluir, Sr. Presidente, separaram um ônibus e, de forma ardilosa, mentiram para as pessoas dizendo que iriam deslocá-las a um local seguro. No Direito Civil isso é conhecido como *tu quoque* ou *venire contra factum proprium*, um ardil, um meio artificioso, uma verdadeira mentira, levando essas pessoas para a prisão sem nem sequer visualizar conduta de uma posterior audiência de custódia, sem possibilidade de o juiz fazer uma decisão, que já veio pronta e catalogada. Isso tudo num inquérito!

Ouçõ de Deputados que eles estão sendo punidos. Eles estão sendo punidos antes de serem julgados, e isso é típico de uma ditadura. Não vivemos nem um governo nem um desgoverno, vivemos um regime ditatorial.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Tenente Coronel Zucco.

Em seguida, vamos chamar mais alguns nomes aqui da lista oficial do Infoleg.

**O SR. TENENTE CORONEL ZUCCO** (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Fernandes, é uma honra estar numa sessão presidida por V.Exa.

Eu venho aqui fazer um resumo da semana. Na verdade, nós tivemos a vinda do Ministro Flávio Dino, um Ministro que deveria responder a perguntas, mas não o fez; um Ministro que deveria manter o respeito, mas muitas vezes tratou os Parlamentares com deboche, com ironia. Mas não tem problema. Será convidado, será convocado a vir mais vezes a esta Casa.

Nós agora também temos que avançar na pauta de sua autoria, a CPMI sobre 8 de janeiro. Tínhamos já o compromisso do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, de que seria lido após a viagem à China. Pois bem, não houve a viagem do Presidente à China. Então, não há mais motivo para que este Congresso não instale de forma imediata a CPMI sobre 8 de janeiro. Temos também a CPI que vai tratar das invasões de propriedades privadas; que vai investigar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. É muito importante, pois eles bradaram que tiveram o carnaval vermelho e agora querem ter o abril vermelho. Não podemos desrespeitar o agro.

Hoje, com muita alegria, tivemos a volta do nosso capitão, do nosso líder, do nosso Presidente Bolsonaro. Tentaram mentir dizendo que não havia muitas pessoas, muitos patriotas no aeroporto. Mas viram o que eles fizeram? A quantidade de bloqueio nas vias? Foram milhares de carros que não conseguiram chegar ao aeroporto. Depois, tivemos milhares de patriotas na frente da sede do PL e milhões de brasileiros acompanhando pelas redes sociais. Mas por quê? Porque isso significa a volta de valores — Deus, pátria, família, liberdade.

Capitão Bolsonaro, seja bem-vindo! O senhor pode ter certeza de que esta Câmara dos Deputados fará, sim, uma oposição implacável, pois temos a certeza de que esse projeto de vingança e de poder do ex-presidiário não pode perdurar.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Dando sequência à lista do Infoleg, vamos ouvir o Deputado Mauro Benevides Filho. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Paulo Guedes, do PT de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Também não se encontra.

Tem a palavra o Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Marcelo Lima, de São Paulo. *(Pausa.)*

Também não se encontra no plenário.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto, do PT. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Vamos ao Maranhão, com o Deputado Pastor Gil, do PL.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Marcos Pollon.

**O SR. MARCOS POLLON** (PL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar esta oportunidade para agradecer e dar os parabéns ao Deputado Estadual João Henrique Catan, que veio até Brasília recepcionar o nosso Presidente e tem desempenhado no Mato Grosso do Sul um excelente papel como Deputado de Oposição. Deputado verdadeiramente de Direita, fez uma campanha limpa, uma campanha íntegra, uma campanha desprovida de recursos, assim como eu, e conseguiu galgar um dos postos como um dos Deputados mais votados do Estado. É um jovem Parlamentar atuante e tem um futuro promissor no Estado do Mato Grosso do Sul.

Espero um dia, Deputado João Henrique, poder vê-lo sentado na cadeira de Governador do meu Estado. Sei que V.Exa., honrando a sua estirpe, vai fazer um belíssimo trabalho.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fernandes. PL - CE) - Tem a palavra o Deputado Pastor Gil, por 3 minutos.

**O SR. PASTOR GIL** (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de cumprimentar os nossos Vereadores e Prefeitos do Maranhão que estão em Brasília por ocasião da Marcha dos Prefeitos. Em nome do nosso Vereador Antonio, da cidade de Itapecuru Mirim, no Maranhão, que está aqui no plenário, eu cumprimento e abraço todos os Prefeitos e Vereadores do nosso Estado que estão em Brasília nesta ocasião.

Eu gostaria também de me solidarizar com todos os nossos maranhenses vítimas das enchentes e que estão desabrigados, especialmente os das cidades de Trizidela do Vale, Pedreiras, Bacabal e outras. Gostaria de agradecer ao Governador Carlos Brandão, que está sensível neste momento conosco e fez uma grande distribuição de cestas básicas. Inclusive eu e outros Deputados fomos contemplados para neste momento chegar com o socorro a esses nossos irmãos desabrigados do Estado do Maranhão.

Eu gostaria também, nesta ocasião, de dizer da minha alegria, expressar o meu contentamento com a vinda do grande líder Bolsonaro no dia de hoje. Fiquei muito triste, porque eu gostaria de tê-lo recepcionado lá no aeroporto, mas saí cedo de casa, na Asa Norte, e não consegui. Pela primeira vez, eu vi o trânsito de Brasília travado, paralisado, e eu não consegui chegar ao aeroporto. Eu gostaria de ter chegado lá no momento em que ele descesse do avião. Eu queria estar lá para cumprimentá-lo, e não pude.

Entretanto, Deus abençoou. Viemos para a sede do PL Nacional. Juntamente com outros Deputados e Senadores, estivemos ali recepcionando-o, de coração aberto, com muito fervor ao grande líder que é o capitão Jair Messias Bolsonaro. Eu quero dizer a ele, em nome de milhões e milhões de bolsonaristas e irmãos nossos da Direita, não aqueles extremistas que xingam e que se comportam às vezes como o de pior da Esquerda... Esses não têm o meu respeito. Mas aqueles de Direita que são respeitosos e que provam que são do bem e estão para ajudar a construir um Brasil melhor têm o meu respeito. Estou aqui para reafirmar o meu compromisso, porque eu sou de Direita por índole, estou aqui para confirmar, reafirmar que sou de Direita. Estamos juntos para a reconstrução de um Brasil muito melhor, como todos os brasileiros merecem.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Pastor Gil, o Sr. André Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)*

## ORDEM DO DIA

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - A lista de presença registra o comparecimento de 440 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.150, DE 2022 (DO PODER EXECUTIVO)

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.150, de 2022, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Pendente de parecer da Comissão Mista.*

Há requerimento sobre a mesa.

Eu pergunto ao Líder do União Brasil — no caminho para cá, eu soube de um entendimento com relação à votação desta medida provisória, do acatamento da emenda sem garantia de sanção — se S.Exa. mantém o requerimento de obstrução.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO (UNIÃO - MG)** - Não. Desse jeito, nós retiramos o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado.

Para oferecer parecer à Medida Provisória nº 1.150, de 2022, e às Emendas nºs 1 a 19, apresentadas conforme o *caput* do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas da Câmara dos Deputados, há muitos anos, o Parlamento brasileiro vem debatendo a utilização do seu solo. A legislação veio se modernizando. Em 2012, nós conseguimos fazer o novo Código Florestal Brasileiro, que completará, no próximo mês de maio, 11 anos. Mas nós, nesses quase 11 anos, não conseguimos implementá-lo na sua totalidade.

Nós conseguimos avançar em muitos Estados brasileiros, quase na totalidade, a implementação do Cadastro Ambiental Rural — CAR, mas, em alguns Estados, especialmente naqueles com mais dificuldades econômicas, ainda há um déficit de Cadastro Ambiental Rural bastante significativo. E é critério para fazermos o Programa de Regularização Ambiental a entrega do Cadastro Ambiental Rural.

No entanto, só pode ser feito o Programa de Regularização Ambiental — PRA se os Estados o implementarem, e só seis Estados do Brasil, Unidades Federativas, conseguiram implementar o seu Programa de Regularização Ambiental.

Tínhamos ali um prazo, final de 2022. Só poder aderir ao PRA até o final de 2022 quem fez o CAR até 2020. Mas, se o Estado não implementou os Programas de Regularização Ambiental, como é que se vai aderir. Por isso, há a necessidade desta medida provisória. Está inclusive bem fundamentada a sua pertinência e a sua urgência quando a Presidência da República encaminha ao Congresso Nacional esta medida provisória.

Portanto, Sr. Presidente, feita uma breve exposição, nós passamos ao parecer.

"II - Voto do Relator

II.1 – Da Admissibilidade

II.1.1 – Do Atendimento aos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Em primeiro lugar, tem-se que o Programa de Regularização Ambiental (PRA) é um dos instrumentos mais importantes para a garantia da sustentabilidade na produção agropecuária do País. É principalmente através do PRA que, nas propriedades e posses que eventualmente tenham déficit vegetativo, a vegetação será devidamente recomposta. É principalmente através do PRA que o produtor irá se regularizar, terá tranquilidade para produzir ao passo em que respeita uma das legislações mais protetivas do mundo.

No que se refere ao requisito da 'urgência', cabe observar que anteriormente à vigência da Medida Provisória, o prazo para adesão ao PRA era de 2 anos a partir da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Como a adesão ao PRA encontra-se condicionada à realização da inscrição no CAR até 31 de dezembro de 2020 (art. 29, §2º, Lei 12.651/12), tem-se que o prazo máximo para adesão ao PRA seria 31 de dezembro de 2022.

Ou seja, como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que lhe segue, 'a urgência da medida se justifica ante os impactos de curtíssimo prazo que a atual legislação impõe aos possuidores e proprietários rurais brasileiros, os quais se tornarão inelegíveis aos benefícios previstos na Lei nº 12.651/2012, caso não possam aderir aos PRAs até 31 de dezembro de 2022'.

Assim, presentes os requisitos constitucionais para a edição da Medida Provisória".

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no mesmo sentido, Sr. Presidente, nós entendemos que estão presentes na Medida Provisória os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, entendemos da mesma forma, que não há nenhuma emenda apresentada ou alterada que conceitue despesa pública.

Assim, por contemplarem matéria de caráter essencialmente normativo, constata-se a não implicação orçamentária ou financeira dessas emendas.

"II.2 – Do mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, uma vez que o Programa de Regularização Ambiental é de suma importância para a recuperação de nossa vegetação nativa e para a regularização do produtor rural, de forma a que cada vez mais sejamos exemplo de produtividade e sustentabilidade.

Ademais, representa a prorrogação do prazo para adesão ao PRA uma questão de justiça e de lógica. Trata-se de uma questão de justiça, pois não se pode punir o agricultor pela mora estatal em implementar o Programa de Regularização Ambiental", como disse aqui na exposição de motivos. "Trata-se de uma questão de lógica, pois não é possível aderir àquilo que não existe", porque nós não temos o Programa de Regularização Ambiental.

Nesse sentido, estudo atualizado no final de 2020 mostra que apenas seis Estados brasileiros haviam implementado efetivamente o Programa de Regularização Ambiental". O que diz o referido estudo está em nosso relatório.

Além de prorrogarmos o prazo do PRA, também incluímos no texto: "para acompanhar a nova sistemática de adesão, oportunizamos que os inscritos encarem até 31 de dezembro de 2023 ou 2024, a depender do tamanho do imóvel, possam participar do Programa de Regularização Ambiental. Cabe lembrar que o Brasil já consta com quase 7 milhões de inscritos, pelo que essa última prorrogação é voltada a atender especificamente os pequenos agricultores, em especial dos Estados nos quais os órgãos ambientais e a própria população estão em condições menos favoráveis.

Assim, com este relatório, coloca-se um ponto final nas sucessivas prorrogações e garante-se a essencial segurança jurídica: a partir de agora, todos terão oportunidade de inscrição no CAR e adesão ao PRA, recuperando as áreas que porventura tenham déficit vegetativo, garantindo a sustentabilidade e o cumprimento de uma das legislações mais rigorosas do mundo", que é o nosso Código Florestal. "Com a medida, seremos cada vez mais exemplo de preservação e produção.

Por fim, optamos por rejeitar as emendas que não dizem respeito estritamente ao Programa de Regularização Ambiental, pois este momento é oportuno para que, em comum acordo, o Parlamento resolva com urgência a necessidade relacionada ao PRA, deixando outras matérias para serem debatidas em novas oportunidades. As demais emendas foram aprovadas na forma do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 1.150, de 2022.

### II.3 – Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.150, de 2022;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.150, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista" — ressaltou, Deputado Rodrigo de Castro, que nós estamos apreciando as emendas de Comissão neste relatório; as emendas de Plenário apreciaremos na sequência;
- c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.150, de 2022, e pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas de todas as Emendas.
- d) no mérito:
  - d.1) pela aprovação (...), e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18 e 19, na forma do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 1.150, de 2022; e
  - d.2) pela rejeição das demais emendas (...).

É o voto e o relatório, Sr. Presidente.

### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA.**

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Passa-se à discussão.

Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Merlong Solano. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Eli Borges. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Alencar Santana. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, concedo a palavra à Deputada Camila Jara. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Kim Kataguirí. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Motta.

**O SR. TARCÍSIO MOTTA** (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas e àqueles que nos assistem.

A história nos ensina muitas coisas. Podemos observar a Lei de Terras, de 1850, que criou, no seu regulamento depois, a obrigatoriedade de que todo proprietário de terra registrasse, na época, na paróquia, os limites da sua propriedade de terra. Essa lei foi postergada, adiada. Em 1920, ainda havia leis sendo aprovadas para adiar a necessidade dos cadastros da propriedade de terra no Brasil.

A história agrária do Brasil não é a da propriedade, mas é a história da posse, da irregularidade, sempre a favor dos grandes proprietários e latifundiários de terra, porque o pequeno, quando podia e conseguia fazer o seu registro, muitas vezes, não tinha condições e não enfrentava o poder dos coronéis que lá estavam. E aí era grilagem, expulsão e todo o resto.

Por que eu estou recuperando essa história aqui no início da minha fala? É que parece que estamos diante de uma situação que é uma legislação positiva, a existência do CAR e do PRA, o cadastro que, quando feito e respondido pelo Estado, dá origem a um Programa de Regularização Ambiental. Portanto, é uma possibilidade para que o proprietário de terra identifique os problemas ambientais na sua propriedade e possa regularizá-la. Vejam que bom! Mas o problema é que à medida que o Estado brasileiro vai adiando, adiando, adiando, começa-se a fazer o seguinte: descumprir vale a pena. Por que é que eu vou cumprir a legislação ambiental se na verdade o tempo inteiro nós temos adiamento?

Alega o Relator que o problema neste caso é culpa do próprio Estado, que não valida os cadastros. Ora, nós não podemos esquecer que o Estado é formado por pessoas, pessoas que têm interesses, interesses econômicos, interesses de classe. Muitas vezes, o Estado não o faz porque de fato não interessa àquelas mesmas pessoas que a fiscalização ambiental se complete.

Por isso, a bancada do PSOL é contrária. A bancada do PSOL é contrária a que continuemos a estender prazos, estender prazos e não assumamos a responsabilidade de resolver o passivo ambiental que nós temos. E mais: isso acaba inviabilizando a possibilidade de aplicação do Código Florestal. E as emendas, entre elas uma que entrou agora, são um ataque frontal à Mata Atlântica.

Por essas razões nós do Partido Socialismo e Liberdade votaremos contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Para discutir contrariamente, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Quero, primeiro, lamentar profundamente que essa matéria tenha voltado na tarde de hoje. Ontem conseguimos o adiamento, e eu tinha expectativa...

Esta é uma medida provisória editada pelo Bolsonaro nos 45 minutos do segundo tempo. Graças ao povo brasileiro, nós o derrotamos nas urnas. Enfim, eu acho que, um pouquinho antes de fugir para os Estados Unidos, ele fez medidas provisórias que obviamente facilitavam, no caso, uma anistia para os desmatadores. Trata-se disso.

Pela quinta vez consecutiva se adia o prazo para que aqueles que desmataram, que descumpriram o Código Florestal, entrem no Cadastro e possam se regularizar, com a extensão do prazo. É um parabéns aos desmatadores. É um estímulo para o desmatamento em um País que lamentavelmente viu, nos últimos anos, uma escalada de desmatamento, de destruição da Floresta Amazônica, de destruição de vários biomas com um conjunto de "jabutis".

Não contentes com um projeto que alarga ainda mais o prazo para os desmatadores, vêm as emendas "jabutis", que, na prática, inviabilizam a Lei da Mata Atlântica e fazem com que se torne, na prática, impossível o desmatamento zero, que é o que queremos todos nós, quer dizer, todos nós que temos compromisso ambiental com uma perspectiva de defesa do meio ambiente e de responsabilidade diante de um Planeta que pede socorro.

Basta ver o último relatório do IPCC para ver o risco real e concreto do futuro da humanidade, com o aumento das temperaturas médias do Planeta, que, claro, diante do desmatamento e da desigualdade social, recaem sempre sobre os mais pobres, quando há chuvarada fora de época, quando há secas. Quem sofre a consequência disso são justamente aqueles que já sofrem com a desigualdade social estrutural.

Então, essas emendas, Presidente Lira, nem poderiam ter sido admitidas por V.Exa. Há "jabuti" gigante! "Jabuti" para dar presente para grileiro, para facilitar a vida de grileiros e para dificultar a implementação da Lei da Mata Atlântica.

Por isso, entidades ambientais muito importantes estão mobilizadas, para que essas emendas sejam rejeitadas. Mas vou além, Presidente Lira: V.Exa. não poderia admitir essas emendas, que são alheias ao texto, são verdadeiros "jabutis" e, obviamente, são muito nefastas ao País.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem, para discutir a favor da matéria. *(Pausa.)*

Para discutir contrariamente, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Lira, Deputadas, Deputados, assessores, todos que viabilizam esta sessão e a acompanham, o Código Florestal de 2012 foi objeto de muito debate, de muita discussão aqui. Pude participar dele exercendo mandato. Ele representou um avanço, sem dúvida. Passou a ter alguma regulação a ocupação de terra no Brasil.

Discordo daqueles que consideram a Reserva Legal de 20% uma demasia. Não é a sétima maravilha do mundo, até porque ela, em geral, não existe, mas foi o código possível dentro da compreensão do Brasil, da sua biodiversidade, do entendimento do uso e ocupação do solo, da estrutura fundiária.

É bom lembrar que o prazo para inscrição do cadastro ambiental já foi prorrogado por seis vezes e que para a inserção no Programa de Regularização Ambiental essa prorrogação já aconteceu por cinco vezes.

Um lado, de fato, deriva das dificuldades da própria máquina pública. Há uma plataforma federal para a inserção no programa e para avaliação dos dados do cadastro que não é utilizada por pelo menos oito Estados, que, por sua vez, não viabilizam a sua — pelo menos parte desses Estados. Então, há dificuldades do ente público, sim. Agora, a política do facilitário não é neutra nem é apenas algo com intuito desburocratizante. Ela obedece a interesses.

E há muita preocupação da nossa parte quanto a essa nova prorrogação, notadamente no que tange a emendas que essa medida provisória, no seu projeto de conversão, está acolhendo, sobretudo as que afetam diretamente a nossa Mata Atlântica, esse bioma tão açoitado e tão importante.

Portanto, há uma concepção, na nossa maneira de ver, que aproveita uma dificuldade real do avanço, ainda pequeno, do Cadastro Rural e do Programa de Regularização Ambiental para se facilitar a vida de quem não tem compromisso ambiental. Trata-se, portanto, de uma flexibilização que nós consideramos nefasta, nociva e ruim para o interesse público e para o interesse do ambiente que devemos preservar no Brasil.

Nosso voto será "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para falara favor, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim. *(Pausa.)*

Deputada Sâmia, por favor, o Deputado Capitão Alberto Neto vai falar a favor da matéria.

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro quero parabenizar o nosso Relator, pois avança muito na regularização ambiental em nosso País, que é uma verdadeira problemática. Nós temos famílias que precisam dessa regularização para continuar seu negócio, para ter seu título de terra, para poder crescer e prosperar, alimentar o nosso povo e ajudar a fazer o nosso País crescer.

Infelizmente, têm acontecido alguns descasos desse Governo, falta de sensibilidade, e inicialmente nós ficamos até pasmos. Principalmente os pequenos agricultores, colonos, pessoas que têm até quatro módulos fiscais hoje estão sendo atacados por esse Governo.

Primeiro, o agronegócio está sendo atacado: o Presidente da APEX vai à China para falar mal do agronegócio; é um absurdo isso. Segundo, o IBAMA agora está perseguindo colonos no nosso País, pequenos agricultores, pequenos pecuaristas, que precisam da regularização fundiária.

E eu venho trazer uma emenda, dentro desse brilhante relatório, esse avanço na nossa regularização ambiental, para ajudar os pequenos agricultores e peço sensibilidade ao Relator para que possa pensar em uma subemenda, em acatar nossa Emenda nº 15, que está destacada, porque, caso isso não seja possível, nós vamos querer ir para o voto.

Quero dizer que as pessoas estão sofrendo. Pequenos agricultores do nosso País precisam desse título da terra para crescer, comprar maquinário, contratar mais gente, alimentar sua família e alimentar o nosso País, porque quem alimenta o País, principalmente, é agricultura familiar.

Eu peço sensibilidade ao Governo para que possa pensar nos menores, nos pequenos, e não escravizá-los, mas, sim, libertá-los. É a liberdade dos pequenos é ter o título da mão, para que possam, tendo seu título, ir ao banco, ter o seu crédito e continuar com a sua vida digna. Nós queremos dignidade, nós queremos liberdade para os colonos, para os pequenos proprietários, pessoas que têm até quatro módulos fiscais de terras.

Presidente, eu peço que continuemos; que o Relator tenha sensibilidade e, com a ajuda do Governo, possa ajudar os pequenos agricultores do nosso País, com a Emenda nº 15, que está destacada. Caso isso não seja possível, nós vamos tentar ir para o voto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Concedo a palavra à Deputada Sâmia Bomfim, para falar contrariamente à matéria.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, quero dizer que o mundo vem debatendo a necessidade de se rever essa lógica de destruição ambiental. É necessário, para se pensar o progresso e a produção, ter responsabilidade com o meio ambiente.

O Brasil, Deputado Tarcísio, acabou de participar da COP15, está pleiteando sediar a COP16 e faz muitos acordos, promessas, entre elas, a do desmatamento zero. Essa é uma meta, é uma necessidade, é uma expectativa mundial, inclusive, pelo papel que o Brasil pode ocupar no que diz respeito à reversão dessa lógica global de destruição ambiental.

Pois bem, nesse projeto acabou de ser inserida uma emenda que fere completamente a Lei da Mata Atlântica. Na prática, significa não cumprir a meta de desmatamento zero, porque, com o pretexto de liberar obras de infraestrutura, permite um avanço sobre a vegetação em estágio inicial. Permite que ela possa ser devastada quando ainda se está iniciando um processo de recuperação. Isso é gravíssimo e acabou de ser incluído nessa medida provisória.

Para além disso, adia pela sexta vez a possibilidade de entrada no CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, e pela quinta vez, no PRA, que é o Programa de Regularização Ambiental, o que, de modo geral, seria uma prestação de contas, uma regularização das condições ambientais dessas propriedades rurais, para que possam seguir se beneficiando do que prevê o Código Florestal.

Aliás, a sua modificação, em 2008, foi objeto de muitas críticas, inclusive, da nossa bancada, a bancada do PSOL, que esteve na linha de frente nesse sentido. Então, há uma ampliação da possibilidade de anistia para aqueles produtores que não têm preocupação com as consequências ambientais. Não se tem um mapeamento. E muitos vão dizer: *“Mas a responsabilidade é do Estado, que paralisou e que, portanto, precisa da ampliação desses prazos”*. Sim, isso precisa ser denunciado. Quem foi que desmontou os órgãos de fiscalização ambiental nos últimos anos e perseguiu, inclusive, servidores públicos que atuam nos órgãos em defesa do meio ambiente? E agora, com uma medida provisória, no final do ano, depois de ter perdido as eleições, quis seguir tocando essa agenda de destruição ambiental, que foi derrotada nas urnas e que não diz respeito, inclusive, aos acordos internacionais — o descumprimento desses acordos traz, inclusive, uma consequência econômica e comercial importante para o Brasil. Agora querem enfiar isso na medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Ricardo Salles.

**O SR. RICARDO SALLES** (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um assunto que vem sendo tratado — vejo nas manifestações dos colegas — muito sob a ótica teórica do que pode representar uma ou outra medida, mas, para quem esteve até recentemente à frente da Pasta ambiental, inclusive em parceria com o Ministério da Agricultura, que tinha o Serviço Florestal Brasileiro sob a sua jurisdição, essa é uma questão bastante crítica e tangível. Nós precisamos dar segurança jurídica aos proprietários de áreas inferiores a quatro módulos e superiores a quatro módulos, para que eles possam regularizar a sua propriedade, através da inscrição no CAR, e aderir ao Programa de Regularização Ambiental, que, quer me parecer, estava mais adequado no Serviço Florestal Brasileiro enquanto localizado sob o manto do Ministério da Agricultura.

Mas, feita essa alteração estrutural do Governo Federal, sendo esse um fato, não anula a questão de que as dificuldades de regularização vêm sendo criadas, como reconheceram alguns Parlamentares, pelos próprios Estados da Federação, de tal modo que transferir ao produtor rural, ao proprietário de quatro módulos ou mais, o ônus de o seu Estado não ter aderido ao SICAR e não ter um sistema compatível para a regularização não é a medida mais adequada.

Os Estados em que essas propriedades estão localizadas são os principais responsáveis pelo entrave administrativo que os proprietários não conseguem suplantar, razão pela qual é medida de justiça desta Casa que nós tenhamos mais prazo para que esses proprietários, sobretudo nos Estados em que o ente administrativo não fez a sua lição de casa, possam ter mais prazo para se regularizar. Não é justo que o pequeno produtor, proprietário de área inferior a quatro módulos, tampouco aquele que tenha área superior a quatro módulos, se vejam obrigados a cumprir um prazo que o seu próprio Estado, ente federativo, não lhes permitiu, razão pela qual a medida ora apresentada é de fundamental importância.

Parece-nos ainda mais adequado que o prazo seja dezembro de 2024, e não de 2023, porque a experiência mostra que os Estados não conseguirão colocar de pé os seus sistemas estaduais até o final deste ano, e a única opção que lhes restaria, portanto, seria aderir ao sistema federal, e muitos não querem fazê-lo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Peço a veiculação desta fala no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Nilto Tatto. Após o Deputado Nilto Tatto, concederei a palavra ao Deputado Airton Faleiro, o último a falar a favor da matéria.

**O SR. NILTO TATTO** (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, o Código Florestal, nos últimos 30, 40 anos, talvez tenha sido a maior concertação política já comandada e ocorrida nesta Casa, no Congresso Nacional, fruto de um diálogo aprofundando, intensivo entre setores da agricultura e também do movimento ambientalista. Portanto, é um ponto termos chegado a uma concertação.

Como resultado, inclusive daquele diálogo, foram criados o Cadastro Ambiental Rural — CAR e o Programa de Regularização Ambiental. Como fruto disso, chegou-se à conclusão, no acordo, de que o Brasil precisaria recuperar pelo menos 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente.

A recuperação dessas Áreas de Preservação Permanente não se dá por uma questão político-ideológica, mas para a produção de água para o enfrentamento da crise climática.

O Estado não consegue se organizar, o poder público não consegue se organizar para dar conta de fazer isso valer. Então, há uma dívida do poder público, evidentemente. E todo ano se prorroga o prazo para que os proprietários, e todos, façam o seu cadastro e se comprometam a fazer a recomposição do passivo ambiental, se houver.

Eu estou dizendo isso porque o próprio movimento ambientalista — e estou falando na condição de Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista —, no caso da medida provisória que trata especificamente de prorrogar mais uma vez o prazo para o CAR, fez uma série de contribuições no sentido, primeiro, de tornar essa uma ação permanente, sem prazo, e criar mecanismos, políticas que avancem na implementação dos programas de recuperação ambiental. Afinal, nesses anos todos de CAR, desde o Código Florestal, nós avançamos muito pouco na recuperação dessas áreas degradadas. E o movimento ambientalista foi nesse sentido.

Eu quero inclusive parabenizar o Relator, o Deputado Sergio Souza, que incorporou muitas dessas ideias nessa perspectiva positiva e quero dizer que o relatório apresentado e lido pelo Deputado Sergio Souza vai nesse caminho. O problema é o outro relatório que vai ser incorporado agora às emendas de Plenário, em especial à Emenda nº 1, que praticamente acaba com a Lei da Mata Atlântica — como a Deputada já disse — e não dialoga e não tem nada a ver com a prorrogação do Cadastro Ambiental Rural.

Então, é um jabuti o que está sendo acordado para ser colocado aqui, uma emenda que praticamente se acaba.

O que eu peço encarecidamente é que não aceitem...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Airton Faleiro.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero falar dos desafios do desenvolvimento do nosso País, partindo, sim, do que o mundo debate hoje: a necessidade de produção de alimentos.

Pesquisas da EMBRAPA dão conta de que, em 2030, precisaremos produzir 35% a mais de alimentos para o mundo. Vejam o desafio do Governo do Presidente Lula para produzir alimentos para superar a fome de 32 milhões de pessoas!

Sim, mas, em nome disto, podemos avançar nas florestas, podemos destruir o ambiente? Não! Nossa defesa é no sentido de que devemos produzir alimentos com responsabilidade ambiental, com responsabilidade de ajudar a matar a fome no nosso País. O texto lido pelo Deputado Sergio Souza vai nesse rumo.

Não somos contra o aumento do prazo para adesão no Cadastro Ambiental Rural, à regularização ambiental. Não somos contra. Temos de dar ao agricultor, em especial ao agricultor familiar, que não teve esta oportunidade, a chance de se regularizar. Então, ao texto colocado, somos favoráveis.

Ocorre, como disse o Deputado Nilto Tatto, doutor nesta matéria, que o problema é a segunda parte. A segunda parte são emendas, inclusive emendas de Plenário, que estão rodando aqui, com problemas, em especial no que diz respeito à Mata Atlântica. Se aprovarmos essas emendas, vamos permitir a supressão vegetal de área de proteção ambiental. Vamos tirar o papel dos governos de Estado e repassá-lo para os governos municipais. Isto é problema, mas, para mim, é num segundo momento que temos de discutir isso.

Queria pedir a todos sensibilidade para que aprovemos este texto e trabalhemos para rejeitar essas emendas. Nós do Partido dos Trabalhadores e do Governo do Presidente Lula nos sentimos no direito de vetar o que não for compatível com o que estamos aprovando no texto principal.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Declaro encerrada a discussão.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário apresentadas à medida provisória conforme o § 1º do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, para tratar da questão de emendas. Acho adequado fazê-lo antes da leitura do relatório.

A base da minha questão de ordem é o art. 62 da Constituição Federal, conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, além do disposto nos arts. 55; 100, §3º; 119; 125 do Regimento Interno, combinados com o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Trata-se de duas emendas que não têm nada a ver com a matéria, Presidente. São dois jabutis aqui colocados e que nem deveriam ter sido aceitos pela Mesa. Por isso, quero fazer esta questão de ordem.

A primeira das emendas é o Destaque nº 2, no sistema, que trata de outra lei que não a Lei da Mata Atlântica. Trocando em miúdos o conteúdo nefasto da emenda, ela permite acabar com a vegetação em estágio inicial, o que é gravíssimo. Mas, além da gravidade, do tamanho do ataque e de tornar inviável, impossível o desmatamento zero da nossa Mata Atlântica — lembrando que já foi muito devastada no Brasil e perdeu enormemente essa grande vegetação —, aqui nós estamos tratando do Código Florestal. Não é a mesma lei. Então, obviamente, é uma emenda que não tem nenhuma relação com a matéria, e já há interpretação do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

A segunda emenda, Presidente, trata de regularização fundiária. É inacreditável uma matéria que trata de regularização fundiária, permitindo que grileiros regularizem terras — grileiros sem titularidade da terra e, ainda, grileiros desmatadores —, ser inserida em uma proposição que não trata de regularização fundiária, que não trata de matérias dessa natureza.

Por que nós estamos fazendo esta questão de ordem neste momento? Porque V.Exa. não pode aceitar que essas emendas sejam protocoladas e tampouco destacadas. Nós vamos fazer o combate político em relação ao adiamento do CAR — já é a quinta vez — e vamos ao voto.

Nós achamos que isso é um absurdo, como já disseram vários colegas. Inclusive, ouvi o Exterminador do Futuro, responsável por grande parte do desmonte dos órgãos ambientais que ajudariam a regularizar e a garantir a recomposição de áreas desmatadas, desflorestadas, e, como Ministro do Meio Ambiente, responsável pela destruição de todos os órgãos ambientais.

Independentemente disso, trata-se de Código Florestal, e nós vamos ao voto. Agora, essas duas emendas, que tratam da Lei da Mata Atlântica e de regularização fundiária, dando benesses para grileiros, certamente são jabutis.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR) - Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para contraditar a questão de ordem, tem a palavra o Deputado Relator Sergio Souza.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro que a medida provisória trata de maneira ampla do Código Florestal. Assim sendo, qualquer dispositivo que venha a ser sugerido pelo colegiado é apreciado pelo Relator e, não sendo acatado em seu relatório da Comissão Mista, cabe ao partido daquele colega Parlamentar fazer os destaques.

As emendas de Plenário são analisadas depois de lido e apreciado o relatório, terminada a discussão do Relatório da Comissão Mista. Nós fizemos um debate sobre cada uma dessas emendas não só com o Relator, mas com o partido e o Líder daquele partido cujo Parlamentar apresentou essas emendas, além do Líder e da Liderança do Governo e, ainda, os representantes do Ministério do Meio Ambiente.

Ali foi promovido um acordo, Sr. Presidente, e o acordo que nós promovemos para acatar essas emendas foi o de que as colocaríamos nos textos como acatado pelo Relator, mas sem o compromisso por parte do Governo de sanção. Além disso, ficou acordado que, se houver veto, há o compromisso de manter o veto. Esse foi o acordo para que nós pudéssemos avançar na aprovação desta MP e das outras duas que nós temos para votar na noite de hoje ainda.

Eu peço a compreensão do Plenário, porque todos os partidos representados pelo Governo e os partidos que estão aqui representados como autores dessas emendas promoveram um acordo nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputada Fernanda Melchionna, com todo o respeito à questão de ordem levantada por V.Exa., a matéria foi enviada ao Relator, que a admitiu como parte abrangente do texto. No sentido sempre amplo em que a Mesa avalia as questões não restritas e fechadas, a matéria tem pertinência.

Portanto, além disso tudo que ele explicou, a votação dessa matéria nem sequer tem a garantia de sanção do Governo, porque há pensamentos divergentes. Então, não dou provimento à questão de ordem de V.Exa.

Para oferecer parecer, com a palavra o Deputado Sergio Souza.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no nosso parecer complementar analisamos as emendas de Plenário à Medida Provisória nº 1.150, de 2022, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Código Florestal Brasileiro, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Em síntese, a MP altera o parágrafo 2º do art. 59 do Código Florestal para prorrogar o prazo da adesão ao Programa de Regularização Ambiental e alterar a sua forma de contagem.

Consoante a exposição de motivos, assinada em conjunto pelos então Ministro do Meio Ambiente e Ministro da Agricultura, em 19 de dezembro de 2022, a medida provisória se justifica por ter pertinência com a urgência e o seu mérito.

Fazemos aqui o parecer às emendas de Plenário, Sr. Presidente.

"Voto do Relator

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 4 emendas de Plenário.

A Emenda nº 1 busca alterar o art. 14 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que estabelece hipóteses e condições de supressão vegetativa em região de Mata Atlântica.

A Emenda nº 2 busca acrescentar dispositivo à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como Código Florestal, para dispor sobre a zona de amortecimento de unidades de conservação em áreas urbanas.

A Emenda nº 3 busca acrescentar dispositivo à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como Código Florestal, para dispor sobre a consolidação do uso em áreas de preservação permanente em zonas urbanas.

A Emenda nº 4 amplia para 1 ano o prazo de 180 dias estabelecido pelo PLV no art. 59, § 2º.

Após um amplo diálogo com diversos Líderes partidários" e de um acordo promovido com o Líder do Governo, que fala em nome do Governo neste Parlamento, "entendeu-se pelo acatamento das três primeiras emendas. No que se refere à quarta emenda, deixamos de acatá-la por haver acordo pela manutenção do prazo original fixado na medida provisória.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e, no mérito, pelo acatamento das Emendas nºs 1, 2 e 3, na forma da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Conversão, de 2020, que ora apresentamos, e pela rejeição da Emenda nº 4."

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Passa-se à votação.

Lista de encaminhamento.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Kim Kataguiri. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Bibi Nunes. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. NILTO TATTO** (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente, eu, na verdade, me inscrevi para encaminhar contrariamente a esse relatório e não consegui alterar minha inscrição. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Há mais um para falar a favor.

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Airton Faleiro.

V.Exa. vai encaminhar a favor, Deputado Airton Faleiro?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, na verdade, vou praticamente repetir o que disse anteriormente, para que fique muito nítido o nosso posicionamento.

Nós estamos discutindo há tempos essa matéria. Nós temos muita responsabilidade com a agricultura brasileira e, em especial, com a agricultura familiar. Nós temos a responsabilidade de produzir alimentos para matar a fome do povo brasileiro. Nós temos a responsabilidade de produzir alimentos saudáveis, sem envenenamento, mas temos a responsabilidade de fazer essa produção de forma compatível com o meio ambiente. Aliás, quem buscar continuar trilhando outro caminho já está pagando o preço do rompimento de contratos internacionais. Este é o nosso entendimento.

Nós queremos dar prazo, sim, para que a agricultura, em especial a agricultura familiar, possa fazer adesão ao cadastro ambiental.

Nós escutamos a leitura do texto principal do Relator, que, como eu disse, caminha no rumo correto. No entanto, além da emenda retirada pelo Deputado Sergio Souza — por cujo trabalho eu parablenizo. —, que vai para debate e à qual somos contrários, nós também temos problema com outras emendas incorporadas, mas nem por isso a nossa bancada vai votar contrariamente à medida provisória. Nem por isso o nosso Governo é contrário à medida provisória, mas nós declaramos, mais uma vez, que, fugindo do que foi construído no texto principal, a partir dessas emendas, nós nos damos o direito e, até — diria eu —, quanto às emendas complicadas, orientaremos pelo veto do Presidente Lula.

Inclusive, queremos contar com aqueles Parlamentares e aquelas Parlamentares que querem um País que produza alimentos com sustentabilidade e responsabilidade ambiental para que nos acompanhem para manter o veto do Presidente Lula, porque, do jeito que está ficando, não teremos outro caminho.

Então, fica aqui o nosso posicionamento: votaremos a favor do texto e contrariamente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna, para encaminhar contrariamente à matéria.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Relator, primeiro, nós seguimos firmes no entendimento de que não se podem aceitar jabutis na Câmara dos Deputados. Não foi uma, nem duas vezes que isso aconteceu. Ao longo de alguns anos nós vimos denunciando essa prática, e aqui há um jabuti gigante, e nós fomos surpreendidos agora com a incorporação dele por V.Exa. ao texto-base.

Então, não é um destaque que vai destruir a Mata Atlântica; é o texto-base que vai ser votado nesta Casa. É importante alertar os Parlamentares. O que está sendo votado agora no texto, os pressupostos da MP convertida em PLV, é justamente a possibilidade de acabar com a Mata Atlântica em estágio de vegetação médio e avançado para fazer grandes obras de infraestrutura, botando na lata do lixo o acordo que o Brasil fez na COP e inviabilizando chegar, sim, à meta do desmatamento zero.

Essa emenda vai permitir o aumento do desmatamento do bioma e, como eu disse, impedir que honremos o nosso compromisso de desmatamento zero. E esse é um dos biomas mais atacados, mais diversos, que, em uma matéria absolutamente diferente, tem uma emenda, agora incorporada ao relatório final.

É claro que nós vamos seguir a posição política do partido de votar contra esse texto, pelos motivos já explicados por vários Parlamentares que falaram em relação ao protelamento e à anistia aos desmatadores. Parece um protelamento *ad infinitum*.

O Estado não cumpre a sua responsabilidade, porque não prioriza a agenda ambiental. Aliás, com o exterminador do futuro, que está por aí no plenário, desmontou a agenda mais ainda. Desmontou o IBAMA, o ICMBio e todos os órgãos ambientais. Cortou verba de combate a incêndios, cortou verba de fiscalização, puniu e tirou servidores que tentavam batalhar pelo meio ambiente durante o Governo Bolsonaro. Desmonta a estrutura ambiental e vem de novo, pela sexta vez, ampliar o prazo.

Isso é licença para desmatar. Além de dar a licença para desmatar, é claro, consegue piorá-la com esse jabuti gigante, que, não deveria, na nossa opinião, sequer ser aceito por tratar de uma matéria para a qual existe uma lei específica. Esta lei foi fruto de uma luta enorme das entidades ambientais — da SOS Mata Atlântica e de todas as ONGs e entidades — que, ao longo dos anos, vêm fazendo a denúncia e lutando pelo meio ambiente brasileiro, e que, agora, com esse jabuti, é atacada frontalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir contra, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Nós entendemos que a incorporação ao texto-base da MP daquilo que, a princípio, era apresentado como um destaque tornou a situação ainda mais grave. Agora, nós não estamos discutindo somente uma nova ampliação de prazos, no caso do CAR, pela quinta vez, e, do PRA, pela sexta vez,

para a possibilidade de adequação das normas ambientais para seguir tendo acesso àquilo que o Código Florestal garante como benefício para os produtores rurais, ou seja, a anistia diante de eventuais crimes ambientais que possam cometer.

Nós estamos falando também de uma medida provisória da qual vai sair no seu texto aprovado o ferimento da legislação relativa à Mata Atlântica no Brasil. Isso, na prática, significa descumprir com uma meta primordial para o nosso País, ainda mais num contexto em que a temática ambiental é parte de acordos comerciais e internacionais. Ela determina inclusive os eventuais riscos econômicos para o nosso País, porque, à medida que se compromete, por ser signatário, com algumas metas que fazem parte desses acordos, e não as cumprem, significa que podem ser devidamente aplicadas sanções.

Como eu disse, nós fomos parte da COP 16, lutamos para sediar a COP 15 e lutamos para sediar a COP 16, inclusive apresentando a cidade de Belém como uma possível sede. Nós lutamos por isso, mas, para isso, nós precisamos ser exemplares no combate à destruição ambiental e também na preservação da nossa mata nativa. E a Mata Atlântica, que já passou por um processo histórico de destruição, agora, através do texto-base da medida provisória, pode sofrer esse novo retrocesso.

Nós nem conseguimos ver a possibilidade de fazer este destaque, mas a luta continua. Há pressão inclusive para que essa parte do texto possa ser vetada mais adiante. Esta vai ser a nossa disputa, tendo em vista que foi esta a articulação que se deu para garantir este texto-base.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

Passa-se ao mérito.

Em votação a Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator ao Projeto de Lei de Conversão, ressalvados os destaques. Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/Republicanos/Podemos/PSC? (*Pausa.*)

Como orienta o PL?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL é a favor da matéria, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Federação PT/PCdoB/PV?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós orientamos a favor da matéria, mas, usando o meu tempo, ressalvado o direito de veto, porque as emendas incorporadas ao texto complicam, no nosso entendimento, o que vinha sendo construído.

Então, toda a liberdade de veto pelo Presidente Lula.

Obrigado.

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES) - Eu peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Nós estamos em orientação. Não cabe pedido para falar pela ordem. Nós estamos em processo de votação.

Como orienta o União Brasil?

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Progressistas?

**O SR. GERLEN DINIZ** (PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Federação PSDB/Cidadania?

**O SR. ADOLFO VIANA** (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PDT?

**O SR. DORINALDO MALAFAIA** (PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSOL/REDE?

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde 2006, quando passou a vigor a Lei da Mata Atlântica, as tentativas para minimizá-la, derrubá-la, apequená-la são sucessivas e, na maior parte de vezes, através de jabuti, que é um bichinho muito simpático, mas, no jargão legislativo, é muito nefasto.

E, agora, parece que se conseguiu. Lamentavelmente, no terceiro mês do Governo Lula, um jabuti contra a Mata Atlântica, que inclusive trama contra a sua preservação de vegetação primária e secundária, vai ser incorporado ao texto.

O nosso voto da Federação PSOL/REDE é convictamente "não". Isso é muito nefasto e isso trama contra a preservação da Mata Atlântica.

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES) - Presidente, o bloco orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O Bloco MDB orienta "sim".

Como orienta o Avante? (*Pausa.*)

Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como o Patriota? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO?

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o NOVO orienta "sim".

Nós achamos que há uma evolução, uma vez que não estamos penalizando nem o proprietário nem o produtor rural por uma ineficiência do Estado.

Então, nós estamos alinhados, e o nosso voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PSB?

**O SR. BANDEIRA DE MELLO** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo?

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo orienta "sim".

E queria aqui esclarecer o acordo que foi feito — parablenizo o Relator, Deputado Sergio Souza — com o nosso Líder José Guimarães, Líder Elmar Nascimento, Deputado Rodrigo de Castro, em que o Relator acatou algumas emendas, porém sem compromisso de sanção pelo Governo.

E, havendo veto, o compromisso que foi construído é de que nós mantenhamos o veto aqui nesta Casa. Há divergência no posicionamento do Governo em relação a essas emendas, por isso foi construído esse acordo, fazendo o gesto de o diálogo político continuar com o Executivo. Portanto, deixamos claro que, havendo veto nas emendas que foram acatadas, nós combinamos que manteríamos o veto se eventualmente for feito pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO, CONTRA OS VOTOS DO PDT, PSOL E PSB.

Destaque de Bancada nº 5, do PL:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4 apresentada à MPV 1.150/2022, que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa".*

*Sala das Sessões*

*Altineu Côrtes — Líder*

*PL/RJ*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Daniel Agrobom. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como orienta o PL?

**O SR. RICARDO SALLES** (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta a favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Bloco MDB/PSD?

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O MDB orienta "não".

Como orienta Federação PT?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa orientação é contra essa emenda, contra esse destaque, pelas razões já explicadas durante o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - A Federação orienta "não".

Como orienta o União Brasil?

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (UNIÃO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - União Brasil, "sim".

Como orienta o Progressistas?

**O SR. GERLEN DINIZ** (PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "não", Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Eu já vou abrir aqui a votação nominal.

Nesta matéria há partidos que podem pedir verificação?

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não houve acordo no blocão, e eu vou liberar o bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O Bloco MDB/PSD libera a bancada.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Lembro às Lideranças que nós estamos sob efeito administrativo nas votações.

Como orienta a Federação PSDB/CIDADANIA?

**O SR. ADOLFO VIANA** (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Federação PSDB/CIDADANIA, "sim".

Como orienta o PDT?

**A SRA. DUDA SALABERT** (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PDT orienta "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - PDT, "não".

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL/REDE, Deputado Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aqui é prorrogação dentro da prorrogação, ampliando o prazo para até 1 ano, beneficiando o infrator, tornando a lei letra morta. É uma demasia, uma generosidade, um facilitário para quem não cumpre o seu dever ambiental.

Portanto, a Federação PSOL/REDE, por convicção novamente, é absolutamente contrária a esta emenda e vai votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Avante? *(Pausa.)*

Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO, Deputada Adriana Ventura?

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Todos já votaram no plenário? Haverá efeito administrativo.

Se eu encerrar sem votação... *(Pausa.)*

**O SR. BANDEIRA DE MELLO** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSB, por favor.

O PSB orienta "não". *(Pausa.)*

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero orientar pelo Governo.

O Governo orienta "não", porque compreende que não há sentido em ampliarmos para 1 ano o prazo de inscrição no cargo. Então, pedimos aos colegas que votem "não" à emenda e "sim" ao texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos já votaram no plenário? *(Pausa.)*

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vai atingir o quórum, pelo ritmo...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Mas a turma vai reclamar no fim do mês. Quando atingir o quórum... *(Pausa.)*

Vamos encerrar.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 150;

NÃO: 122;

TOTAL: 272.

ESTÁ APROVADA A EMENDA.

Destaque de Bancada nº 3:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 15 apresentada à MPV 1.150/2022, que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa".*

*Sala das Sessões*

*Altineu Côrtes — Líder*

*PL/RJ*

Para encaminha a favor, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto.

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Presidente, serei muito rápido, pois já falei no início. Essa emenda trata de ajudar o pequeno agricultor. Pequenos agricultores do nosso País precisam ser libertos. Essa emenda vai ajudar a libertar e não a escravizar.

Nós queremos ajudar o pequeno agricultor, aquele que tem até quatro módulos fiscais, a ter a chance de se regularizar. É apenas isso. Eu peço a todos que tenham sensibilidade. Este assunto não é questão de esquerda, não é questão de direita; é um assunto técnico. As pessoas estão agora no sol, na sua lavoura, na sua pecuária. São pequenos agricultores que estão

trabalhando para sustentar a sua família, para levar comida para nossa mesa. Esses agricultores merecem a nossa atenção, o nosso respeito e o nosso suor aqui no plenário para aprovarmos essa emenda e os ajudarmos a se regularizarem, a terem seu título.

Quando você dá o título ao pequeno agricultor, você está dando liberdade para ele. Com esse título, ele vai ao banco, pega um crédito, amplia e moderniza a sua lavoura, a sua pecuária, e aí ele consegue fazer a sua regularização ambiental, ele tem mais condições. Nós estamos aqui dando condições aos pequenos agricultores do nosso País. Eles são brasileiros. Eles merecem respeito. Eles merecem ser libertos. Eles merecem o título da sua terra.

Muito obrigado, Presidente.

Eu peço ajuda ao Plenário para votarmos esta emenda, que não é de esquerda, nem de direita; essa emenda é do agricultor familiar do nosso País.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para orientar contra, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu reitero: acho um erro votarmos essa matéria. No relatório foi incorporada a emenda que destrói a Mata Atlântica. É claro, tem que haver o veto. Pelo menos, isso foi anunciado, os Deputados me falaram que o Governo tinha o compromisso de vetar. No entanto, incorporar isso ao texto é deixar o flanco.

E há mais do que isso: esta é uma medida provisória que expira só em 1º de junho. Haveria prazo para construir uma mobilização com as entidades, para não deixar a bancada ruralista passar o trator, como fez na última emenda, ampliando o prazo agora, e como se quer fazer no Destaque nº 3, que é justamente um daqueles de que nós falávamos em relação à questão da regularização fundiária.

Esse destaque determina que o INCRA vai verificar os requisitos legais para a regularização fundiária de imóveis com quatro módulos fiscais por meio da análise do requerimento do ocupante e dos demais documentos que instruem o processo administrativo e dispensa os imóveis com área inferior a quatro módulos fiscais da obrigatoriedade de adesão ao PRA antes da outorga do título de domínio.

Trata-se de uma matéria de regularização fundiária, e não de Código Florestal. Além disso, promove a grilagem. Nós estamos falando aqui de uma emenda que ajuda a promover a grilagem, pois hoje é preciso apresentar CAR ou PRA em áreas com termo de embargo ou infração ambiental. A anistia dessa obrigatoriedade é para terrenos com até quatro módulos.

Assim, ao acabar essa regra, a emenda permite que a regularização aconteça com a mera apresentação do CAR. Hoje, se a área tem termo de embargo ou infração ambiental, o processo fica parado até o interessado apresentar o projeto de recuperação da área degradada ou o TAC — Termo de Ajustamento de Conduta. Apenas depois disso, o INCRA pode dar andamento à titulação.

Então, isso é um completo absurdo, é um jabuti gigante. Vai-se titular área desmatada. Vai-se dar titulação para área desmatada, sem exigir absolutamente nenhuma medida de recuperação ambiental.

Portanto, o PSOL orienta contra esse destaque e, é claro, alerta as entidades que vamos ter que fazer uma luta muito grande para que isso não se torne lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Orientação de bancada.

Todos estão a favor do destaque? (*Pausa.*)

Como orienta o Bloco MDB/PSD?

Por favor, Deputados, peço certa agilidade, pois nós temos ainda mais duas medidas provisórias.

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco libera, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O MDB libera.

**O SR. FLORENTINO NETO** (Bloco/PT - PI) - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Bloco do PL?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só refutar o discurso da Deputada Fernanda Melchionna, nossa colega, porque, na verdade, estamos criando um ciclo vicioso. Ele é pequeno agricultor, existe um embargo ambiental, e ele é pequeno. O pequeno agricultor tem muita dificuldade. Ele não tem crédito. Ele tem dificuldade de fazer o projeto. Estou falando de pequenos agricultores. Com o título na mão, com

a regularização da terra dele, ele vai ter condições de resolver o seu passivo ambiental. Vamos dar a ele condições para que resolva o seu passivo ambiental. Agora, se não dermos essas condições, a área vai continuar desmatada, não vai haver compensação ambiental no nosso País. Então, devemos quebrar esse ciclo vicioso e dar liberdade ao pequeno agricultor. Então, quem votar "sim" está votando a favor do pequeno agricultor do nosso País.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta a Federação...

Como foi a orientação do PL, porque o painel aqui não pegou? (*Pausa.*)

Como orienta o PL, Deputado Capitão Alberto Neto?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM) - O PL orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Pode abrir o painel, por favor.

Como orienta a Federação PT/PCdoB/PV?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos contrariamente ao destaque.

E eu quero mencionar dois problemas que constam nesse destaque. Primeiro: ele contradiz o discurso do Relator, que disse que retirou as emendas que não estavam em sintonia com a regularização ambiental. Essa medida trata de regularização fundiária. Uma coisa é o que se discursa, outra coisa é o que se escreve.

Além disso, na nossa opinião, essa medida vai dificultar para o agricultor familiar de até quatro módulos fiscais fazer a sua regularização ambiental, com a exigência de vistoria e a exigência de convocação para fazer.

Eu já falei para o Deputado que nós topamos discutir regularização fundiária em outra medida, em outro projeto, mas não misturar regularização fundiária com a regularização ambiental.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o União Brasil?

**O SR. ALFREDO GASPAR** (UNIÃO - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Progressistas? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSDB/Cidadania?

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Orienta "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PDT?

**O SR. DORINALDO MALAFAIA** (PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT orienta "não", na mesma lógica do que votou anteriormente, quando se avançava na degradação e regulamentação de instrumentos contra a Mata Atlântica.

Isso vai prejudicar muito a Amazônia, no que diz respeito, inclusive, a essa flexibilização. Para os povos da Amazônia, pelo discurso, aqui, de liberdade ao contrário, vai-se avançar no processo de muita grilagem e de devastação na Amazônia. Isso, para nós, realmente é um grande prejuízo para os povos da Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PSB?

**O SR. BANDEIRA DE MELLO** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL/REDE, Deputado Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSOL e REDE entendem que não é correto titular área desmatada com a alegação de que isso facilita o pequeno proprietário. Nós entendemos que a simples inscrição no Cadastro Ambiental Rural não é suficiente para recompor área degradada. Vai-se fazer da parte positiva do Código Florestal letra morta.

Isso é um jabuti, tem a ver com regularização fundiária, mas foi introduzido aqui para criar uma espécie de vale-tudo e terra arrasada.

Nosso voto é "não".

**O SR. ALFREDO GASPAR** (UNIÃO - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o União muda a orientação para "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Avante?

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante orienta "não", entendendo que há prejuízo para as pessoas mais carentes e necessitadas.

E aproveito para parabenizar São Francisco do Conde, aquele Município muito importante, que inclusive foi Capital da Bahia, um Município de um povo sofrido, carente. Que Deus possa continuar com as mãos estendidas sobre a vida do povo de São Francisco do Conde! A Bíblia diz que mil cairão ao lado, dez mil à direita, e o povo de São Francisco não será atingido.

Como ontem também foi o aniversário de Salvador, eu continuo homenageando. Que Deus continue guardando!

*Que Deus lhe dê muita saúde e paz*

*E que os anjos digam amém*

*Parabéns para São Francisco*

*Parabéns para Salvador*

*Pelo seu aniversário!*

Deus abençoe a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como orienta o Patriota? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO, Deputada Adriana Ventura?

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O NOVO orienta "sim".

O Progressistas como orienta?

**O SR. GERLEN DINIZ** (PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Excelência, o Progressistas orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo?

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo orienta "não", porque entende que o conteúdo dessa emenda é um corpo estranho ao texto original.

Por isso, pedimos o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos no plenário já votaram? Vou relembrar: todas as votações terão efeito administrativo.

Vou encerrar a votação.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria libera, porque temos partidos com posições divergentes, inclusive, liberando. Então, a maioria libera.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, só para justificar que, na votação passada, o Deputado Ivan Valente não conseguiu votar porque ele estava na Comissão de Anistia, que foi restituída. Ganhou desculpas do Estado Brasileiro pelos crimes cometidos contra a ditadura, quer dizer, pelos crimes cometidos pela ditadura civil-militar nos 2 anos em que ele esteve preso. Foi um processo histórico de reparação histórica. Era só para justificar a não votação do Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputada Fernanda Melchionna, há o aplicativo. Não há justificativa para votação. Eu entendo que a função em que está seguindo o Deputado Ivan é meritória, mas nós estamos funcionando com o sistema Infoleg, e todos os Parlamentares podem votar pelo telefone.

Todos no plenário já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 143;

NÃO: 195;

TOTAL: 338.

ESTÁ REJEITADA A EMENDA.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

#### **REDAÇÃO FINAL:**

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

Comunico aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas o recebimento do seguinte ofício:

*Of. nº 69/23-CN*

*Brasília, em 22 de março de 2023*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.151, de 2022, que “Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências”.*

*À medida provisória foram oferecidas 42 (quarenta e duas) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: "<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/155634>".*

*Esclareço, ainda, que este ofício foi encaminhado também por meio digital ao Serviço de Protocolo da Secretaria-Geral da Mesa dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Rodrigo Pacheco*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

Medida Provisória nº 1.150, de 2022.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.151, DE 2022**

##### **(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.151, de 2022, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.*

Para oferecer parecer à medida provisória e às Emendas de nºs 1 a 42, apresentadas conforme o *caput* do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, concedo a palavra ao Deputado Zé Vitor.

**O SR. ZÉ VITOR** (PL - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos.

Presidente, antes de proferir o parecer, quero apenas registrar que houve um esforço coletivo. E, para que se chegasse a esse texto, houve um compromisso do Governo em atender o Deputado Filipe Barros e uma comitiva para tratar de uma das emendas que ele havia apresentado sobre desapropriação em caso de criação de unidades de conservação. Tenho certeza de que isso será cumprido e brevemente nós trataremos desse ponto, que interessa ao Brasil.

Passo à leitura do relatório.

#### "I - Relatório

A Medida Provisória nº 1.151, de 2022, altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

(...)

A medida provisória em exame visa a aumentar a atratividade do instituto da concessão florestal, dando celeridade ao processo licitatório e maior flexibilidade aos contratos de concessão. Para tanto, a MP altera a legislação pertinente, em especial a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

(...)

Argumenta que o *'Brasil possui uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo'* e que, no que se refere à conservação da biodiversidade, *'essa legislação faz com que o País tenha uma das maiores áreas florestadas de todo o planeta, correspondendo a 58,5% de florestas nativas ou plantadas em relação ao território'*.

Diante disso, defende que *'o País precisa aproveitar esse enorme potencial de conservação da biodiversidade também para gerar créditos de carbono, uma vez que ele é signatário do acordo de Paris, onde se prevê a transação desses créditos, bem como para criar alternativas de desenvolvimento sustentável na região amazônica'*.

(...)

#### II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.151, de 2022;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.151, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;
- c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.151, de 2022, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:
  - c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1 a 28, 30 a 37 e 39 a 42;
  - c.2) pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 29, por provocar aumento de despesa ou redução de receita sem apresentar estimativa de impacto e correspondente compensação;
- d) no mérito:
  - d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.151, de 2022, e das Emendas nºs 1 a 28, 30 a 37 e 39 a 42, acolhidas parcialmente ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo; e
  - d.2) pela rejeição das demais emendas."

Destaco aqui brevemente a participação também do Deputado Coronel Chrisóstomo, que fez um grande trabalho. Nós nos baseamos no relatório anteriormente apresentado por ele, que quase veio a plenário, na votação, e a ele dedicamos esse trabalho. E os nossos consultores Henrique, Rose, toda a equipe contribuiu e foi fundamental para este projeto.

É o relatório e o voto, Presidente.

#### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO ZÉ VITOR.**

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Passa-se à discussão.

Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Para discutir contrariamente, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, essa lógica, essa ideia de mercantilização de tudo, inclusive do direito de poluir, é uma total insanidade, e é o que nós vemos permeada na Medida Provisória nº 1.151.

É verdade que o parecer final reduziu danos do parecer anterior — e nós sempre somos muito honestos na crítica —, mas, para a bancada do PSOL, há um problema de princípio, que é essa lógica da instituição do crédito, do mercado de crédito de carbono, que mercantiliza o direito de poluir. Na verdade, são criados os ativos certificados, negociáveis, de emissão, que podem ser transacionados nesse mercado. O primeiro tipo consiste nos chamados "títulos de emissão de gás carbônico", e os títulos de emissão são criados tendo em vista as metas de mitigação estabelecidas, distribuídas entre as principais participantes, as indústrias poluidoras. Se uma empresa poluidora poluiu 70% do seu direito de poluir, ela vende os outros 30%, para poluírem o que ela não poluiu. Isso é uma insanidade, é uma loucura sem tamanho.

É a cantilena enfadonha que estão usando há algum tempo nos fóruns internacionais, para dizer que esse tipo de solução vai salvar o planeta, tão devastado pelo aquecimento global, pelo uso de combustíveis fósseis, pela lógica da mercantilização de tudo, pelas grandes indústrias poluentes. Esta MP institui essa lógica no Brasil, cria, portanto, a mercantilização do direito de poluir.

Em segundo lugar, há o tema das concessões, das concessões florestais, das concessões das unidades de conservação, que permitem que a empresa privada detentora dessa floresta explore o conjunto da produção das "mercadorias", entre aspas, ali produzidas. Por que eu digo "mercadorias"? Porque as nossas florestas precisam ser preservadas. Eu não estou falando do uso da biodiversidade, que, sim, é útil, estou falando de uma lógica de exploração privada sobre elas e do manejo de todo um conjunto de serviços ecossistêmicos e ambientais para a construção e produção de novas mercadorias. Isso é reforçar uma lógica já falida, que nos levou a esta situação catastrófica de aquecimento global no planeta, o chamado "capitalismo verde".

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a votação foi tão rápida, que eu não consegui votar. Eu quero justificar o meu voto. Eu votei com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Eli Borges, para discutir a favor. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, para discutir contrariamente. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Alencar, para discutir a favor. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Camila Jara, para discutir contrariamente. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Kim Kataguiri, para discutir a favor. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Duda Salabert, para discutir contrariamente.

**A SRA. DUDA SALABERT** (PDT - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, companheiras e companheiros.

A Medida Provisória nº 1.151 aprofunda uma perspectiva neoliberal sobre os nossos biomas, sobre o nosso patrimônio. É a lógica de "financeirizar" nossas florestas e, o que é pior, "financeirizar" o direito ao meio ambiente.

Entendo que é importante regulamentar no Brasil o mercado de carbono, mas o que esta MP faz é o contrário, é flexibilizar mais ainda a legislação ambiental e possibilitar que o setor privado acesse o Fundo Clima, o que para nós do PDT é um grande erro. Temos que lembrar que estamos em um contexto de crise climática, e um dos motivos desta crise é o modelo econômico neoliberal, que a aprofundou e nos colocou neste cenário. Não se cura o neoliberalismo com mais liberalismo, como esta MP o faz, que é possibilitar mais ainda que a boiada passe aqui no Brasil.

Por isto, nós do PDT votaremos contrariamente. Nós ajudamos na redução de danos do texto apresentado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. NILTO TATTO** (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - A favor, sim, Sr. Presidente. Quero explicar que enfrentar o desmatamento, em especial na Amazônia, só com comando e controle, sabemos que não funciona.

Foi nesta perspectiva que, ainda lá no primeiro Governo do Presidente Lula, criou-se a Política de Gestão Florestal, com a possibilidade de ser feita a concessão. Acontece que a concessão, naquele período, quando tínhamos o PPCDAM funcionando, conseguiu controlar o desmatamento, ajudou, como uma ferramenta a mais, fez com que tivéssemos, no período dos Governos do PT, a maior diminuição de emissões de gases de efeito estufa desde que o mundo discute o enfrentamento da crise climática.

Agora, sobre esta medida provisória, quero parabenizar o Deputado Zé Vitor, que se ateu a buscar mais instrumentos econômicos, nessa perspectiva de usar a concessão florestal — entrando nesta nova economia, no debate do carbono — como uma política positiva, dentro dessa estratégia de dar viabilidade econômica para a concessão, de explorar

economicamente e de forma sustentável e, ao mesmo tempo, fortalecer esse instrumento, para enfrentarmos o desmatamento ilegal e o crime que campeia e campeava, em especial no Governo anterior, mas que agora estamos enfrentando — o Governo Lula está enfrentando novamente.

Eu quero dizer que apoio o relatório, da forma como foi construído, porque ele dialoga perfeitamente com o programa de governo eleito pelo povo brasileiro nas eleições passadas e com as medidas que já estão sendo adotadas pelo Governo Lula, pelo Ministério do Meio Ambiente, para enfrentar um desafio que é global. O Brasil precisa fazer a sua parte. O Brasil voltou a fazer a parte que é de sua responsabilidade. Enquanto coordenador da Frente Ambientalista, sou favorável a este relatório, porque ele avança nos mecanismos de que nós precisamos para enfrentar este grande desafio, que é a crise climática. O desmatamento agrava e aumenta cada vez mais essa crise.

Parabéns, Deputado Zé Vitor, por ter entendido e por estar atento, exclusivamente, para avançarmos nesse instrumento! Evidentemente, nós nos comprometemos a fazer o debate sobre unidades de conservação, como bem V.Exa. colocou.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Márcio Jerry. *(Pausa.)*

Para discutir a favor, tem a palavra o Ricardo Salles.

**O SR. RICARDO SALLES** (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante a quantidade de chavões que vêm sendo colocados sobre a matéria e que não têm nada a ver com a realidade, absolutamente nada.

A possibilidade de haver monetização das unidades de conservação é talvez um dos únicos modelos que nós poderemos ofertar para ter a conservação das áreas e, como dito por alguns colegas aqui, não ficar apenas no modelo de comando e controle.

É a monetização, justamente através dos créditos de carbono e outros ativos não florestais, como biodiversidade e outros, que permite que haja valor, no horizonte de médio e longo prazo, da floresta em pé. Se nós não queremos dar valor à floresta em pé, permitir que sobre ela se estabeleçam as relações econômicas que decorrem inclusive da bioeconomia, tudo se proíbe, tudo é anticapitalista, tudo é uma visão de não elaboração de nenhum mecanismo econômico. Ora, como se preserva uma floresta que em pé não tem valor e que só terá valor se não estiver de pé? É óbvio que é necessário esse tipo de mecanismo. A concessão florestal é a maneira pela qual inclusive comunidades ribeirinhas, comunidades tradicionais podem participar e receber o resultado dessa riqueza natural.

É absolutamente inconcebível que se vá, por uma visão de absoluto chavão, por desconhecimento da realidade, contra um projeto de monetização de créditos de carbono em concessões, que se soma, por outro lado, a outras modalidades de crédito.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma matéria que merece, sim, a aprovação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rogério Correia. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou muito grato.

Olá, Rondônia.

Olá, Brasil.

Esta é a voz da Amazônia, em defesa das concessões florestais.

Quero antes fazer um agradecimento a todas as siglas partidárias, porque este relatório foi construído por todas as siglas partidárias.

Estou muito feliz pelo fato de o meu amigo Deputado Zé Vitor ter usado, para compor a medida provisória, o relatório do Projeto de Lei nº 5.518, de 2020.

Obrigado, Deputado Zé Vitor. Eu estou muito feliz com isso. Eu me sinto representado na sua MP, que é do Presidente Bolsonaro também. Estou muito grato, meu caro.

Agora vou falar com o Presidente, o Deputado Arthur Lira, porque todos vão prestar atenção.

Sr. Presidente Lira, quando se fala em concessão florestal, a pessoa já pensa só em queda de madeiras. Existe, sim, a queda de madeira, mas de uma forma sustentável. Hoje milhares de hectares estão prontos para a concessão florestal.

Deputados e Deputadas, deixem que eu lhes diga uma coisa: o maior recurso, a monetização, não vem da madeira. Sabem de onde vem? Olhem aqui — eu vou mostrar para o Brasil e para o mundo: óleo de copaíba e óleo de andiroba.

*(Exibe recipientes.)*

Isso é de concessão florestal. As nossas florestas têm a cura para as doenças do mundo. Isso aqui é um exemplo. Estão vendo isso? Isso cura feridas, é um dos melhores anti-inflamatórios do mundo. Óleo de andiroba é fruto de concessão florestal. Isso, meu amigo, o mundo todo quer. Por que os países ricos querem a Amazônia? Por causa disso aqui. Isso está dentro da monetização da concessão florestal. E mais: o pescado, porque há rios com muitos pecados; o turismo; o açai e o cupuaçu, que o mundo todo quer; a castanha-do-pará, que Rondônia tem também. Portanto, há muito a se falar. Todos nós temos que votar favoravelmente.

Sr. Presidente, peça a V.Exa. que a minha voz seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* para o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Lista de encaminhamentos.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Neste caso, dos pressupostos?

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT) - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Deputado Kim Kataguirí. *(Pausa.)*

Para encaminhar contrariamente, tem a palavra a Deputada Duda Salabert. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Eu posso passar pelo encaminhamento e dar início à votação? Alguém quer falar? *(Pausa.)*

A Deputada Fernanda Melchionna quer fazer o encaminhamento contrário.

Deputado Marcel van Hattem, Deputado Abílio Brunini e Deputado Arnaldo Jardim, V.Exas. abrem mão do encaminhamento? *(Pausa.)*

Ao final do encaminhamento contrário da Deputada Fernanda Melchionna, nós passaremos para a votação nominal solicitada pelo Deputado Abílio Brunini.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu já fiz a crítica na fase da discussão, mas queria neste momento verbalizar a carta publicada por 57 entidades ambientais, que se manifestaram contrariamente a esta medida provisória.

Basicamente, entidades como o CIMI — Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, a Articulação Pacari, o Fórum Amazônia Sustentável, o Grupo de Estudos Saúde e Ambiente da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva, enfim, uma série de entidades está fazendo um apelo para o Parlamento, para que não vote esta medida provisória. Eu li somente o nome de algumas, porque infelizmente o meu celular travou, e a nota está no celular, mas gostaria de ter lido o nome das 57 entidades e os argumentos sobre os riscos enormes que esta medida provisória trará, se for votada na tarde de hoje.

Como eu disse, a financeirização — eu usei o termo "mercantilização", e a Deputada Duda Salabert usou o termo "financeirização", e compartilho do mesmo entendimento dela —, além de transformar em direito de poluir, e a venda desse direito de poluir pelos grandes grupos poluidores, ainda vai permitir a venda desse direito de poluir nas Bolsas de Valores, numa lógica de financeirização, sim, do direito à poluição.

Eu acho que é muito importante que se ouça o argumento das entidades que elaboraram esse documento, que diz que justamente a medida provisória que deveria tratar da gestão das unidades de conservação, em vez de focar o tema, trata principalmente de inserir na concessão florestal, como um contrabando, o direito à comercialização de crédito de carbono florestal, ou seja, permitirá que a empresa que obtenha a concessão, por 40 anos, para a exploração de 40 mil hectares em manejo ambiental obtenha igualmente a possibilidade de auferir e comercializar créditos de carbono sobre tal área,

convertendo o manejo madeireiro em ativo ambiental e possibilitando que outro ente público ou privado, nacional ou internacional, compense suas emissões de gases de efeito estufa.

No fundo, estamos falando do uso de florestas públicas e de unidades de conservação no rol de licenças para poluir, corroborando o atraso no urgente e necessário corte de emissões de gases de efeito estufa, para o enfrentamento da crise climática.

As entidades destacam sete pontos, e nós queremos distribuir esses sete pontos, listados por essas 57 entidades, para que os Parlamentares tenham consciência do ataque...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para encaminhar a favor estão inscritos o Deputado Marcel van Hattem, o Deputado Arnaldo Jardim e Deputado Abilio Brunini.

Todos abrem mão? *(Pausa.)*

Votação nominal do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2022, do Congresso Nacional.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Como orienta o PL? *(Pausa.)*

Como orienta o Bloco MDB/PSD/Republicanos/Podemos/PSC? Todos votam "sim"?

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos votam "sim"?

É a votação dos pressupostos, Deputada Duda.

O PDT vota "não".

O PSOL vota "não".

**O SR. PAULINHO FREIRE** (UNIÃO - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - União, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos votam "sim", com exceção do PDT e do PSOL?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA) - Eu queria orientar a bancada, porque estão me perguntando.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PT?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bom, primeiro, quero dizer que o Deputado Zé Vitor facilitou a nossa vida para defender o voto favorável quando rejeitou muitas emendas complexas.

Eu discuto a Lei de Gestão de Florestas Públicas desde que era Deputado Estadual, no Governo do Presidente Lula, e quero dar um testemunho a V.Exas. Na BR-163, onde foram criadas áreas destinadas à gestão de florestas públicas, essas áreas estão protegidas. As áreas públicas que não foram destinadas a isso foram saqueadas, nos seus recursos naturais, inclusive com desmatamento e grilagem. Portanto, a Lei de Gestão de Florestas Públicas vai em favor da preservação ambiental, inclusive de componentes além da floresta, como componentes ligados à sociobiodiversidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Mais algum partido quer orientar? *(Pausa.)*

Todos no plenário já votaram?

Olhem o efeito administrativo. Quanto mais perde, se não votar, pior fica.

O Relator queria falar? *(Pausa.)*

Por favor, Relator, enquanto aguardamos o quórum de votação.

Novamente eu aviso: atingido o quórum de 257, nós vamos encerrar a votação.

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT) - Sr. Presidente, eu pedi para fazer o encaminhamento. Está registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Já passou. Eu perguntei, e V.Exa. não se manifestou, Deputado Abilio. Chamei duas vezes, inclusive, o Deputado Abilio, o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Marcel van Hattem.

Tem a palavra o Deputado Zé Vitor.

**O SR. ZÉ VITOR** (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, brevemente, quero agradecer a todos e dizer que este projeto foi construído a várias mãos. É claramente um esforço coletivo, uma estratégia prática de buscarmos aquilo que tanto almejamos e discutimos aqui, que é o fim do desmatamento ilegal. Nós não preservaremos o meio ambiente com discurso, longe das ações práticas.

É, sim, o crédito de carbono, dentro dessas áreas concedidas, que pode tornar esse processo todo mais atrativo e garantir que o Brasil, que já é uma potência verde, uma potência agroambiental, alcance novos mercados, esteja na vanguarda, esteja à frente, e garantir que as nossas florestas sejam conservadas com mecanismos modernos e inovadores.

Muito obrigado pelo apoio de todos. Tenho certeza de que esta matéria será aprovada, pelo bem do Brasil, pelo verdadeiro bem do nosso meio ambiente, acima de tudo dos brasileiros.

Um grande abraço.

Obrigado a todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos já votaram? (*Pausa.*)

Eu peço às Assessorias que comuniquem aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que nós estamos em processo de votação quase que permanente. Vamos manter a agilidade necessária!

Falta 1 minuto para encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 327;

NÃO: 27;

TOTAL: 354.

**APROVADOS OS PRESSUPOSTOS.**

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2022, do Congresso Nacional.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

**APROVADO.**

Passa-se ao mérito.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023, adotado pela Comissão Mista.

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/Republicanos/Podemos/PSC?

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A orientação é "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - O bloco orienta "sim".

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Ou podemos fazer votação simbólica?

*(Manifestação no plenário: Simbólica!)*

**O SR. FABIO GARCIA** (UNIÃO - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O UNIÃO Brasil orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. ANDRÉ FUFUCA** (PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP orienta o voto "sim".

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "sim".

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Bloco PSDB/Cidadania vota "sim".

**O SR. BANDEIRA DE MELLO** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Em votação o projeto de lei de conversão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

**A SRA. DUDA SALABERT** (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PDT orienta o voto "não".

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registramos o voto contrário da Federação PSOL/REDE.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Voto contrário do PSOL.

O PDT também vota contrariamente, Deputada Duda Salabert?

**A SRA. DUDA SALABERT** (PDT - MG) - O PDT orienta "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - APROVADO, CONTRA OS VOTOS DA FEDERAÇÃO PSOL/REDE E DO PDT.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

#### REDAÇÃO FINAL:

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

Eu pergunto à Liderança do Governo e aos Líderes partidários se conseguiram chegar a um acordo com relação ao texto da Medida Provisória nº 1.152. O Governo está de acordo? As Lideranças estão de acordo?

**O SR. ABILIO BRUNINI** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo PL não há problema.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Medida Provisória nº 1.152, de 2022.

A Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Of. nº 70/23-CN*

*Brasília, em 22 de março de 2023*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.152, de 2022, que "Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas — IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência".*

*À Medida foram oferecidas 107 (cento e sete) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: "https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/155647".*

*Esclareço, ainda, que este ofício foi encaminhado também por meio digital ao Serviço de Protocolo da Secretaria-Geral da Mesa dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Rodrigo Pacheco*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.152, DE 2022

##### (DO PODER EXECUTIVO)

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas — IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência. Pendente parecer da Comissão Mista.*

Para oferecer parecer à medida provisória e às Emendas de nºs 1 a 107, apresentadas conforme o *caput* do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, concedo a palavra ao Deputado Da Vitória.

**O SR. DA VITÓRIA** (PP - ES. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira. Cumprimento V.Exa., estendendo o cumprimento a todos os nobres pares, Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, é importante ressaltar que este é um tema um pouco atípico em relação à tributação normal que praticamos no nosso País. Ele se relaciona à transferência de preços nas relações internacionais, tema que não é muito da intimidade do setor público.

Eu quero, inicialmente, agradecer por todo o trabalho feito à Consultoria da Câmara dos Deputados. Diga-se de passagem, num tempo muito curto, desde a designação desta relatoria que me foi confiada, a qual agradeço a V.Exa., nós fizemos uma discussão, para a construção de um texto, dialogamos com todas as frentes desta Casa, que puderam propor emendas. Conforme já anunciado por V.Exa., foram 107 emendas. Deputado Arthur Lira, uma grande parte dessas emendas convergiram em emendas semelhantes e emendas idênticas. Por isso, nós acatamos muitas das emendas. Terminamos agora, aqui em plenário, no último minuto, até passando do tempo, para poder concluir esse diálogo com o Governo, que é o proponente da Medida Provisória nº 1.152, e com os Parlamentares que contribuíram para a melhoria deste texto, fazendo as sugestões das suas emendas.

A nossa Frente Parlamentar da Agropecuária, com a contribuição do Deputado Arnaldo Jardim, do Deputado Pedro Lupion, o nosso Presidente, do Deputado Sergio Souza, do Deputado Evair Vieira de Melo e de vários outros Parlamentares, fez um debate preliminar e protocolizou várias propostas, para que nós pudéssemos alcançar um melhor texto.

O Governo foi muito bem contemplado, Deputado Arthur Lira, nosso Presidente. Este Relator recebeu o Ministério da Economia, a Casa Civil e a Receita Federal, que é o órgão pertinente, que debate a fiscalização dessas transações internacionais aqui no nosso País. Aqui, recentemente, recebemos o Daniel e a Cláudia, que passaram 5 anos construindo este texto, que são da Receita e trabalham na área de tributação do Governo Federal. Agora o Secretário Robinson Barreirinhas me trouxe uma nova necessidade, uma nova sugestão.

Eu até sugiro ao Governo, ao Ministro Fernando Haddad, que esteja um pouco mais atentos a este Parlamento, principalmente aos Parlamentares que têm uma condução republicana, como eu tive no decorrer desse tempo. Foram duas 2 horas por noite, para conseguir chegar a este texto. Não é fácil, e o Governo traz uma dificuldade para o Presidente Arthur Lira no último minuto. Nós não vamos conseguir chegar a um acordo, principalmente sobre um tema como este, complexo, e que tem uma frente parlamentar tão robusta, com quase 400 Parlamentares, que é Frente Parlamentar da Agropecuária. É interesse econômico, é interesse daqueles que investem, daqueles que empreendem. Nós estamos aqui para representar todos os brasileiros, principalmente aqueles que têm coragem de gerar oportunidade, renda e emprego.

Sr. Presidente, fiz aqui uma breve manifestação, para que o tema fique registrado, com um pouco mais de clareza, para os Parlamentares e os cidadãos brasileiros.

A Medida Provisória nº 1.152, de 2022, objetiva alinhar as normas brasileiras de preços de transferência a diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico — OCDE. Essas regras determinam que os preços das operações comerciais e financeiras dentro do grupo econômico devem ser estabelecidos, para evitar que lucros sejam deslocados indevidamente para países com baixa tributação.

Internacionalmente, acordou-se que, para fins tributários, os preços das transações entre partes relacionadas devem ser estabelecidos de acordo com aqueles que seriam fixados por partes independentes, caso realizassem a mesma operação. A essa regra deu-se o nome de Princípio Arm's Length, termo em inglês que significa tamanho do braço no sentido de que a mesma norma deve se aplicar às empresas que estejam sob o controle umas das outras e que, por isso, podem manipular os preços de operações que realizam entre si.

Pois bem. As regras atualmente em vigor no Brasil, apesar de terem se inspirado nesse princípio, foram baseadas em margens prefixadas de lucros em determinados tipos de operação, em outras medidas simplificadas, o que resultou em um sistema simples, prático, previsível, mas que se afastou demasiadamente das regras internacionais, além de se tornar inadequado para lidar com transações mais complexas, como aquelas envolvendo intangíveis e reestruturações de negócios, como cada transação de preço de transferência envolve obrigatoriamente a avaliação de dois países. A diferença da tributação da legislação brasileira com a estrangeira resulta invariavelmente em perda de arrecadação para o Brasil. Cada regra nacional resulta em tributo menor ou em duplicação tributária para a empresa, caso a regra nacional seja mais gravosa, ficando o contribuinte impedido de reduzir a sua taxa em outro país. Com a candidatura do Brasil ao ingresso à OCDE em 2017, o desalinhamento dessas regras brasileiras de preço de transferência foi apontado como obstáculo à entrada do País naquele organismo internacional, muito importante, diga-se de passagem, e necessária para o nosso País entrar nos rumos do desenvolvimento.

Nesse sentido, a Receita Federal iniciou, em fevereiro de 2018, um projeto conjunto com a OCDE, para fazer uma análise rigorosa do arcabouço legislativo vigente. A Medida Provisória nº 1.152, de 2022, é o resultado desses 5 anos de trabalho. Agradeço ao Daniel e à Cláudia, dois grandes contribuintes, que trouxeram materializada essa regra, para que nós pudéssemos discuti-la no Congresso Nacional.

Independentemente da entrada do Brasil na OCDE, outro fato recente exigiu a modernização do ordenamento. Em janeiro de 2022, os Estados Unidos da América passaram a proibir o crédito tributário referente aos impostos pagos em países que não adotam padrão internacional de preço de transferência. Em outras palavras, enquanto a legislação brasileira de preços de transferência não se alinha aos padrões internacionais, empresas americanas não podem compensar os impostos pagos no Brasil daquele que devem recolher nos Estados Unidos, aumentando o custo de operarem no País.

Dessa forma, a aprovação da matéria é importante para posicionar o Brasil, de modo competitivo, no cenário internacional, seja evitando a maior tributação de empresas internacionais que operam no Brasil, seja garantindo que as multinacionais paguem impostos devidos nas operações realizadas em nosso território.

As operações de comércio exterior devem refletir apenas as condições econômicas subjacentes à oferta e à demanda internacional por bens, serviços e intangíveis, sem ser utilizadas com outros fins tributários.

A Medida Provisória nº 1.152, de 2022, também resolve a questão da dedução de *royalties*, na base de cálculo de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, limitada atualmente por uma legislação considera ultrapassada, e altera a definição de país com tributação favorecida em regime fiscal privilegiado para aquele que não tributa renda ou que tributa a alíquota inferior a 17%, e não mais a 20%, percentual considerado ultrapassado pela redução de tributação das rendas das pessoas jurídicas em diversos países do mundo.

Por fim, destacamos também a introdução, em nosso ordenamento, de duas figuras bastante importantes no direito Internacional: os Advanced Pricing Arrangements (APAs) e os Mutual Agreement Procedures (MAPs). No primeiro caso, o Fisco e o contribuinte vão firmar acordos antecipados sobre a aplicação das regras de preços de transferência a casos concretos. No segundo, os resultados de procedimentos amigáveis previstos em acordos e convenções para se evitar a dupla tributação obrigarão que a autoridade revise de ofício lançamentos feitos em desacordo com a decisão. Trata-se de importantes instrumentos na melhoria da relação Fisco e contribuinte, que devem ser elogiados e validados pelo Parlamento.

Por todas essas razões, consideramos que a aprovação da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, é importante para o desenvolvimento da economia brasileira.

Sr. Presidente, com sua permissão, vou direto ao voto.

"II. Voto do Relator

II.1. Exame da admissibilidade da medida provisória

Em atendimento às exigências constitucionais, faz-se necessário analisar, preliminarmente, a existência dos requisitos habilitadores da medida provisória, como bem determina o art. 62, § 5º, da Constituição Federal.

II.1.1. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência

A primeira análise se dá quanto aos requisitos de urgência e relevância das matérias tratadas no ato legal, previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal.

Como se depreende da exposição de motivos que acompanha a medida provisória, a urgência e a relevância decorrem da necessidade de alinhamento da legislação de preços de transferência às diretrizes internacionais que hoje gera situações de dupla tributação e dupla não tributação nas transações internacionais entre empresas do mesmo grupo.

Essa falta atual de consonância das regras do Brasil com as adotadas por todas as principais economias faz com que o Brasil fique em competição desigual com outras economias na atração de investimentos para comércio intrafirma (...) e seja preterido em investimentos externos destinados à exportação e importação, sendo, portanto, uma das principais explicações para o fato de o Brasil possuir uma baixa inserção internacional, visto que o comércio representa a maior parte dos fluxos globais (...).

A aprovação da MP ganha caráter ainda mais emergencial após nova legislação adotada pelos Estados Unidos da América — EUA, em vigor desde janeiro de 2022, que pune países que não seguem as práticas internacionais em Preços de Transferência, reduzindo ou eliminando créditos tributários. Esse movimento prejudica mais a competitividade internacional do Brasil em relação aos seus parceiros que possuem regras internacionalmente harmonizadas e acordos tributários com os EUA. Importante ressaltar que os EUA são o segundo maior parceiro comercial em bens do Brasil, mas o primeiro em estoques de investimentos estrangeiros e no comércio de serviços e tecnologia (*royalties*).

A mudança da legislação brasileira é tida ainda como pré-requisito para o acesso do Brasil à OCDE e elimina situações tanto de dupla tributação quanto de dupla não-tributação.

Com efeito, a MP 1.152/22 busca resolver problema urgente e premente sobre a tributação das grandes multinacionais, que traz consequências diretas para a garantia de arrecadação de volume importante de receitas tributárias e para a competitividade do Brasil com relação à atração do capital estrangeiro para investimentos no País e, por conseguinte, da recuperação da atividade econômica brasileira.

Por todas essas razões, ao nosso sentir, a MP 1.152/22 satisfaz a exigência constitucional de urgência e relevância.

#### II.1.2. Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria tratada na proposição é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas nos §§ 1º e 10 do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a Medida Provisória nº 1.152, de 2022, não afronta quaisquer dispositivos da Carta Magna.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que é inconstitucional apenas a Emenda nº 29, porque afronta o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5.127, segundo o qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da medida provisória por meio de emendas parlamentares, na medida em que o liame de tais emendas com o conteúdo do tema tratado na MP é muito tênue.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MP 1.152/22 e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (...).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Dessa forma, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, e das emendas a ela apresentadas.

#### II.2. Exame da adequação orçamentária e financeira.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A respeito da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.152, em exame, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, emitiu a Nota Técnica nº 61, de 2022, nela fazendo constar, em síntese, que a proposição não implica renúncia de receita ou criação de despesa."

Abro um parêntese para agradecer ao José Evande, Consultor da Casa, que foi auditor fiscal e se debruçou sobre esse tema com muita habilidade, humildade e discernimento. É um tema complexo, que não é da intimidade de muitos assessores tributários, porque se relaciona com tributação internacional. Ele fez um excelente trabalho, dando segurança para a nossa Casa e, principalmente, para quem relata uma matéria como esta.

"Destarte, considerando que a proposição não acarreta repercussão direta no Orçamento da União, conclui-se pela não implicação orçamentário-financeira da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública federal, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária da Medida Provisória nº 1.152, de 2022.

Quanto às Emendas apresentadas, verifica-se que:

- i) as Emendas de nºs 1 a 28, 31 a 36, 38, 39, 41 a 68, 70 a 88, 90 a 97, 99 a 102 e 104 a 107 são de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta no orçamento da União, concluindo-se pela sua não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa públicas; e
- ii) as Emendas de nºs 29, 30, 37, 40, 69, 89, 98 e 103 produzem impacto sobre as receitas públicas da União e, por não apresentarem a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ao lado das medidas de compensação exigidas pelas normas fiscais em vigor (...) devem ser consideradas inadequadas e incompatíveis orçamentária e financeiramente.

#### II.3. Exame do mérito

Quanto ao mérito, apoiamos a iniciativa de alinhamento da legislação brasileira de preços de transferência com as diretrizes internacionais.

Com o aumento da importância das multinacionais na economia e no comércio mundial, surgiram diversos desafios tributários decorrentes da capacidade de fragmentação da estrutura empresarial em diversas jurisdições. Alguns deles decorrem da flexibilidade na fixação dos preços das operações comerciais e financeiras realizadas dentro do mesmo grupo econômico, o que pode resultar no deslocamento de lucros para países com tributação mais baixa. Recorde-se que, em regra, a receita tributável em uma ponta da operação corresponde a uma despesa dedutível na outra. Assim, preços majorados equivalem a um deslocamento da tributação da renda para a jurisdição em que ocorreu a compra, enquanto preços menores provocam resultado inverso, com maior taxaço no local da venda.

A solução para um problema dessa natureza deve obrigatoriamente se dar de maneira harmonizada por todos os países. Respostas unilaterais são ineficazes, em especial pelo incentivo para que outro país ofereça um sistema tributário amigável, que resulte em uma arrecadação menor, mas que, de outro modo, não viria para aquela jurisdição, e que contribua para a redução da tributação do grupo econômico de forma global.

Nesse sentido, diversos países discutiram o assunto em organismos internacionais e traçaram regras e princípios não vinculantes (*soft law*), que passaram a ser fortemente recomendadas aos seus integrantes. Essa estratégia mostrou-se bastante eficaz em diversos aspectos da tributação internacional. Para os preços de transferência, a OCDE estabeleceu diretrizes para garantir que os lucros decorrentes de transações comerciais e financeiras entre membros de um grupo multinacional sejam alocados de maneira a refletir o valor da contribuição de cada uma das partes envolvidas. Essas regras baseiam-se no princípio *arm's length*, determinando que, para fins tributários, os preços das transações entre partes relacionadas devem ser estabelecidos de acordo com aqueles que seriam fixados por partes independentes caso realizassem a mesma operação.

Em 1996, o Brasil adotou uma legislação de preços de transferência inspirada nessas regras internacionais, mas, devido à nossa tradição tributária formalista, diminuiu a possibilidade de interpretação de como seriam as transações entre partes não relacionadas. Desse modo, optamos por estabelecer margens prefixadas de lucros em determinados tipos de operação e outras medidas simplificadoras. Isso resultou em um sistema simples, prático e previsível, mas que se afastou demasiadamente das regras internacionais, além de se tornar inadequado para lidar com transações mais complexas, como aquelas envolvendo intangíveis e reestruturações de negócios. Como cada transação de preços de transferência envolve obrigatoriamente a avaliação em dois países, a diferença da tributação da legislação brasileira com a estrangeira resulta invariavelmente em perda de arrecadação para o País (caso a regra nacional resulte em tributo menor) ou em dupla tributação para a empresa (caso a regra nacional seja mais gravosa, ficando o contribuinte impedido de reduzir sua taxaço no outro país e prejudicando transações econômico-comerciais do Brasil com o mundo).

Com a candidatura do Brasil ao ingresso na OCDE em 2017, o desalinhamento das regras de preços de transferência com os cânones internacionais foi elencado como um dos entraves. Nesse sentido, a Receita Federal do Brasil iniciou, em fevereiro de 2018, um projeto conjunto com a OCDE para fazer uma análise rigorosa do arcabouço legislativo vigente. Como resultado, em julho de 2019, constatou-se '*a existência de lacunas, fragilidades e divergências significativas em relação ao modelo preconizado pela OCDE, que afastam a legislação brasileira do princípio arm's length e que conduzem a resultados prejudiciais tanto sob a perspectiva da realização de negócios e investimentos no País quanto da arrecadação tributária*'. A medida provisória que analisamos é a solução apontada para esses problemas.

Como acréscimo a esse cenário complexo, em janeiro de 2022, os EUA passaram a proibir o crédito tributário referente aos impostos pagos em países que não adotam o princípio *arm's length*. Em outras palavras, enquanto a legislação brasileira de preços de transferência não se alinha aos padrões internacionais, empresas americanas não podem compensar os impostos pagos no Brasil daqueles que devem recolher nos EUA. Ressalta-se que empresas dos Estados Unidos são, de longe, as principais investidoras internacionais no Brasil, com US\$ 120 bilhões em estoque de capital (dados do Banco Central do Brasil), o primeiro país em comércio de serviços do Brasil (44% do total transacionado pelo Brasil no setor) e o segundo maior parceiro comercial em bens.

Reconhecemos que as medidas propostas representam uma importante mudança nos padrões que alicerçam o ordenamento tributário brasileiro, centrado nos conceitos de tipicidade cerrada e estrita legalidade, que exigem que todos os elementos essenciais do fenômeno tributário estejam previstos em lei em sentido estrito. Por isso, em regra, nossa doutrina tributária não convive bem com princípios e conceitos abertos como os propostos nesta medida provisória, que terminam por transferir, para a análise do fato concreto, a verificação de elementos essenciais à definição do tributo devido.

Ponderamos, contudo, que essa abordagem tradicional tem se mostrado insuficiente para resolver os desafios enfrentados pelo Direito em nossa sociedade complexa, em especial aqueles que envolvem escala internacional. A realidade tem

obrigado a teoria a rever seus conceitos, já que não tem sido possível prever todos os elementos relevantes antecipadamente na lei.

Discordamos, também, daqueles que afirmam se tratar de transplante acrítico de ordenamentos estrangeiros, de simples tradução de regras da OCDE para contexto absolutamente diverso. Verificamos que a matéria foi discutida por longo período por autoridades fiscais, entidades privadas nacionais e estrangeiras, academia e organismos internacionais, e se construiu um arcabouço legislativo consistente e harmônico com o ordenamento vigente.

Será um importante desafio incorporar essas normas ao ordenamento pátrio e à doutrina tributária nacional, que se mostram necessários diante de padrões adotados pelo mundo e da necessidade de realizar tributação justa para os contribuintes e o desenvolvimento nacional brasileiro, com a perspectiva de eliminar as possibilidades de mudança e erosão da base tributável e do uso de transações no comércio exterior com esse fim. As operações de comércio exterior devem refletir apenas as condições econômicas subjacentes à oferta e à demanda internacional por bens, serviços e intangíveis, sem ser utilizadas com outros fins tributários. Ademais, cabe considerar também os efeitos sobre a economia brasileira da redução de 20% para 17% na tributação considerada para classificar um país como um regime fiscal privilegiado e do fim, com algumas exceções, de limites para a dedução de *royalties*, a ser regulamentado pela Receita Federal, elementos que serão objeto de acompanhamento por parte deste Parlamento.

Destacamos também a introdução, em nosso ordenamento jurídico, de duas figuras bastante importantes no direito internacional: os Advanced Pricing Arrangements (APAs) e os Mutual Agreement Procedures (MAPs). No primeiro caso, o Fisco e o contribuinte vão firmar acordos antecipados sobre a aplicação das regras de preços de transferência a casos concretos. No segundo, os resultados de procedimentos amigáveis previstos em acordos e convenções para se evitar a dupla tributação obrigarão que a autoridade fiscal revise de ofício lançamentos feitos em desacordo com a decisão. Trata-se de importantes instrumentos na melhoria da relação Fisco e contribuinte, que devem ser elogiados e validados pelo Parlamento.

Entretanto, o texto apresentado carece de alguns ajustes. Apresentadas dentro do prazo regimental pelos nobres pares, algumas das emendas apresentadas trazem importantes melhorias, sobre as quais discutiremos a seguir.

As Emendas nºs 11, 22, 36 e 58 suprimem o inciso I do art. 45 da medida provisória, que torna indedutível o pagamento de *royalties* ou de assistência técnica para pessoas domiciliadas em países com tributação favorecida ou beneficiada por regimes fiscais privilegiados. Entendemos por suprimir esse dispositivo, pois o simples fato de a detentora do direito estar situada em paraíso fiscal não significa que a dedução não é devida. Por sua vez, as Emendas nºs 42, 47, 48, e 77 retiram integralmente a norma antielisiva que restringe a dedução de despesas com *royalties*, e por isso são acolhidas parcialmente.

Com a exclusão do dispositivo, não há limitações para esses descontos entre partes relacionadas e até mesmo entre partes não relacionadas, dado que a medida provisória extinguiu o art. 74 da Lei nº 3.470, de 1958, e o art. 12 da Lei nº 4.131, de 1962, que impunham restrições às deduções dessa importância. Assim, a preocupação expressada pelo poder público de evitar a dupla tributação deve, então, ser enfrentada por duas formas principais: no âmbito de acordos, para evitar dupla tributação, e pela via econômico-comercial, com a inclusão dos custos com licenciamentos no próprio custo da operação e preços praticados. Aí se encontra o real objetivo da política tributária estimulada pela OCDE e seguidas por todas as principais economias: que as operações comerciais sejam formuladas considerando o comportamento razoável de mercado, e que os custos decorrentes da contratação e pagamento de *royalties* e quaisquer licenças sejam incluídos nos valores praticados nas negociações.

As Emendas nºs 13, 32, 45 (parcialmente)" — a 45 não acatada e sendo citada à frente — "e 88 suprimem o inciso IV do art. 17" — a 45 acatada parcialmente — "que prevê a realização de um ajuste secundário na base de cálculo, caso tenham sido realizados ajustes espontâneos ou primários. O ajuste secundário é um mecanismo criado para tratar as transferências indevidas de lucros para partes relacionadas em outras jurisdições. Essa transferência seria considerada um crédito da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e remunerado com taxa de juros 12% ao ano. A supressão elimina o ajuste secundário e, portanto, os juros. Entendemos que a alteração se adequa às normas de *arm's length*, já que o ajuste espontâneo ou primário, amplamente aceitos, pode ser utilizado para endereçar essa situação. Isso porque a figura do ajuste secundário acaba tendo a natureza de um ajuste punitivo ao contribuinte ao estimulá-lo a buscar o ajuste compensatório sempre que possível, adequando não a base de cálculo nas operações, mas os valores praticados nas negociações entre partes relacionadas. Apesar de poder ser um estímulo, é uma figura adicional para deixar as normas mais complexas.

A Emenda nº 4 acrescenta ressalva para realização de ajustes nos preços de *commodities* para fins de comparação, caso esses ajustes promovam distorções no método PIC. Permite que o contribuinte possa eleger outro método de comparação se na utilização do método PIC forem necessários ajustes que promovam distorções significativas, inviabilizando a utilização desse método.

A Emenda nº 5 modifica a redação do *caput* do art. 13 de forma que a aplicação do método PIC não fique restrita às cotações, mas também aos preços praticados por partes não relacionadas em operações similares e às demais circunstâncias previstas no art. 11 para validação do método como mais adequado. O art. 13 define o método PIC como *standard* do controle de preços de transferência nas operações com *commodities*. Todavia, o método PIC é muito limitante e não leva em consideração outras possibilidades e características dos negócios praticados entre partes não relacionadas. A modificação permite uma avaliação mais completa com ou sem a utilização do método PIC para essas operações.

Por fim, a Emenda nº 2 insere dispositivo para reforçar a necessidade de guardar o princípio de *arm's length* nas comparações de operações com *commodities*. É uma modificação que confere um papel acessório ao método PIC, frente ao princípio de *arm's length* na determinação do preço de comparação para fins de preços de transferência. Os preços públicos (cotações em bolsa) serão utilizados para controle da mesma forma como seriam em qualquer outra transação entre partes não relacionadas.

Quanto às Emendas nºs 29, 30, 37, 40, 69, 89, 98 e 103, apesar de terem justo valor, não têm como ser, no momento, amplamente discutidas da forma devida.

As demais emendas tratam de diversos aspectos da nova legislação de preços de transferência, que, apesar de serem relevantes, trazem mudanças que demandam maior reflexão de seus reais efeitos, e, por isso, entendemos não ser possível admiti-las neste momento, pelo que propomos sua rejeição.

#### II.4. Conclusão

Diante do exposto, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.152, de 2022;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, e das emendas apresentadas;
- c) pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:
  - c.1) pela não implicação financeira ou orçamentária das Emendas nºs 1 a 28, 31 a 36, 38, 39, 41 a 68, 70 a 88, 90 a 97, 99 a 102 e 104 a 107; e
  - c.2) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 29, 30, 37, 40, 69, 89, 98 e 103;
- d) quanto ao mérito:
  - d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.152, de 2022, e das Emendas nºs 2, 4, 5, 11, 13, 22, 32, 36, 42, 45, 47, 48, 58, 77 e 88, parcial ou integralmente, na forma do projeto de lei de conversão;
  - d.2) pela rejeição das demais emendas apresentadas perante a Comissão Mista."

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a confiança. Trata-se de tema complexo e tivemos um curto espaço de tempo para a análise. Está aqui o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. e o Deputado José Guimarães, que vão exercitar muito neste Parlamento, nesta legislatura, com a nossa representatividade. E podem avisar ao Governo para ficar tranquilo, porque, se marcarmos compromisso, nós vamos cumpri-lo. Mas é necessário que o Governo também se habilite, tenha uma condução melhor, mais assertiva, para que possamos estabelecer a nossa palavra para as pessoas que nos busquem aqui e não tenhamos surpresa no último minuto quanto ao relatório.

O Presidente Arthur Lira, na sua condução republicana, com habilidade, no crédito que tem comigo e com a totalidade deste Parlamento, conduziu os trabalhos de sexta-feira até hoje, fazendo contato comigo e pedindo respeito a todos os interessados que fizeram emendas, mas principalmente ao autor, que é o Governo Federal. E assim nós fizemos. Por várias vezes, recebemos o Governo aqui e todas as relações interessadas, como o Ministério da Economia, a Receita Federal e a Casa Civil. Conduzimos o trabalho republicaneamente e de acordo para chegarmos a esse texto.

Isso é um exercício. O Parlamento é para isso. Nós oscilamos, mas é importante que possamos conhecer os perfis, a representatividade e, principalmente, o compromisso dos Parlamentares, do Deputado Victor, do Deputado Gilson Daniel. Concluo, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa., mais uma vez, a relatoria da MP 1.152, tão importante para o Brasil, que vai melhorar a nossa competitividade no mercado internacional.

#### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO DA VITORIA.**

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Da Vitoria, a Deputada Fernanda Melchionna deseja fazer uma pergunta a V.Exa.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Deputado Da Vitória, o parecer que foi publicado há pouco, às 16h28min, tem um tema muito caro, que me parece mudou apenas de localização no relatório. Trata-se de acabar com a limitação de quanto do pagamento dos *royalties* pode ser deduzido na tributação brasileira por parte das empresas de produção de sementes. Estamos falando de grandes grupos, como o Monsanto.

Pior do que mudar essa limitação — porque o percentual era de 5%, se não me engano, que poderia ser deduzido da tributação aqui — é mudar não por uma alteração legislativa, mas por uma alteração de interpretação, que pode fazer, ou fará, com que o Estado brasileiro fique devendo bilhões aos grupos produtores de sementes.

Esse debate apareceu na CCJ...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputada Fernanda Melchionna, a pergunta de V.Exa. não é um discurso, é uma pergunta clara com uma resposta objetiva, por favor.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS) - Presidente, eu quero saber se foi retirado do relatório final esse jabuti.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Da Vitória.

Na sequência, seguirei a lista de discussão.

**O SR. DA VITÓRIA** (PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a mudança foi para retirar essa insegurança que o Governo tem, já atendido e mantido o texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Eli Borges, para discutir a favor da matéria. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, para discutir contra a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Merlong Solano. *(Pausa.)*

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Declaro encerrada a discussão.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero fazer uma solicitação antes de entrarmos na votação.

Eu peço, por gentileza, que o Relator suba o novo relatório, porque no relatório das 16h28min ainda está o tema das empresas de semente, que pode lesar muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputada Fernanda Melchionna, para esclarecimento, foi feita aqui uma pergunta clara ao Líder do Governo, que respondia aos questionamentos de outros partidos sobre esse artigo. E o Relator disse à tribuna que retirou esse artigo. Se o Relator estiver mentindo, está no único lugar em que perde o mandato.

**O SR. DA VITÓRIA** (PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para contribuir, talvez não tenha dado para a Deputada prestar atenção, mas a emenda já foi retirada do texto, inclusive na leitura que fiz do relatório. É importante que a Deputada possa conferir de novo. Isso foi feito com o Governo, e seria bom que o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. e o Deputado José Guimarães pudessem conferir o que está representado aqui.

O texto, segundo me informaram, já subiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Passa-se à votação.

Lista de encaminhamento.

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Bibo Nunes. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Em votação o parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO PSOL/REDE.**

Em votação o parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DO PSOL/REDE.**

Passa-se ao mérito.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2023, adotado pela Comissão Mista.

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/Republicanos/PODE/PSC?

**O SR. DR. VICTOR LINHALIS** (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "sim", Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Deputado Da Vitoria pela relatoria e pela brilhante explanação técnica, que contribui muito com o avanço do País.

**O SR. ISNALDO BULHÕES JR.** (Bloco/MDB - AL) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Isnaldo Bulhões Jr., também concedo a palavra a V.Exa. para orientar a bancada. Como estamos inaugurando o Bloco, vamos dividir esta orientação hoje.

**O SR. ISNALDO BULHÕES JR.** (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado pela compreensão, Presidente, inovando.

Sr. Presidente, quero registrar a grandeza e a condução do Relator, Deputado Da Vitoria, e reconhecer também que, se houve algum problema de comunicação, alguma reivindicação de última hora, não foi porque o Relator não quis acatá-la. S.Exa. não se negou a discutir em nenhum momento. Isso ocorreu realmente por nossa parte. Falo em nome do Governo Federal. Fui convocado. O Deputado Da Vitoria nos ouviu, nas duas reivindicações, na construção do acordo. Registro também a compreensão do Deputado Sergio Souza, autor de uma das emendas.

Deputado Da Vitoria, quero saudar V.Exa. e, mais uma vez, reiterar o nosso agradecimento. Parabenizo V.Exa. pelo grande relatório.

Forte abraço e muito sucesso!

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA) - Peço para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PL?

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator, que teve muita técnica, junto com sua equipe, e construiu um excelente acordo, mostrando que o Parlamento brasileiro é, sim, do acordo. Há divergência, e isso faz parte, mas é da minoria. A maioria do Parlamento convergiu por um relatório brilhante e pela capacidade de acordo do Deputado Da Vitoria, que tem minha continência, meu respeito.

O PL encaminha "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Há algum partido que vai orientar contra a matéria? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PT/PCdoB/PV?

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, superada essa história de retirada da emenda, a Federação PT/PCdoB/PV orienta favoravelmente à matéria, por entender que essa medida provisória moderniza as regras de preço de transferência, colocando o Brasil no que tem de mais atual hoje no debate da

economia internacional. Ao mesmo tempo, potencializa a internacionalização da nossa economia brasileira, das nossas empresas. Além disso, atrai, prepara-se, atualiza-se para os investimentos externos aqui no nosso Brasil.

Por isso, nós somos favoráveis à medida.

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO) - A Federação PSDB...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Esta será a última votação do dia e será nominal.

Como oriental o União Brasil, Deputado Elmar, Deputado Alfredo?

Já lhe darei a palavra, Deputada. *(Pausa.)*

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT orienta "sim".

**O SR. ALFREDO GASPAR** (UNIÃO - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Progressistas?

Deputado Átila, Deputado Marcelo, alguém orienta? *(Pausa.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Sr. Presidente, gostaria de orientar pelo Republicanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Já chegarei a V.Exa. O Republicanos já orientou o bloco, Deputado Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Quero acrescentar algo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Marcelo como orienta?

**O SR. MARCELO QUEIROZ** (PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos o voto "sim", mas com uma ressalva.

Todos esse esforço para exportarmos não tem trazido dólares para cá. Continuam valendo 5 reais cada dólar. É muito importante que nós, no Congresso, façamos com que essas pessoas que estão vendendo mais lá fora não depositem esse dinheiro lá fora, mas o tragam para o Brasil e o dólar volte a valores de 2, 3 reais, porque é dever nosso, do Congresso, manter o valor da nossa moeda.

Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Federação PSDB/Cidadania, Deputada?

**A SRA. LÊDA BORGES** (Bloco/PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Federação vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PDT?

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o PSB?

**O SR. BANDEIRA DE MELLO** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL/REDE?

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em primeiro lugar, nós achamos que uma matéria tão complexa como essa não poderia ter sido discutida por medida provisória.

Não é crítica ao Relator, mas ao Governo, que no dia 28 de dezembro apresentou essa medida provisória. Nós estamos tratando de uma reforma tributária. Com todas as diferenças que temos — nós do PSOL defendemos uma revolução tributária que onere o patrimônio e desonere o consumo —, há um grupo de trabalho para isso. Aqui, são dois manuais da OCDE, cada um de 600 páginas, que impacta na forma da tributação.

Nós queremos cumprimentar a retirada do artigo sobre as sementes transgênicas. É um avanço no relatório, mas em função do método e do art. 36, que permite que, quando for pego um sonegador que não declarou o lucro de forma correta, ele seja notificado para retificar em vez de cobrar impostos e as multas pela sonegação, art. 36. Nós preventivamente votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o AVANTE?

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o AVANTE orienta "sim".

Aproveito para parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos desta Casa, o esforço feito até o dia de hoje, aprovando várias medidas provisórias. É muito importante para nossa Nação.

Entendemos que este projeto traz divisas financeiras, mantém as empresas aqui, portanto, ajuda não só o crescimento financeiro como social da nossa Nação. Por isso, o AVANTE orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como orienta o Patriota? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição?

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição fará o encaminhamento.

Eu peço a V.Exa., já que houve várias votações nominais aqui, para considerar a possibilidade de, obviamente, deixar esta valendo por todas, já que todos estão atentos e as votações anteriores foram muito rápidas.

Sr. Presidente, Parlamentares que estavam aqui dentro discutindo perderam a votação. Só peço a V.Exa. que reconsidere. É V.Exa. quem dá a última palavra, até porque respeitamos a hierarquia aqui dentro do Parlamento. Então, peço que esta aqui possa consolidar todas as votações, já que todos estão atentos.

Esse é o pedido que eu faço a V.Exa., como Vice-Líder da Oposição.

É Semana Santa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Como orienta o Governo?

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Governo orienta "sim".

Quero agradecer ao Relator desta matéria, o Deputado Da Vitoria, que muito democraticamente abriu o diálogo para debatermos esse projeto.

O Governo orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Todos no plenário já votaram?

Tem alguém conversando que ainda não votou?

Falta alguém no plenário votar?

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 369;

NÃO: 10.

APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.152, DE 2022, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

#### REDAÇÃO FINAL:

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

Nada mais havendo a tratar, deixarei aqui a sessão para ouvirmos duas Comunicações de Liderança. Hoje nós não teremos breves comunicados. Após o tempo de Líder do Deputado Fabio Garcia, pelo União Brasil, e do Deputado Pastor Sargento Isidório, a sessão estará encerrada. A Deputada Duda Salabert também terá direito ao tempo de Liderança.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia, pela Liderança do União Brasil.

**O SR. FABIO GARCIA** (UNIÃO - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo à tribuna hoje para repudiar a fala do Presidente da APEX Brasil, denegrindo a imagem do agronegócio brasileiro em uma viagem internacional à China.

A fala do Presidente da APEX é leviana, irresponsável, inapropriada e antinacionalista.

Sr. Presidente, é inaceitável que o Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil vá a uma missão para promover a exportação e a relação internacional do Brasil com um dos seus maiores parceiros comerciais e, em vez disso, critique, de forma leviana, o agronegócio brasileiro, a nossa produção e os nossos produtores. Ele foi até lá para fazer um desserviço ao País. Essa fala é tão descabida que não pode ser interpretada como um mero deslize de uma pessoa tão experiente, é uma fala propositalmente mal intencionada, o que somente revela o sentimento de rancor que este Governo guarda do agronegócio, o que é inaceitável. Em vez de criticar, ele deveria falar a verdade sobre nossa produção, dizer que o produtor brasileiro já trabalha sob a mais restrita legislação ambiental do mundo; que o produtor do Cerrado brasileiro, por exemplo, já é obrigado a preservar 35% da sua área, a guardar 35% do seu patrimônio para poder prestar serviços ambientais gratuitos ao mundo; que o produtor da Amazônia, por exemplo, guarda 80% do seu patrimônio para prestar serviço ambiental de graça para o mundo. Nenhum produtor do mundo faz isso, somente aqui no Brasil.

A APEX, Presidente, deveria estar defendendo o produtor brasileiro, cobrando, na verdade, a conta dos serviços ambientais que o País presta a todo o mundo. Chegou a hora de este novo Governo descer do palanque, virar a página das eleições e ter responsabilidade para com o País, parar de gerar crises desnecessárias, insegurança, falas não apropriadas, e trabalhar para baixar a taxa de juros, diminuir o custo País, alcançar o equilíbrio fiscal, promover o desenvolvimento e gerar emprego.

Eu venho de um Estado produtor e nós não vamos aceitar a tentativa do Governo de destruir a imagem do agronegócio. Escolher o agronegócio como adversário é uma escolha burra para o País. Esse setor carrega nas costas a economia brasileira e merece respeito. Trabalhar contra o agronegócio é trabalhar contra o Brasil.

A campanha acabou. É hora de unir o País. É hora de seguir em frente. Nós não vamos aceitar calados que acusem de forma leviana o agronegócio de promover as invasões do dia 8 de janeiro. Depois, o próprio Governo e o PT se escondem das investigações e ficam procurando Deputados nos corredores para tirar a assinatura da CPMI. Nós não vamos aceitar calados que o Governo continue incentivando o MST e as invasões de terra no País. Nós não vamos aceitar quietos que o Governo incentive a criação de novas reservas indígenas, expulsando quem trabalha e produz nas suas próprias áreas. Nós não vamos aceitar que o Governo pegue dinheiro do brasileiro, do BNDES para financiar a Argentina, Cuba e depois levar calote, prejudicando o Brasil, em vez de garantir investimento para as nossas empresas e para o nosso País. Nós não vamos aceitar retrocesso, Sr. Presidente. O Brasil de quem produz é muito maior e muito mais forte do que qualquer governo passageiro. O homem do campo é forjado à luta, à adversidade, não tem medo de desafio e nem do enfrentamento. Quando começaram lá no meu Estado não havia estrada, Deputado Abilio Brunini. Não havia energia. Não havia telefone. Portanto, nós temos que respeitar essas pessoas.

Então, chega de perseguição, chega de rancor! É hora de trabalho, de parar de atrapalhar e seguir em frente para este País poder avançar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Fabio Garcia, o Sr. Arthur Lira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cabo Gilberto Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós que agradecemos a participação de V. Exa.

Tenho uma lista com o nome de vários oradores mas, infelizmente, o Presidente só autorizou tempo de Liderança.

Vamos ouvir agora o Deputado Pastor Sargento Isidório, da Bahia, pela Liderança do Avante. Também a Deputada Duda Salabert, do PDT de Minas Gerais, falará pela Liderança.

Somente essas duas pessoas poderão utilizar o tempo de Liderança para fazerem seus pronunciamentos, por determinação do Presidente desta Casa. Eu, como bom soldado, vou ter que cumprir essa determinação, mesmo sem gostar, porque eu queria falar também, mas, faz parte.

Tem a palavra o Deputado Pastor Sargento Isidório. V.Exa. dispõe do tempo regimental.

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Bíblia diz, no Salmo 133:

*Salmo 133*

*1 Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.*

Onde existe união, Deus ordena a bênção e a vida para sempre.

Venho a esta tribuna hoje para parabenizar o Governo do Estado da Bahia, na pessoa do nosso mui digno e querido Governador Jerônimo Rodrigues, que vem mostrando a que veio, a sua correria dobrada em todas as áreas: educação, saúde, esporte, lazer, principalmente no projeto de distribuição de alimentos como forma de combate à fome lá no nosso Estado. O Governador é aliado do nosso Presidente Lula, do nosso querido Governador "Correria" Rui Costa, que continuou na Bahia os trabalhos iniciados pelo mui digno atual Senador Jaques Wagner.

Também parabenizo o nosso Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, o nosso jovem e querido Deputado Estadual Tum, que administra aquela Secretaria, apesar das dificuldades financeiras por que ela passa, com muita sabedoria, arregimentando as pessoas, os homens e as mulheres do campo, de perfil agrícola para fazer encontros. O Secretário viajou durante toda a semana passada, hoje de manhã e viajará amanhã às pontas do Estado mobilizando esses homens e essas mulheres do campo, das roças. O Secretário Tum cuida da agricultura no Estado, participa de congressos e de tudo que é atinente a esta área, não só no Brasil, como no exterior, buscando conhecimento sobre como fortalecer a Bahia na área da agricultura, na área da pesca, em todas as áreas possíveis para gerar alimento para o povo, passando inclusive pela agricultura familiar.

Portanto, quero parabenizar os Prefeitos envolvidos nessa tarefa, os Vereadores, as Prefeitas e as Vereadoras que participam lá desse fórum, desse congresso que está acontecendo, uma feira muito importante da agricultura.

O Deputado Tum, nosso Secretário, não mede esforços para atender a todos que o procuram. Somos sempre gratos ao Governador Jerônimo.

Peço a esta Casa que acelere a aprovação do Projeto nº 18, de 2019, que garante aos Vereadores da Bahia e do Brasil o direito também às emendas parlamentares, um recurso que pode ajudar os Municípios, as comunidades.

Afinal de contas, Vereador também é Parlamentar, assim como Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Conclua, Sr. Deputado.

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA) - Concluo dizendo que os Vereadores também são Parlamentares, eles e elas que estão nas pontas. Deputados Estaduais, Federais e Senadores, com as emendas impositivas, podem participar da execução de obras nos seus Municípios, os Vereadores também precisam ter esse direito. Eles precisam ser vistos pelos Deputados e Senadores como Parlamentares e precisam ter o direito à isonomia.

Muito obrigado.

Solicito que nossa fala seja divulgada pelos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Sr. Deputado Pastor Sargento Isidório, o pedido de V.Exa. será atendido.

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA) - Aproveito para parabenizar V.Exa., que chegou há pouco nesta Casa, mas já mostra sua experiência. Parabenizo também o povo do seu Estado por tê-lo como Deputado Federal e esta Casa por recebê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Agradeço as suas palavras.

Concedo a palavra à Sr. Deputada Duda Salabert, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT. (*Pausa.*)

Como ela não está presente, e o Presidente determinou a concessão apenas desses dois tempos, concedo a palavra à Deputada Ana Paula Lima, do PT de Santa Catarina por 1 minuto.

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputados, eu quero prestar a nossa solidariedade à professora e orientadora educacional Juliana Andózio, da cidade de Florianópolis, retirada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, de uma forma muito arbitrária, de seu trabalho na escola por uma perseguição política.

Sr. Presidente, eu presto a minha solidariedade a essa professora, também em defesa da liberdade de cátedra. Eu peço ao Governador do Estado que reabilite novamente a professora ao retorno a essa escola, porque é uma excelente professora e não merece essa perseguição política.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós é que agradecemos a participação de V.Exa.

Como eram 4 minutos, concedo 1 minuto à Deputada Jack Rocha, do PT.

**A SRA. JACK ROCHA** (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar aos nobres colegas da Casa que nós estamos recebendo as mulheres policiais que participaram hoje do I Congresso Internacional das Mulheres Policiais, realizado aqui em Brasília. Eu estou aqui ao lado da policial civil Paola, da nossa querida Aline Rise e também ao lado da nossa companheira Raquel.

É muito importante nós valorizarmos as mulheres que cuidam do nosso dia a dia, que cuidam da segurança pública, com zelo, com identificação com essa profissão, que é tão importante para toda a sociedade.

Sejam muito bem-vindas a esta Casa! Vocês estão aqui na Casa que representa as mulheres brasileiras. As mulheres policiais têm o nosso respeito e a nossa admiração também.

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós é que agradecemos a presença das policiais militares. Ela não concluiu. Policial é policial, penal, civil, militar. Então, policiais civis, é uma satisfação, vocês que trabalham tão bem em defesa do povo brasileiro.

Para finalizar a sessão desta quinta-feira — só deu PT hoje, só deu PT —, concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, por 1 minuto.

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de justificar o meu voto, porque eu tentei votar pelo celular, e não consegui. Eu estive o dia todo aqui e justifico a impossibilidade da votação.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que o arcabouço fiscal que o Presidente Lula, através do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, lança para o País se apresenta como um bom desafio de retomada e reconstrução do Brasil. Paralelamente a isso, as bolsas sobem, e o dólar cai.

Eu acredito que o Banco Central agora tem o instrumento para reduzir a taxa de juros neste País, abusiva e criminosa, para retomar a economia e gerar emprego. O setor produtivo brasileiro — de empresários a trabalhadores — vai ver a retomada do crescimento neste País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós agradecemos a participação de V.Exa.

Eu quero agradecer a presença de todos e desejar-lhes uma excelente Páscoa e ótima Semana Santa. Eu quero agradecer a todos os servidores da Casa, agradecer a todos os Parlamentares e a todos os Prefeitos que acompanharam os trabalhos desta Câmara Legislativa.

Todos os Prefeitos, todos os Vereadores e todas as autoridades políticas de toda as partes do Brasil vieram visitar a Câmara dos Deputados e conhecer o nosso trabalho. Nós ficamos muito gratos com a participação de todos.

Mais uma vez, eu gostaria de desejar uma excelente Páscoa a toda a Câmara dos Deputados e a toda a população brasileira.

#### ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar os trabalhos, antes informando que esta Presidência convocará oportunamente Sessão Deliberativa Extraordinária com data, horário e Ordem do Dia a serem divulgados ao Plenário, nos termos regimentais.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)*

**DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MIGUEL LOMBARDI.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JULIO ARCOVERDE.**